

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

LUCILENE GUIMARÃES ATHAIDE

“AQUELA QUE FICOU PRESA”:
OS SENTIDOS SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO A
PARTIR DA CIRCULAÇÃO MIDIÁTICA

SÃO LEOPOLDO

2025

LUCILENE GUIMARÃES ATHAIDE

“AQUELA QUE FICOU PRESA”:
OS SENTIDOS SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO A
PARTIR DA CIRCULAÇÃO MIDIÁTICA

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de
Doutora em Ciências da Comunicação pelo Programa de
Pós- Graduação em Ciências da Comunicação da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Ana Paula da Rosa.

SÃO LEOPOLDO

2025

A865a Athaide, Lucilene Guimarães.
 “Aquela que ficou presa” : os sentidos sobre o trabalho doméstico análogo à escravidão a partir da circulação midiática / Lucilene Guimarães Athaide. – 2025.
 147 f. : il. ; 30 cm.

 Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2025.

 “Orientador(a): Prof.^a Dra. Ana Paula da Rosa.”

 1. Circulação. 2. Escravidão. 3. Midiatização. 4. Mulheres negras. 5. Trabalho doméstico. I. Título.

CDU 659.3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster Ditbenner – CRB 10/2517)

LUCILENE GUIMARÃES ATHAIDE

**“AQUELA QUE FICOU PRESA”: OS SENTIDOS SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO
ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO A PARTIR DA CIRCULAÇÃO MIDIÁTICA**

**Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutora, pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências
da Comunicação da Universidade do Vale
do Rio dos Sinos - UNISINOS.**

APROVADA EM 28 DE JULHO de 2025.

BANCA EXAMINADORA

**PROFA. DRA. DANILA GENTIL CAL -
UFPA (PARTICIPAÇÃO POR
WEBCONFERÊNCIA)**

**PROFA. DRA. DENISE CARVALHO - UNICAMP
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)**

**PROFA. DRA. MÁRCIA VEIGA - PUC-RS
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)**

**PROF. DR. JOSÉ LUIZ BRAGA - UEPG
(PARTICIPAÇÃO POR
WEBCONFERÊNCIA)**

**PROFA. DRA. ANA PAULA DA ROSA –
ORIENTADORA (PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL)**

EPÍGRAFE

*“A conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial”
(Lélia Gonzalez).*

Dedico a Mauro Guimarães Athaide e a Dener Athaide Gomes: as duas pessoas que mudaram o meu destino e o meu caminhar no Ayê. Meu velho, meu menino, dedico a vocês todo o meu amor, o meu afeto e a minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

*“Custou mas depois veio a bonança
E agora é hora de agradecer [...]
Quando a gira girou, ninguém suportou
Só você ficou, não me abandonou.”*

Orixá é tempo. Orixá é paciência. Foram com os meus velhos santos que aprendi que Iroko – o orixá do tempo – é sábio. É Ele quem traz a sabedoria necessária para começar e encerrar os ciclos da vida. E como eu senti medo de não conseguir encerrar! Foram tantos atravessamentos, encontros e desencontros com essa produção acadêmica que hoje, nesta etapa, ao olhar para trás penso na sabedoria daqueles que me ensinaram a perseverar com paciência e plenitude. Assim como não há folha que caia da árvore se não for da vontade de Osanha, eu acredito que estou colhendo com essa tese de doutorado os frutos da longa jornada de quem veio antes de mim. A vida é travessia (para mim é diáspora), então em meio à ventania, à água doce e salgada, ao verde, saúdo os meus mais velhos: Oxalá, o santo majestoso em branco marfim, e Oxum, senhora da minha cabeça, dona da prosperidade. A Eles (e com Eles) é que eu agradeço:

Ao meu pai, Mauro Guimarães Athaide, que é força e presença constante na minha caminhada. A partida de seu corpo físico deste mundo terreno na época em que eu finalizei esse trabalho foi certamente um dos episódios mais tristes da minha vida. Ao meu pai devo respeito, reverência e o presenteio com todo o amor deste mundo. Mauro foi um dos maiores incentivadores da minha carreira desde sempre. Me apresentava às pessoas como “a minha jornalista”, era inteligente, político, militante, intelectual. Com doutorado na arte de viver. Pai, de onde estiveres, saiba que nada me deixa mais feliz do que ser tua filha. Eu te amo infinitamente, até a eternidade.

Ao meu filho Dener. Parte de mim, meu amor, meu céu, meu pedaço de alegria. Que nunca te falte saúde, minha criança. Eu te amo com loucura. Obrigada por chegar no início do meu doutorado e me mostrar o valor do meu maior e mais verdadeiro título: ser tua mamãe. Quando leres essa tese, já crescido, vais compreender as ausências, as luzes acesas em casa de madrugada, os semblantes de preocupação quando o que tu mais queria era brincar um pouco com a tua mãezinha. Vais compreender que esse trabalho exigiu uma dedicação enorme e, se eu faltei neste tempo como mãe, foi justamente pensando em deixar a ti o orgulho de ser filho de uma doutora. Obrigada e desculpa, pois pra ti eu sempre quero ser a maior, superar as tuas expectativas e dar o melhor de mim.

À minha mãe, Dona Tuti, que me ensinou o que é o trabalho doméstico desde quando eu ainda crescia em seu ventre. Mãe, eu sei que não foi fácil. Essa tese é pela senhora e por tantas outras que

dedicaram a vida à limpeza na casa de outras pessoas. Obrigada por me inspirar a escrever a tua história também.

À Júlia Guimarães Athaide e Maria Anália da Silva, ancestrais que me forjam na luta todos os dias. Queridas, eu sei que sou o sonho de vocês duas, e eu sinto todos os dias a presença de vocês comigo. Obrigada, de onde estiverem.

Ao Jussie Gomes, meu companheiro, pai do meu filho. Homem que caminha lado a lado comigo e que me motiva a pensar novos sentidos na vida todos os dias. Obrigada, meu bem. Obrigada por me ajudar a plantar e a colher sonhos. É bom demais andar contigo, como diz a nossa música sobre os novos tempos: *“Os sonhos meus e os teus decoram o nosso apartamento”*.

Agradeço à Indira Tainan, minha amiga de reflexões epistemológicas e enfrentamentos na academia e na vida. Assim como agradeço à Professora Mestra Selenir Krounbauer e à Professora Doutora Margarete Fagundes Nunes por me estenderem a mão nos momentos em que eu realmente pensei em desistir, em que pensei que o doutorado não era um espaço para mim, uma mulher negra. Agradeço imensamente às minhas irmãs de trajetória Milena Cassal e Susane Santos por cada abraço, risada, afago (presencial e virtual). Por cada troca de ideias. Obrigada, gurias. Vocês foram e são um presente na minha vida.

Agradeço ao Coletivo Associação Mães Pretas, representado pelos afetos sinceros de Adriana Centeno, Lidi de Lima e Nika Santos. Negas! Eu não tenho palavras para escrever o que vocês significam na minha vida. É engraçado perceber que não estou ativamente no Coletivo neste momento de finalização do doutorado, mas que essa estrutura de aquilombamento faz parte de mim, independente de tudo. Foi com vocês que eu aprendi a ser e estar neste mundo enquanto mãe de um menino preto. E posso afirmar, com toda certeza, que ter passado pelo grupo me ajudou a me constituir enquanto intelectual. Obrigada pelo carinho de sempre, pela alegria, puxões de orelha, momentos de troca. Vocês são incríveis. Essa tese não é só minha, ela é de todos os nossos pretinhos e pretinhas. É deles e pra eles.

Agradeço aos meus colegas de trabalho na Redação Integrada de GZH, representados pelos gestores Aline Eberhardt e Leandro Brixius, e também pelas colegas Anna Veiga, Carla Mello e Raphaela Suzin. Agradeço por cada palavra de apoio nesta maratona do nosso exercício diário da profissão e por me ajudarem a compreender que posso contar com colegas tão especiais e empáticos.

Sou eternamente grata aos amigos Luis Felipe dos Santos, Marina Mentz, Renata Cardoso e Patrian Gomes. Luis, por ser presença, descoberta, escuta, abraço e consolo no ano mais difícil da

minha vida; Marina e Renata, por serem as amigadas mais bonitas que a Dona das Águas me deu; ao Patrian por cada risada que me arrancou quando eu achava que iria desmoronar.

Agradeço à Cristiélen Warken e ao movimento Parent In Science. Obrigada pelo suporte durante a nossa jornada de maternar. Saber que carreira e maternidade não são palavras antagônicas me fortalece demais. Obrigada.

Sou grata ao trabalho da minha querida terapeuta Janaína Antunes Alves, pois sem ela eu realmente não teria conseguido terminar essa jornada. Assim como sou grata à acolhida espiritual de Pai Silvío dos Santos, líder do Ilê Axé Ogum Onirê.

Agradeço com humildade e respeito às quatro mulheres que deram voz à essa pesquisa. São as interlocutoras e participantes deste trabalho. Suas narrativas foram fundamentais para a formulação desta tese e elas me presentearam de forma muito generosa com esses momentos de escuta.

Agradeço com todo o meu coração, honra, respeito e admiração à minha orientadora Professora Doutora Ana Paula da Rosa, que chegou na minha vida em um momento muito crítico e que logo transformou a minha forma de conduzir e encarar essa tese. Ana, eu queria muito que tu conseguisse enxergar a si mesma com os mesmos olhos que eu te vejo. Que privilégio para quem é teu aluno, que ganho tem a academia com uma profissional tão dedicada, humana e extremamente competente em seu fazer profissional. O tanto que aprendi contigo nestes últimos anos é algo impossível de ser narrado em uma tese. Tua paciência e paixão pela ciência são um orgulho para mim e para muitas outras mulheres que persistem nesta academia, por vezes machista e excludente. Mil vezes obrigada. Que sigamos juntas em todas as encruzilhadas que a vida nos reservar.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, representado pela Professora Doutora Jiani Bonin. Recebi uma grande oportunidade ao cursar o doutorado, compreendendo hoje o quanto a educação é algo revolucionário neste país. Um programa de excelência que encerra suas atividades deixando um legado fértil de produção de conhecimento. Saio do PPG ciente do meu papel enquanto cientista, mas mais do que isso: orgulhosa de ter feito parte deste grupo ímpar. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) pela bolsa de estudo na qual foi possível desenvolver essa pesquisa.

Também agradeço às bancas de qualificação e de defesa da tese pelas sugestões e contribuições para a finalização deste trabalho. *Laroyê!*

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Essa investigação se propõe a refletir sobre a produção de sentidos em relação ao trabalho doméstico análogo à escravidão no Brasil. Partindo de alguns indícios observados (Braga, 2008) o objetivo é responder a seguinte pergunta de pesquisa: **que sentidos são produzidos a partir da circulação midiática de casos de trabalho doméstico análogos à escravidão no Brasil? E de que forma o jornalismo atualiza e/ou mantém enquadramentos estigmatizantes em suas produções afetando o debate social sobre essa temática?** A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso midiático (Weschenfelder, 2020) com caráter etnográfico (Weber, 2009; Silva, 2019, Verón, 1983) e se deu a partir de dois movimentos metodológicos: a reflexão teórica-conceitual e a análise empírica com atores sociais. Na reflexão teórica, dialogamos com a fértil produção bibliográfica dos estudos em midiatização e circulação midiática (Carlón, 2020; Fausto Neto, 2018; Verón, 1980; Rosa, 2019) a partir de um caso observável: a história de Madalena Gordiano, mulher negra que foi escravizada por quase 40 anos na cidade de Patos de Minas, interior de Minas Gerais, e resgatada em 2020. Já na análise empírica, entrevistamos quatro mulheres negras que exercem o trabalho doméstico remunerado, e que vivem na Região Metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. No que tange ao chamado Caso Madalena, procuramos observar como se deu a circulação do acontecimento jornalístico em diferentes ambiências, assim como os seus rastros, os fluxos e os feixes de relações nos circuitos por onde se engendrou (Fausto, 2018; Verón, 1980, 2004). Já em relação às entrevistas, optamos por utilizar um questionário aberto semi-estruturado, preservando as identidades das interlocutoras (Escosteguy, 2008; Weber, 2009). Nos propomos nesta tese a compreender a circulação como um processo que não é neutro, mas que está imerso em lógicas coloniais, e assim por dizer racistas e patriarcais, que também se agenciam no fluxo comunicacional. Percebe-se que a circulação, longe de ser um produto, é um espaço de produção e de agenciamentos de valores que nascem com a midiatização, mas que se estruturam fora da mídia, contribuindo em certa medida para o pensamento crítico e o enfrentamento por parte de atores sociais. Como resultados, identificamos a midiatização enquanto um processo que amplia o debate sobre a analogia à escravidão para além do que é noticiado, com a circulação, colocando em perspectiva as trajetórias individuais de enfrentamentos e protagonismo, ora de forma libertária, ora acompanhando a forma social escravista da sociedade (Sodré, 2023). Certamente, longe de esgotar o debate, a intenção é que o estudo ajude a embasar outras reflexões sobre os temas da circulação, do jornalismo, da comunicação e gênero, sobretudo no que diz respeito aos estereótipos sobre pessoas racializadas na mídia.

Palavras-chave: circulação; escravidão; mediação; mulheres negras; trabalho doméstico.

ABSTRACT

This investigation proposes itself a reflection over the production of meanings related to domestic labor analogous to slavery in Brazil. Based on some observed evidence (Braga, 2008), the goal is to answer the following research question: what meanings are produced from media circulation of cases of domestic labor analogous to slavery in Brazil? And in what way does the journalism update and/or maintain stigmatizing frameworks in its productions, affecting the social debate over this theme? The following research is a mediatized case study (Weschenfelder, 2020) with ethnographic character (Weber, 2009; Silva, 2019, Verón, 1983) and it was made from two methodological movements: the theoretical-conceptual reflection and the empirical analysis with social actors. On the theoretical reflection, we dialogue with the fertile bibliographical production of the studies in mediatization and mediatized circulation (Carlón, 2020; Fausto Neto, 2018; Verón, 1980; Rosa, 2019) from an observable case: the story of Madalena Gordiano, black woman who was enslaved for over 40 years on the city of Patos de Minas, Minas Gerais state, and rescued in 2020. In the empirical analysis, we interviewed four black women who perform paid domestic labor, and who live in the Metropolitan Region of Porto Alegre, in Rio Grande do Sul state. Regarding the Madalena story, we intended to observe how was made the circulation of the journalistic event on different ambiances, just as their fraces, flows and bundles of relationships on the circuits through it was generated (Fausto, 2018; Verón, 1980, 2004). Related to the interviews, we chose to use a semi-structured questionnaire, preserving the identities of the interlocutors (Escosteguy, 2008; Weber, 2009). We propose, in this thesis, to understand circulation as a process that isn't neutral, but it is immersed in a colonial logic, and also racist and patriarchal, and are arranged on the communicational flow. The circulation, far from being a product, is a space for the production and management of values that arise with mediatization, but that are structured outside the media, contributing to a certain extent to critical thinking and confrontation on the part of social actors. As a result, we identify mediatization as a process that expands the debate on the analogy to slavery beyond what is reported, with circulation, putting into perspective the individual trajectories of confrontation and protagonism, sometimes in a libertarian way, sometimes following the slave-owning social form of society (Sodré, 2023). Certainly, far from exhaust the debate, the intention is that the study helps to support other reflections about the themes of circulation, journalism, communication and gender, especially with regard to stereotypes about racialized people in the media.

Keywords: circulation; slavery; mediatization; black women; domestic work.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COMPÓS	Associação Nacional dos Programas de Pós- Graduação em
Comunicação	
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
FENATRAD	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GP	Grupo de Pesquisa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INTERCOM	Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LACIM	Laboratório de Circulação, Imagem e Midiatização
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MPF	Ministério Público Federal
MPT	Ministério Público do Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PF	Polícia Federal
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGICS	Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TJSC	Tribunal de Justiça de Santa Catarina
TJPE	Tribunal de Justiça de Pernambuco
STJ	Superior Tribunal de Justiça
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense

UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil das entrevistadas.....	79
Quadro 2 - O Caso Madalena em circulação a partir do programa Fantástico ...	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Matéria do portal GZH sobre o trabalho análogo à escravidão em Canoas – RS ..	26
Figura 2 - Anúncio do jornal Correio Paulistano no século XIX	37
Figura 3 - PEC das Domésticas foi destaque na Revista Veja	42
Figura 4 - Ao ilustrar o trabalho doméstico análogo à escravidão, reportagem utiliza imagem de mulher negra	50
Figura 5 - Madalena aparece na reportagem do Programa Fantástico no ano de 2020.....	86
Figura 6 - Repercussão do Caso Madalena no antigo Twitter.....	88
Figura 7 - Cartaz chama para ato de apoio no movimento intitulado #justiçaporMadalena...	90
Figura 8 - Atores sociais cobram justiça por Madalena nas redes virtuais	91
Figura 9 - Desdobramentos do caso após veiculação em rede nacional.....	92
Figura 10 - Caso Madalena seguiu recebendo diferentes abordagens ao longo dos anos	94
Figura 11 - Madalena com boneca após o resgate na casa dos contratantes	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1.1 Das primeiras inquietações à contextualização do problema de pesquisa	24
PARTE I.....	34
2 O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO BRASIL: O CONTEXTO ENTRE SENZALAS E CASAS DE FAMÍLIA	35
2.1 Trabalho doméstico e a pandemia	43
2.2 A analogia à escravidão é mais um caso isolado?	46
3 OBJETO EM ELABORAÇÃO, OS CONCEITOS MOBILIZADOS E O MOVIMENTO DESCRITIVO INFERENCIAL	54
3.1 A circulação enquanto um lugar de produção de sentidos	58
3.2 Raça, racismo e gênero: algumas reflexões	62
3.2.1 <i>Gênero, construção social e interseccionalidade</i>	67
3.3 Entre caminhos e encruzilhadas: os movimentos metodológicos.....	72
3.3.1 <i>Etnografar é andar e ver</i>	78
4 UMA HISTÓRIA FANTÁSTICA: MADALENA E A SITUAÇÃO-LIMITE.....	83
4.1 A constituição do caso de pesquisa: os circuitos	86
PARTE II.....	97
5 AS TRABALHADORAS: VOZES EM CIRCULAÇÃO.....	98
5.1 “E nunca ninguém me falou coisa de preto”	100
5.2 “Agora a TV tá noticiando, por que antes aconteciam vários casos desses aí, né” ..	104
5.3 “Eu acho que é muito mais sério o que acontece dentro da cabeça dela”	107
5.4 “Isso aí é trabalho muito escravizado: não tem hora pra sentar, pra comer”	110
6 ANÁLISES TRANSVERSAIS: O CRUZO EPISTÊMICO	115
6.1 Por onde andou (e circulou) Madalena e o trabalho análogo à escravidão?.....	118
6.1.2 “ <i>Aquela que ficou presa</i> ”: a vítima e seus enfrentamentos	120
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICE A – PERFIL DAS ENTREVISTADAS E QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO	141
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO.....	143

APÊNDICE C – MEMÓRIA.....	144
----------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

*Por favor, moço. Me dê uma chance
O Sr. não irá se arrepender
E ele me disse Tudo bem.
A senhora vire à esquerda
Entre naquele quartinho apertado
Que a vassoura está a sua espera
Seja bem-vinda. D.O.M.É.S.T.I.C.A
Joyce Fernandes 'Preta Rara' (2019)*

Os versos que apresentam essa Introdução foram escritos por Joyce Fernandes, historiadora, professora e rapper conhecida nacionalmente como “Preta Rara”. Ex-trabalhadora doméstica, a artista utiliza as suas expressões na música para relatar como foi seu período atuando na limpeza da casa de algumas famílias de Santos, litoral de São Paulo. Seus depoimentos sobre esse assunto, em forma de rimas, vêm carregados de ironia, de dor e com a conotação de um desabafo indignado. Em uma de suas obras mais famosas, uma coletânea de depoimentos chamada *Eu, empregada doméstica* (2019), Preta Rara, a partir de diferentes narrativas, conclui que “a senzala moderna é o quartinho de empregada” (RARA, 2019). Não por acaso, são as palavras desta artista que foram escolhidas para abrir esse trabalho.

Antes de abordar a temática central desta pesquisa, o trabalho doméstico análogo à escravidão a partir da circulação de sentidos propiciadas pela midiaticização e seus ressignificados no tecido social, penso ser importante apontar os caminhos que fizeram com que eu optasse por esse lugar epistemológico de onde se olha a Comunicação e, sobretudo a prática jornalística. Ou seja, o meu interesse pelas mídias e os processos socioculturais e simbólicos que elas geram.

Iniciei a minha trajetória acadêmica em 2011, ingressando na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) através da política de ações afirmativas, as populares “cotas para negros”. Filha de uma trabalhadora doméstica e de um servente de construção civil, encontrei nos noticiários que assistia todas as noites em rede nacional um certo encanto pela profissão de comunicar. Noticiários que eu assistia na única televisão da casa de madeira, com poucos cômodos e muitas frestas na parede. Ser jornalista foi uma escolha gestada com muito carinho e abraçada por pessoas que, sem letramento formal, sonharam em colocar a primeira pessoa do grupo familiar dentro de uma universidade. Até então, essa era uma realidade desconhecida para a minha família.

Foi a partir das vivências enquanto pessoa negra e de origem pobre, que um episódio jornalístico em particular chamou a minha atenção ainda durante a graduação. Em 2013, um boato de que o Programa Bolsa Família iria acabar levou multidões às casas lotéricas no país inteiro na esperança de sacar os possíveis últimos lotes do benefício. O fato em si, que evidencia uma grande problemática social que é a desigualdade de renda no Brasil, me instigou ao ponto de se tornar o objeto de investigação na escrita da monografia. Ao lado da Professora Doutora Maria Helena Weber me questionei sobre a noticiabilidade de um boato (Athaide, 2015) e os critérios noticiosos (Traquina, 2005) envolvidos nesta cobertura noticiosa. Estudei sobre um boato que viralizou muito antes do termo *fake news*¹ cair no debate público da atualidade.

Este movimento acadêmico de adentrar nas políticas de transferência de renda a partir do jornalismo me fez encarar a realidade social de frente a partir das lentes de pesquisadora. Foi buscando compreender cientificamente a economia feminina, das beneficiárias do Bolsa Família, pensada e produzida por mulheres e que faz o Brasil girar, que no ano de 2019 resolvi me distanciar da Comunicação e buscar em um mestrado na área de Ciências Sociais, as respostas para algumas problemáticas que já me inquietavam. Desta vez, junto com a Professora Doutora Miriam Vieira e sob orientação da Professora Doutora Margarete Fagundes Nunes (docente da Universidade Feevale na época), desenvolvi na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos - RS) uma dissertação que se dedicou a narrar as trajetórias de mulheres negras, quilombolas e trabalhadoras domésticas (Athaide, 2021). Seus desafios com o trabalho, o círculo de servidão em que estavam inseridas assim como suas mães e avós, as consequências de viver com uma renda precária também pareciam estar longe do jornalismo tradicional e isso me provocou durante toda a escrita da pesquisa no mestrado. Mesmo com a defesa da dissertação, os questionamentos seguiram me acompanhando: afinal, quem contava a vida destas mulheres? Quem olhava para as trabalhadoras domésticas?

Francisco Rüdiger (1993) defende que o jornalismo consiste basicamente numa prática social, ligada ao movimento histórico da chamada “esfera pública”. Reginato (2019) diz que ao ter determinadas finalidades, o jornalismo seleciona o que é relevante, visibiliza ou oculta problemas sociais e indica os enquadramentos a partir dos quais o mundo deve ser interpretado. Logo, passei a me questionar qual era o espaço destinado a mulheres trabalhadoras domésticas

¹ O termo *fake news*, “notícias falsas” em tradução livre, se popularizou no Brasil na última década. Um debate oriundo das disputas eleitorais, mas que ganhou força durante a crise sanitária de covid-19 em 2020 e 2021. Trata-se basicamente de informações equivocadas que circulam em cenário midiático, geralmente de forma rápida e que se firmam como debate em diferentes esferas sociais. Hoje, a academia tem cada vez mais abordado esse assunto criticamente, primordialmente no campo da comunicação, através do trabalho de diferentes pesquisadores em jornalismo sobretudo (Dourado; Gomes, 2019; Miguel, 2019).

na esfera e de que forma as suas histórias estavam circulando midiaticamente (Carlón, 2020, Fausto Neto, 2018; Verón, 1980; Rosa, 2019).

Por ser filha de trabalhadora, eu sabia que suas histórias circulavam no âmbito delas, neste circuito pessoal. Presenciei muitos destes diálogos: desde a vizinha que conseguiu a indicação de uma faxina para a outra que estava sem emprego, passando por aquela que “reparava as crianças” quando a amiga precisava passar o dia em “casa de família”. Aliás, sempre me indaguei que família era essa, afinal. A casa era de família. E a nossa casa, não era de família? Por que minha mãe e suas amigas ficavam tantas horas do dia ausentes?

Ao analisar teoricamente essas presenças (e ausências) no que tange ao trabalho doméstico no Brasil, recorri à Danila Cal e Rosaly de Seixas Brito (2020) para entender que “o trabalho doméstico é desvalorizado socialmente e carrega consigo estigmas que decorrem de lógicas coloniais arraigadas em um país que se constituiu a base da exploração da mão de obra escrava” (Brito; Cal, 2020, p. 13-14). As autoras convergem com o que venho refletindo sobre as “reiteraões coloniais” (Brito; Cal, 2020) no exercício da função. Sempre as mesmas mulheres são vistas nestas posições: pretas, pobres, filhas e netas de trabalhadoras, bisnetas de escravizadas. É a reinvenção de uma sistemática que sempre funcionou muito bem no que entendo por “Brasil Colônia-Contemporâneo”.

Assim, a partir destas reflexões, enxerguei em um primeiro momento algumas pistas e indícios que considerei relevantes para a pesquisa desenvolvida agora, no doutorado em Ciências da Comunicação na Linha de Pesquisa Midiatização e Processos Sociais, na Unisinos. São justamente essas visadas à colonialidade, relacionadas ao trabalho doméstico as minhas primeiras inferências (Ferreira, 2012; 2016), as primeiras pistas, em relação ao que observamos. Para José Luiz Braga (2008):

Além desse trabalho de busca da pertinência entre as pistas e os objetivos da pesquisa, devemos sublinhar também que os indícios não remetem «de modo direto» à realidade a ser capturada. É do conjunto de indícios relacionados pela pesquisa que se podem inferir lógicas, processos e estruturas que caracterizam o caso. Eventualmente alguns indícios podem parecer irrelevantes – e só adquirem valor indiciário por sua articulação com os demais (Braga, 2008, p. 81).

Ao pensar no trabalho doméstico e na sua circulação midiatizada, esbarro em uma relação que frequentemente coloca essa categoria – as trabalhadoras – em evidência: a analogia da função exercida com a escravidão negra nos moldes coloniais. O próprio texto que abre essa Introdução sugere isso, o quartinho-a senzala. Essa é certamente uma discussão que se embasa na Sociologia e na História, principalmente se considerarmos as raízes do trabalho doméstico no Brasil, oriundas do passado escravista, contudo, é importante entender que, apesar de propor

uma tese que bebe também em uma fonte interdisciplinar, nos interessa compreender fenômenos que estão localizados na Comunicação, tais como a circulação, a produção de sentidos e os aspectos relacionais entre os atores sociais envolvidos e a mídia. Mais do que isso, compreender em que medida a mídia se inscreve na vida social dos indivíduos, construindo esses sentidos, até porque os estudos de Comunicação não se detêm apenas a investigar gêneros e formatos jornalísticos, recepção, estudos das mídias e dos *mass media*. Também estuda-se a sociedade como um todo, que é o cenário onde a mídia acontece. São coisas indissociáveis, a Comunicação e a Sociedade.

Nesta tese, buscamos indícios para a percepção de fenômenos mais complexos, a partir de um estudo de caráter etnográfico, que se propõe a entender a circulação em diálogo com os próprios atores sociais, neste caso, as trabalhadoras. No arranjo metodológico proposto, utilizamos elementos da etnografia (Levasseur, Verón, 1983; Silva, 2009), tais como as entrevistas semi-estruturadas (Escosteguy, 2008; Weber, 2009) e a utilização de diário de campo (Weber, 2009), para analisar um caso midiático (Weschenfelder, 2020). Essa proposta, de abarcar o tema por diferentes métodos, é utilizada, justamente, pela amplitude do fenômeno que estamos estudando. Como define Jiani Bonin (2016) sobre as pesquisas na área da Comunicação, arranjos metodológicos multi perspectivados “também permitem a fabricação de angulações distintas de um mesmo dado ou aspecto crucial, para produzir um dado complexo” (Bonin, 2012, p. 52).

Sendo assim, situamos a problemática comunicacional na medida em que nossa pergunta central, desdobrada em dois enunciados é: **que sentidos são produzidos a partir da circulação midiática de casos de trabalho doméstico análogos à escravidão no Brasil? E de que forma o jornalismo atualiza e/ou mantém enquadramentos estigmatizantes em suas produções afetando o debate social sobre essa temática?** Para finalidade de responder a pergunta de pesquisa optamos por utilizar três movimentos analíticos: a reflexão teórica, a análise empírica e a análise transversal de entrevistas realizadas com trabalhadoras domésticas, que atuam ou já atuaram de forma remunerada neste ofício.

Detalhando brevemente esses movimentos, a pergunta central parte de um lugar que compreende a circulação como a disputa pela produção de sentidos (Rosa, 2019), mas também como uma operadora central para pensar a própria Comunicação. Desta forma, essa é uma pesquisa que nos exige diferentes formatos de abordagens. Além disso, em diálogo com a episteme de Eliseo Verón (1980), atentamos para a circulação como parte integrante do sistema produtivo, sendo definida através de relações entre gramáticas de produção e gramáticas de

reconhecimento. Mas também, aqui, ressignificamos o que compreendemos como “circularidade” ao pensar nela enquanto parte da circulação e um valor civilizatório importante para a população afrodescendente: a nossa comunicação é circular, ela não está alicerçada por uma hierarquização do saber, de cima para baixo, característica comum na episteme do Ocidente. Pelo contrário, nossas matrizes fundantes “circulam”: é assim com a “roda” de samba, com a “gira” de capoeira, com a “gira” de Exu na espiritualidade. Essa compreensão de uma vida em círculos, também produz sentidos de coletividade, de pertencimento e de retornos.

A circulação acontece dentro e fora dos suportes midiáticos e então, nada mais relevante do que ouvir o que as trabalhadoras têm a dizer sobre as suas funções e como elas compreendem o debate sobre o trabalho doméstico análogo à escravidão. Considerando também os estigmas que essa profissão carrega e o recorte racial que está intimamente ligado ao ofício, assim como os sentidos construídos a partir da analogia com a escravidão, optamos por entrevistar mulheres autodeclaradas negras. E aqui, faz-se um adendo necessário: não trata-se de dar voz, mas sim, entender esse lugar de enunciação e os circuitos por onde a temática do trabalho doméstico análogo perpassa, atingindo diretamente atores envolvidos nesta discussão.

Ainda detalhando, metodologicamente, temos uma análise etnográfica (Weber, 2009; Silva, 2019), que parte de um estudo de caso midiático (Weschenfelder, 2020). Essa opção considera que o método de análise se caracteriza por circuitos e fluxos que se complexificam na medida em que estes vão se desenvolvendo (Weschenfelder, 2020) dentro e fora da mídia. Já o estudo de caso, proposto por Howard Becker (1999) e Robert Yin (2016), amplamente estudado nas Ciências Humanas e Sociais, é um método de pesquisa que utiliza geralmente dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto. O contexto midiático que aqui se encontra é constituído de uma situação-limite, e, portanto, noticiável, compreendendo os critérios de noticiabilidade (Traquina, 2005) que se aplicam ao jornalismo. Desta forma, a etnografia, nos permite identificar os sentidos que circulam na fala das trabalhadoras e como estas se apropriam, reinventam, agenciam outros circuitos que extrapolam o midiático hegemônico.

Em nossa construção metodológica, ficamos em alerta para o que Braga (2008) aponta ao afirmar que faz parte dos estudos de caso em Comunicação, o trabalho de (a) levantar indícios; (b) decidir de sua relevância para o objeto e para a pergunta da pesquisa; e (c) articular conjuntos de indícios derivando, daí, inferências sobre o fenômeno. E nossas inferências recaem sobre as Ciências Sociais, Sociologia e História. Ainda assim, façamos uma relação direta entre

as teorias da Comunicação e o caso observável: os atores sociais, que ascendem aos meios, interferindo também em suas lógicas (Rosa, 2019), estão em processo constante de trocas e agenciamentos do assunto. Por isso, se fez tão importante ouvir as trabalhadoras.

Nesta pesquisa procuramos entender as lógicas deste agenciamentos e produções de sentido que se desenvolvem a partir da cobertura midiática dos acontecimentos. A análise empírica se concentra no estudo do Caso Madalena Gordiano, amplamente noticiado pela mídia no ano de 2020: mulher negra, trabalhadora doméstica e que viveu em condições análogas à escravidão por quase quatro décadas, no estado brasileiro de Minas Gerais. Esse observável será apresentado adiante. Consideramos importante, contudo, reiterar aqui que o nosso objeto não se trata do Caso Madalena em si, apesar da relevância que o mesmo apresenta para compreender a questão que nos propomos a investigar. Nossas lentes de análise estão voltadas para as situações que o caso evidencia e como ele se engendra nos circuitos.

Para fins de apresentação, além desta Introdução (seção 1), onde apresentamos a delimitação e a contextualização do tema, o problema de pesquisa e seus objetivos, essa tese está dividida em duas partes e conta com mais seis seções. Na seção 2, apresentamos o contexto sócio-histórico do trabalho doméstico remunerado no Brasil, sua relação com a população negra e o cenário de midiatização da profissão nos últimos anos propiciado em parte pela pandemia de Covid-19. Na seção 3, apontamos os conceitos mobilizados e qual foi o nosso caminho metodológico, com ênfase na etnografia e nas escolhas processuais para elaboração desta tese, partindo de algumas reflexões sobre como compreendemos gênero e raça enquanto categorias articuladas. Na seção 4, apresentamos a situação-limite de Madalena Gordiano e a constituição do caso; na seção 5, apresentamos os trechos selecionados das entrevistas com as interlocutoras desta pesquisa, transcritas. Na seção 6, trazemos as análises transversais e os tensionamentos oriundos das entrevistas com as interlocutoras desta pesquisa, em diálogo com a bibliografia e o próprio Caso Madalena. Por fim, na seção 7, apontamos algumas considerações possíveis sobre a investigação.

Dividimos a tese em duas partes por compreendermos que o método etnográfico nos exigiu uma maior subjetividade na análise das entrevistas. O que difere a Parte I da Parte II é o fato de que o nosso primeiro movimento é mais descritivo e de contextualização, enquanto o segundo é mais analítico ancorado no método etnográfico de observação. Contudo, ambas as partes se complementam e se encontram nas análises transversais.

Acreditamos ser interessante evidenciar já nesta Introdução alguns movimentos escolhidos para a escrita deste trabalho:

1. Ao longo da investigação, ao nos referirmos às pessoas que exercem o trabalho doméstico, utilizaremos o termo “as trabalhadoras”, no feminino. Levamos em consideração o que é informado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representativo órgão de pesquisa e estatística no país, que calcula um contingente de cerca de 92% de mulheres exercendo essa função na atualidade.² Desta forma, pretendemos produzir uma padronização desta categoria para melhor compreensão da questão na pesquisa. Mas também, consideramos que utilizar o nome da profissão a partir do feminino é uma forma de afirmar quem são essas mulheres, considerando os aspectos sexistas e patriarcais ainda presentes no exercício desta função. No caso das mulheres entrevistadas nesta tese, e que têm as suas identidades preservadas, utilizamos também os termos “interlocutoras” e/ou “sujeitas participantes”, pois acreditamos que a pesquisa se dá em interlocução e participação delas. Pretendemos assim, fugir de uma interpretação que possa vir a colocar as mesmas em uma posição de objeto apenas. É um recurso discursivo que se faz necessário, inclusive, como forma de legitimar o respeito às pessoas envolvidas e que reconhece as entrevistadas enquanto sujeitas participantes e agentes políticos.

2. Quando nos referirmos às escolhas metodológicas, teóricas e aos conceitos mobilizados, utilizaremos a primeira pessoa do plural – nós – por se tratar de um trabalho construído a partir da relação epistemológica com a minha orientadora, Professora Doutora Ana Paula da Rosa. Em alguns momentos da escrita, como em partes desta Introdução, devido às subjetividades que a tese carrega e as intersecções de gênero e raça que estão presentes, opto por utilizar na escrita a primeira pessoa do singular – eu. Essa escolha considera a posição de uma pesquisadora negra, ativista, comprometida com a produção de conhecimento a partir de um local de enunciação que ainda nos é caro: o ambiente acadêmico. Por não acreditar em uma pesquisa imune à trajetória, trago para a escrita toda a subjetividade e a luta pelo reconhecimento enquanto afro-comunicóloga. Como aponta Conceição Evaristo (2008), escrevemos a partir daquilo que vivemos e a isso se nomeia “escrivência”. Eu escrevo e elaboro o conhecimento carregada pelas vivências que me constituem enquanto sujeito. E esse sujeito é uma mulher preta nascida do ventre de outra mulher preta que foi trabalhadora doméstica durante a maior parte de sua vida. Neta de doméstica, bisneta de quilombola livre e muito possivelmente, tataraneta de uma escravizada. Utilizar dois tempos verbais, a meu ver,

² Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgada em 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>. Acesso em: 14 nov. 2024.

não fere a norma culta neste caso, mas posiciona criticamente a pesquisa a partir do circuito de quem a escreve. A gramática que apresentamos também é uma gramática de reconhecimento.

Além disso, por se tratar de um arranjo metodológico proposto especificamente para essa tese, consideramos também importante anunciar que o texto não possui o rigor de uma padronização única. Nos trechos em que as trabalhadoras são colocadas em evidência, a partir de seus relatos, optamos por uma escrita narrativa fluida, que posiciona nosso leitor no contexto da história. Prática comum na etnografia clássica e que acreditamos ser um detalhe rico nesta produção. Observar também é ser participante.

Também destacamos que essa pesquisa foi desenvolvida em um contexto desafiador em sentidos diversos. A autora desta pesquisa é uma mulher-mãe, com uma gestação que chegou logo no início do doutorado e, portanto, tendo uma tese escrita em conjunto com a criação de um bebê. O movimento que vivi nestes quase cinco anos, denominei informalmente nas redes sociais de “AmamenTese”, uma analogia ao ato de amamentar, que tanto me acompanhou, mas mais do que amamentar, nutrir uma vida com carinho e afeto em meio a um trabalho de pós-graduação. Um levantamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) aponta que, no mundo todo, apenas 28,8% dos cientistas são mulheres.³ A sobrecarga feminina e o trabalho de cuidado não remunerado é uma realidade que afasta muitas de nós da produção de conhecimento científico. Como tem sido dito pelos movimentos de mulheres-mães, cuidar de um bebê, definitivamente, não cabe no Lattes.

Igualmente desafiador foi o anúncio do encerramento das atividades do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, onde essa tese foi desenvolvida. Escrever um trabalho em meio às incertezas em relação ao futuro da pesquisa acadêmica no Brasil é por vezes frustrante e triste, principalmente para quem acredita na ciência. O desânimo por não saber ao certo o caminho para onde tantos docentes estimados devem rumar nos próximos anos angustia, mas ao mesmo tempo impulsiona para seguirmos comprometidos e lutando pela educação neste país. Essa tese, de certa forma, é um trabalho de resistência neste sentido, ao ser uma das últimas produções deste renomado PPG. Por isso também, o nosso compromisso com a qualidade deste trabalho.

Ainda no andamento da investigação enfrentamos uma das maiores catástrofes naturais da história recente no Rio Grande do Sul. Durante a escrita, tivemos que parar para cuidar de amigos, conhecidos (e desconhecidos), familiares que perderam seus bens materiais na grande

³ Disponível em: <https://cpeg.uff.br/2022/04/10/movimento-parent-in-science-auxilia-maes-cientistas-a-manter-carreira/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

enchente de maio de 2024. Fato esse que desestabiliza, desconforta, mas também faz pensar na situação de vulnerabilidade que está ao nosso redor. Não existe pesquisa neutra diante desta situação. De uma hora para outra, descobrimos que a urgência climática não está tão longe de nós, como acreditávamos outrora. O negacionismo ambiental, que também pode ser combatido com ciência, contribuiu fortemente para essa grande tragédia. Todos nós saímos mais tristes deste episódio.

Seguimos (na pesquisa e na vida) com a certeza de que essa tese é uma escrita política. E acreditamos que esse texto, sempre que retomado, poderá servir de força para enfrentamentos sociais que ainda virão. Afinal, não andamos sós.

1.1 Das primeiras inquietações à contextualização do problema de pesquisa

“Durante agosto de 2024, a Operação Resgate IV retirou 593 trabalhadores de condições de trabalho escravo contemporâneo”.⁴

“[...] as equipes constataram a presença de mais de 70 garimpeiros trabalhando em condições degradantes e equiparadas à escravidão”.⁵

“De 2017 a 2023, as equipes de fiscalização já realizaram 119 resgates de trabalho escravo em ambiente doméstico”.⁶

Os trechos acima foram extraídos de reportagens veiculadas ao longo do ano de 2024. O Artigo 149 do Código Penal Brasileiro define **trabalho análogo ao escravo** aquele em que seres humanos estão submetidos a serviços forçados, jornadas intensas, condições degradantes e restrição de locomoção do trabalhador ou da trabalhadora.⁷ Esses casos vêm sendo pautados pelo jornalismo e repercutidos pelas mídias quase que diariamente nas mais diferentes localidades do Brasil.

Algumas conceituações de ordem teórica-etimológica, contudo, se tornam necessárias para compreender melhor esta questão antes de avançarmos. *Escravo* em português; *esclave*, em francês; *schiaivo*, em italiano; *sklave* em alemão; ou *slave*, em inglês, são todas palavras

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Agosto/593-trabalhadores-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-na-maior-operacao-da-historia-do-brasil>. Acesso em: 03 set. 2024.

⁵ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-04/garimpo-ilegal-usava-trabalho-analogo-escravidao-no-amazonas>. Acesso em: 03 set. 2024.

⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Maio/resgates-em-aco-es-de-fiscalizacao-do-mte-escancaram-trabalho-escravo-domestico-no-pais-1>. Acesso em: 03 set. 2024.

⁷ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/trabalho-escravo-e-trafico-de-pessoas/trabalho-escravo/>. Acesso em: 05 maio 2023.

derivadas do latim *slavus*. Esta última nomenclatura, por sua vez, era utilizada para designar os eslavos, nome genérico dos habitantes da região dos Bálcãs, no leste europeu (Gomes, L. 2019). Elizabeth Taille e Adriano dos Santos (2012, p. 7) apontam que na atualidade, a utilização que tem sido feita do vocábulo *escravizado* indica ter como propósito “resgatar o contexto e a relação histórico-social referente ao período escravocrata do Brasil [Colônia], evocando ressonâncias semânticas do pressuposto de responsabilização e de opressão pelo processo de escravidão”. Além disso, de acordo proposto por Laurentino Gomes (2019, p. 31), o verbo *escravizar*, denotaria uma “condição temporária, produzida pela violência que tornou a pessoa cativa, sem que essa fosse sua identidade ou vocação original”.

Nesta pesquisa, optamos pelo termo “escravizado (a)” para se referir ao período colonial devido a uma questão de esclarecimento semântico que faz sentido a partir de uma história repensada e ressignificada. Contudo, ao falar da categoria jurídica, seguimos falando em “análogo à escravidão” ou “trabalho escravo” por se tratar de um crime tipificado na legislação brasileira e que tem justamente esse nome, ao invés de “análogo à escravização”.

O Brasil, o último país a abolir oficialmente a escravidão negra no período colonial (Gomes L., 2019; Gomes; Schwarcz, 2018) é uma das nações com o maior número de casos de trabalho escravo contemporâneo. Em 2023, foram 3.190 pessoas resgatadas. Em agosto de 2024, a Operação Resgate IV, uma importante força-tarefa da segurança pública, retirou 593 trabalhadores destas condições. Este número de agosto é 11,65% maior do que o de resgatados da mesma operação realizada no ano anterior – foram 532.⁸ Ainda em 2024, ações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apontam que pelo menos 2 mil pessoas foram encontradas nestas condições.

No Rio Grande do Sul, estado onde se localiza geograficamente a escrita desta tese, o caso mais emblemático e de maior notoriedade, envolveu o nome de grandes empresas do setor da viticultura, na Serra Gaúcha. Em fevereiro de 2023, mais de 200 trabalhadores empenhados na colheita da uva foram resgatados de situação análoga à escravidão em Bento Gonçalves⁹, assunto que repercutiu durante vários dias na imprensa nacional e internacional, devido à relevância das vinícolas no mercado consumidor. Neste caso, os Direitos Humanos foram feridos das formas mais cruéis. De acordo com reportagens da época, os trabalhadores eram submetidos a sessões de tortura e viviam em condições desumanas em um alojamento. Também

⁸ Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/593-trabalhadores-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-na-maior-operacao-da-historia-do-brasil>. Acesso em: 09 set. 2024.

⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/27/trabalhadores-resgatados-em-situacao-de-escravidao-no-rs-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.ghml>. Acesso em: 09 set. 2024.

em 2023, ainda no Rio Grande do Sul, uma idosa foi resgatada por fiscais da Superintendência Regional do Trabalho em Canoas, populoso município da Região Metropolitana de Porto Alegre. De acordo com a apuração do jornal Zero Hora¹⁰, a vítima trabalhou para três gerações da mesma família desde que tinha 16 anos de idade.

Figura 1 - Matéria do portal GZH sobre o trabalho análogo à escravidão em Canoas – RS

Por 47 anos • Notícia

Mulher resgatada de situação análoga à escravidão em Canoas trabalhou para três gerações da mesma família

Desde os 16 anos ela prestava diversos tipos de serviços sem ser paga, segundo a Superintendência Regional do Trabalho; empregadores firmaram acordo com o MPT

Fonte: GZH/Reprodução.

No início do ano de 2025, outros casos no Rio Grande do Sul foram contados pela mídia, principalmente em cidades da Serra Gaúcha. Existe uma construção simbólica neste caso, pois à região da Serra Gaúcha se atribui a analogia com uma ideia de “Europa brasileira”, seja pelo clima frio, ou seja pela colonização italiana que é notadamente marcada neste lugar. Não quer dizer necessariamente que esse caso estarrecedor nas vinícolas se deva exatamente a isso, mas não podemos negar que há uma associação importante. Em fevereiro de 2025, um grupo de 18 pessoas, formado por indígenas originários da reserva kaingang de Benjamin Constant do Sul, foi vítima das “falsas promessas de trabalho, da manutenção da informalidade e das condições degradantes de alojamento”.¹¹ Sobre isso, também se faz necessário pontuar uma grande dificuldade da escrita desta tese: o número de casos que foram surgindo ao longo de quatro anos

¹⁰ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2023/05/mulher-resgatada-de-situacao-analog-a-escravidao-em-canoas-trabalhou-para-tres-geracoes-da-mesma-familia-clhp04uq9004u016xvwjxt6mk.html>. Acesso em: 09 set. 2024.

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2025/02/08/trabalhadores-em-situacao-analog-a-escravidao-sao-resgatados-em-bento-goncalves-diz-ministerio-do-trabalho.ghtml>. Acesso em: 02 mar. 2025.

de doutorado. Muitas vezes, parecia que estávamos lendo a mesma notícia, tamanha a semelhança entre si nos crimes noticiados. Podemos dizer que, em média, a cada mês, desde 2021, surgiu no jornalismo brasileiro alguma notícia de trabalho doméstico análogo.

Em casos como esses podemos inferir que o trabalho escravo está em debate midiaticizado (Gomes, P. 2019) na atualidade, uma vez que só sabemos destas histórias, geralmente através do jornalismo e da repercussão que provocam seja no âmbito estadual ou a nível nacional. Se consideramos as novas ambiências e o fato de que cada vez mais a sociedade está hiperconectada, compreendemos que esse é um debate que se expande de forma vertiginosa e não fica mais restrito apenas ao que é noticiado, pelo contrário, circula.

Enquanto jornalista, atuante em redações de jornal desde o terceiro semestre de graduação, tive contato com os mais diferentes tipos de pautas, principalmente no segmento jornalístico que se conhece como *Hard News*.¹² Algumas ocuparam o noticiário nacional por um longo período, além das tradicionais suítes, e isso fez com que eu pudesse acompanhar de perto os seus respectivos desdobramentos, principalmente considerando a repercussão nas redes sociais, propiciados pela midiaticização da sociedade em processo (Gomes, P. 2019) nestas primeiras décadas do século XXI.

Em 2013, estive envolvida com interesse de leitora e de jornalista no acontecimento jornalístico (Rodrigues, 1993; Sodré, 2009) que ficou conhecido como a “PEC das Domésticas”. O episódio trata da aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 72, onde foram estendidos à essa categoria profissional os mesmos direitos que são garantidos aos demais trabalhadores e trabalhadoras urbanos desde a Constituição de 1988. Somente dois anos depois, em 2015, os direitos das domésticas passaram a ter validade, com a aprovação da Lei Complementar 150, que regulamentou a emenda. O episódio ganhou as redes sociais, principalmente com críticas de uma parcela da sociedade que argumentava sobre a dificuldade de pagar às trabalhadoras um salário compatível com a função de forma estável, assim como regulamentar as suas condições dentro das popularmente conhecidas como “casas de família”. Foi assim que a circulação midiática fomentou no país o debate sobre “se as domésticas iriam acabar” (Dantas, 2016).

O assunto parece inesgotável: de um lado, temos a questão sociológica de uma equiparação profissional que parece longe de acontecer – embasada pelos vários levantamentos e estatísticas noticiadas. De outro lado, temos uma questão jurídica importante, a analogia à

¹² No jargão jornalístico, *hard news* são caracterizadas por serem as notícias objetivas e de última hora, que precisam ser veiculadas com agilidade.

escavidão. A Comunicação, representada pelo jornalismo, tece ângulos paralelos neste debate: nem todo o trabalho doméstico se configura enquanto trabalho escravo, mas as representações e os sentidos que circulam sobre o assunto nos sugerem repensar as funções exercidas pela categoria e a forma como isso se dá no Brasil. É a partir da Comunicação, e sobretudo do trabalho do jornalismo, que tensionamos a questão sociológica e a questão jurídica.

Para Muniz Sodré (2010), é necessário um diálogo interdisciplinar nos estudos de jornalismo e Comunicação, pois, segundo o autor, há hoje uma redução da área, por parte dos pesquisadores e pesquisadoras, que veem no jornalismo “apenas uma neutra e técnica correia de transmissão de fatos sociais para um público consumidor” (Sodré, 2010, p. 8-9), quando na verdade, os fenômenos sociais deveriam ser estudados em conjunto com a mídia. Isso se aplica ao fenômeno que trazemos nesta tese.

Na arquitetura comunicacional midiática (Fausto Neto, 2010), envolvendo o acontecimento da PEC das Domésticas, notei que o assunto da regulamentação suscita diferentes ângulos de explanação. Atores sociais, produtores de informação e receptores, mesclavam seus entendimentos sobre a situação da nova lei e havia uma disputa narrativa em torno da questão. Os feixes de relações da circulação (Fausto Neto, 2018) produziam diferentes sentidos conforme a discussão avançava no país. Entre os tópicos abordados pelos atores sociais favoráveis à legislação estava a constatação de que sem a lei, trabalhadoras domésticas “seguiram” sendo escravizadas. Logo, refletimos que trabalhadoras domésticas, em sua maioria, vivem uma situação de precarização que remete à escravização, ou pelo menos, grande parcela da sociedade compreende desta forma. Isso é um sentido construído. Mas e como essas mulheres enxergam a questão? Como circula entre elas?

A analogia do trabalho doméstico à escravidão e a forma como os circuitos são montados em ambiência midiática nos convida a pensar essa investigação em uma proposta interdisciplinar. Braga (2004) nos aponta que em relação à Comunicação, “boa parte dos próprios problemas e questões que movem o campo nos é ainda sugerida ‘de fora’ (às vezes diretamente, às vezes por transferência)” (Braga, 2004, p. 220) em uma referência às outras áreas das Ciências Humanas e Sociais. Contudo, nos preocupamos em identificar “o que há de comunicacional” no que nos propomos a investigar e mais do que isso, fazer o que Braga chama de “desentranhar”. Do que explicamos até o presente momento, não há como fugir da constatação de que esse é um debate sociológico e, o entendimento de como isso se articula – e se entranha - com o fazer comunicacional, certamente enriquece e dá o referencial desta investigação.

Em um movimento analítico localizamos caminhos a esta questão: os sentidos que buscamos estão construídos em uma esfera midiática; as relações estão tecidas um contexto de mediação em processo e os debates são propiciados a partir de atores sociais – as trabalhadoras - que disputam a produção de sentidos, essa última sendo uma problemática situada no campo da circulação. Desta forma compreendemos que pensar a circulação midiática trazendo como contexto referencial o trabalho doméstico é um debate urgente e necessário. Ainda mais se colocarmos na centralidade da discussão as categorias de gênero e raça.

Entendemos que o racismo é estruturante e estrutural na sociedade brasileira (Almeida, 2018) e que “o funcionamento das instituições, de práticas, conflitos, cultura, passa a se estruturar em relação direta com a existência da mídia” (Verón, 1984, *apud* Carlón, 2020, p. 8). O trabalho análogo à escravidão não é uma forma de exploração presente apenas no exercício das funções domésticas. Na mineração, em propriedades agrícolas, na indústria do tabaco, entre outros, também vemos esse tipo de relação de trabalho. Vide o que aconteceu no estado do Rio Grande do Sul em 2023, conforme citado anteriormente. Somente no ano de 1995 o governo brasileiro assumiu a existência do trabalho escravo contemporâneo perante o país e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ainda assim, o Brasil é um dos primeiros países do mundo a reconhecer oficialmente a existência desta questão recorrente em seu território. Isso mostra o quanto essa discussão é necessária e pertinente justamente no país que foi o último a abolir oficialmente a escravização no século XIX.

O Direito nos explica que o trabalho análogo ao de escravo é assim chamado porque se equipara com as características degradantes e com a quebra de direitos que existiram no Brasil durante todo o período da escravidão, abolida em 13 de maio de 1888. Ressalta-se que para ser considerada análogo à escravidão, de acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT), a função exercida pela vítima precisa ter algumas características definidoras, entre elas: submissão a serviços forçados, jornadas intensas que podem causar danos físicos, condições degradantes e restrição de locomoção em razão de dívida contraída com empregador ou preposto. Com isso, entendemos que o trabalho doméstico análogo à escravidão é uma situação-limite. Aqui entendido como a degradação máxima da exploração de uma trabalhadora. Ou seja, as violações chegam ao ápice de retirar a dignidade humana da vítima.

O caso das trabalhadoras domésticas, que é o nosso interesse neste trabalho, se torna mais grave, pois segundo o MPT, as violações de direitos ocorrem dentro dos lares, um local de difícil acesso para a fiscalização. E desta forma, os empregadores, as empregadoras e contratantes se beneficiam da impunidade, propiciada pelo isolamento em que a trabalhadora

doméstica vive. Além disso, no Brasil predomina um argumento, muito utilizado quando esses casos vêm à tona: a afirmação de que a vítima é “uma pessoa quase da família” e que, portanto, não receberia salários devido a existência de uma relação afetiva natural. Essa relação, remonta ao período colonial, às mulheres conhecidas como “escravas de portas adentro” (Telles, 2018), e que se diferenciavam dos demais pelo fato de circularem livremente entre os senhores e senhoras da casa grande, sem permanecerem na senzala. Inclusive, existem muitas perspectivas teóricas que se dedicam a refletir justamente o espaço do trabalho doméstico em um contexto de servidão e/ou afeto (Brites, 2007; Graham, 1992; Xavier; Farias; Gomes, 2012; Hill Collins, 2016; Kofes, 2001), onde essas duas linhas se confundem: onde começa a servidão? Onde termina a relação de afeto? As duas coexistem?

A relação de servidão análoga à escravidão, que é tipificada criminalmente, também já é vista com mais frequência na academia, já que ano a ano crescem as publicações sobre os abusos cometidos em situações em que o que deveria predominar era apenas o trabalho digno e remunerado. Uma busca nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação vinculada ao Ministério da Educação, apontou que entre 2010 e 2024 foram publicados cerca de 40 teses e dissertações sobre o trabalho análogo à escravidão no Brasil. Em sua maioria, estas produções de finalização de curso estão localizadas nas Ciências Sociais e Jurídicas e buscam debater as implicações do Direito sob este tipo de crime.

Em relação às teses sobre a temática, nos últimos cinco anos - desde 2019 até agora - foram localizadas 18 investigações de doutorado dedicadas a analisar o trabalho análogo à escravidão, em aspectos gerais. As produções, em sua maioria, estão localizadas em áreas como Direito, Ciência Política, Políticas Públicas e Psicologia. Em 2022 foi lançado em Sergipe o livro *“A mulher negra no mercado de trabalho - condições escravistas das trabalhadoras domésticas”*, escrito pela jurista Shirley Silveira Andrade a partir de entrevistas com trabalhadoras domésticas. Um importante compilado de depoimentos que serve como base para estudos como essa tese.

Já em interlocução com a Comunicação, em 2012, a dissertação de mestrado de Karen Terossi, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp) investigou como as violações de direitos da cidadania aparecem no webjornalismo em coberturas sobre trabalho escravo. A autora desta dissertação foca em trabalhadores e trabalhadoras da indústria têxtil em sua análise midiática. Em 2020, sob organização de Brito e Cal (2020) é lançado *“Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico:*

das reiteraões coloniais à invenção de outros possíveis”, uma importante contribuição para a área de estudos sobre trabalho doméstico mesmo sem focalizar na analogia à escravidão. Antes disso, Cal (2016) foi a organizadora de *“Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder, resistências”*, outra referência para compreender os aspectos basilares da função a partir da exploração já na infância.

Ao mapearmos os anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), um dos mais importantes da área, também conseguimos compreender o estado em que a arte se encontra. Citando alguns exemplos, em 2022, no trabalho *“Cheias de Charme, mas com pouca pesquisa. Análise da produção científica sobre trabalho doméstico: uma investigação em congressos e revistas nacionais no período de 2002 a 2022”*, Samara Sanches Brochado da Universidade Federal Fluminense (UFF) problematiza a pouca recorrência, naquela época, temática sobre trabalho doméstico na academia. O artigo foi apresentado no Grupo de Pesquisa (GP) Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico. Em 2019, Karyne Lane Alves Gomes, da Universidade Federal do Ceará (UFC), apresentou no Intercom o trabalho *“Da escravidão ao trabalho doméstico: uma análise da perpetuação da cultura de exploração a mulheres negras a partir do programa Profissão Repórter”*. A autora optou por realizar análises de imagem e do discurso, em diálogo com autores da Comunicação e de estudos sobre raça, gênero e classe.

Ao localizar esse referencial teórico, percebemos que há uma lacuna em estudos na área da Comunicação dedicados a investigar de forma articulada os eixos de “trabalho doméstico análogo à escravidão”, “jornalismo” e “circulação”. Ao focalizar na circulação, compreendemos que essa tese não precisa ficar restrita às discussões de epistemes afro-brasileiras, pelo contrário, é uma contribuição para a área, de forma geral e não segmentada. Vamos além ao tentar entender de que forma as sujeitas participantes desta pesquisa criam sentidos a partir destes casos. Questionamos o modo como elas, os atores sociais, conduzem seus próprios feixes circulatórios. A tese também nos instiga a repensar práticas profissionais arraigadas no fazer jornalístico. É uma pesquisa de dentro para fora e de fora para dentro da mídia. Afinal, a circulação também se inscreve externa e independente aos suportes midiáticos.

Cabe ressaltar que uma busca no gerenciador de pesquisas *Google*, realizada em novembro de 2024, retornou em torno de 300 resultados na ferramenta “notícias” em relação ao termo “Trabalho Doméstico Análogo à Escravidão”. Logo podemos entender que esse conteúdo tem sido noticiado com certa frequência. Já em relação à Madalena Gordiano, cuja história é o caso observável desta tese de doutorado, seu nome já aparece em trabalhos

acadêmicos como monografias e artigos localizados principalmente nas áreas do Direito e da História (Araújo, 2022; Freitas, 2022; Gould e Rocha, 2023). Produções que problematizam a continuidade do passado escravocrata brasileiro sob esferas distintas tendo como base a vida de Madalena.

Um primeiro olhar nos convida a pensar nesta situação-limite como algo raro, mas o acontecimento envolvendo a mulher que foi escravizada por quase 40 anos em Minas Gerais não é algo insólito e, infelizmente, se repete no Brasil e no exterior de forma constante: o *podcast*¹³ *A Mulher da Casa Abandonada*¹⁴, com roteiro do jornalista, Chico Felitti da Folha de São Paulo, teve grande repercussão nas redes sociais. Na narrativa, Felitti conta a trajetória de Margarida Bonetti, mulher que vivia isolada em uma casa em um bairro nobre de São Paulo, mas que era acusada nos Estados Unidos e procurada pelo FBI, serviço de inteligência norte-americano, por manter uma trabalhadora doméstica em situação análoga à escravidão por décadas. Esse foi considerado o podcast mais ouvido dos últimos tempos no Brasil. Os seis episódios acumularam cerca de 7 milhões de *downloads* nas plataformas de distribuição de áudio.

A repercussão do *podcast* *A Mulher da Casa Abandonada*, assim como as reportagens do Caso Madalena em diferentes circuitos são pistas que nos auxiliam a problematizar e a delimitar o tema de análise na investigação. Para além disso, considerando a Comunicação como uma ciência com potencial para explicar fenômenos da sociedade em que vivemos, analisar o trabalho doméstico e sua produção de sentido a partir de um caso midiático se faz importante. Principalmente no contexto de um Programa de Pós-Graduação que se refere aos estudos de Comunicação a partir de processos sociais. Argumentamos sobre a importância do trabalho para a área, em especial o jornalismo, para que este possa rever suas práticas noticiosas. Por outro lado, entender como os fluxos de sentido sobre o trabalho doméstico análogo à escravidão se estabelece possibilitando deslocar o olhar dos profissionais de Comunicação em direção à alteridade de forma crítica, levando em consideração aspectos como o racismo estrutural.

Desta forma, ao perguntar **que sentidos são produzidos a partir da circulação midiática de casos de trabalho doméstico análogos à escravidão no Brasil e de que forma o jornalismo atualiza e/ou mantém enquadramentos estigmatizantes em suas produções**

¹³ Programa de áudio disponível em plataformas de streaming.

¹⁴ Disponível em: <https://open.spotify.com/show/0xyzsMcSzudBIen2Ki2dqV?si=7561d49c2a354f88>. Acesso em: 25 maio 2023.

afetando o debate social sobre essa temática, objetivamos problematizar a questão através dos seguintes objetivos específicos: a) compreender os circuitos mobilizados a partir do caso observável envolvendo o episódio de Madalena Gordiano, realizando um movimento descritivo-inferencial sobre essa situação-limite; b) Analisar criticamente, através de entrevistas, o modo como os casos de trabalho doméstico análogos à escravidão em circulação agenciam o debate entre as mulheres que exercem a função de forma remunerada; c) localizar os sentidos que emergem sobre essa temática a partir da veiculação de casos sobre trabalho doméstico análogo à escravidão na mídia; d) refletir sobre como a temática da escravização negra ainda é lida e relida no cenário midiático que, por vezes, acaba por reforçar essa condição.

Nossa aspiração ao focalizar estes objetivos específicos, além de responder à pergunta central, não é esgotar o tema da circulação em relação à temática desta pesquisa. Pelo contrário, espera-se que com a investigação seja possível contribuir epistemologicamente dentro deste assunto e auxiliar na reflexão sobre o modo de operação, da construção e das disputas de narrativas dentro do jornalismo e da Comunicação, com ênfase em gênero e raça.

No capítulo que segue, trazemos o contexto histórico do que nos propomos a compreender nos dias atuais.

PARTE I

“Num país em que só nas últimas décadas desse século (XX), o trabalho passou a ter significado dignificante, o que não acontecia antes, devido ao estigma da escravatura, reproduz-se na mulher negra ‘um destino histórico’”.

Beatriz Nascimento.

2 O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO BRASIL: O CONTEXTO ENTRE SENZALAS E CASAS DE FAMÍLIA

*“Levanta, preta, que o Sol tá na janela
Leva a gamela pro xaréu do pescador
A alforria se conquista com o ganho
E o balaio é do tamanho do suor do seu amor
Mainha, esses velhos areais Onde nossas ancestrais acordavam
as manhãs [...]
Ó, mãe! Ensaboa, mãe! Ensaboa, pra depois quarar”. (Unidos do
Viradouro – Carnaval 2020)*

O trecho acima, que é parte de um enredo campeão do Carnaval no Rio de Janeiro no ano de 2020, retrata o ofício das lavadeiras. Essas mulheres, em sua maioria, negras escravizadas ou libertas, estão na gênese do trabalho doméstico remunerado no Brasil, assim como as mucamas e as amas-de-leite. Na literatura, na ficção, nas artes - como é o caso do Carnaval carioca -, no audiovisual e no imaginário coletivo. O que não faltam são referências sobre o trabalho doméstico no Brasil nas mais diferentes esferas da sociedade desde o tempo da escravização.

Antes de seguir, ressaltamos que a escravização não foi um processo exclusivo para cativas africanas e suas descendentes: mulheres indígenas de diferentes etnias também passaram pelo doloroso processo de trabalho forçado. Fato esse que deixa marcas até a atualidade também nestas sociedades. A escravização indiscriminada provocou “a desorganização da economia indígena, de sua vida social e política além de extrema mortandade” (Miranda, 2011, p. 7). A historiografia aponta que a mão-de-obra indígena foi indispensável aos negócios açucareiros dos colonizadores entre os séculos XVI e XVII. Mas para compreender a histórica relação do trabalho doméstico em nossa sociedade é preciso adentrar criticamente e especificamente na presença negra oriunda da diáspora africana forçada no território.

O Brasil foi o maior ponto escravista do Ocidente por mais de três séculos (Gomes, L. 2019). Aqui, foram recebidos mais de 5 milhões de africanos, o que corresponde a 40% do número total de escravizados que foram trazidos para a América - o Novo Mundo. A tomada de Ceuta, um importante porto comercial localizado no Norte de África, no ano 1415, serviu como uma espécie de marco ao início das conquistas, bem como do tráfico negreiro transatlântico. Esse processo se intensificou entre 1580 e 1640 (Assumpção, 2015).

O Brasil, como já dito anteriormente, foi o último território do mundo a abolir oficialmente a escravidão, no ano de 1888. E hoje, conta com cerca de 55% de brasileiros autodeclarados negros, a soma entre pretos e pardos, de acordo com a classificação do IBGE¹⁵, se configurando assim como um dos países com maior população negra fora do continente africano e com influências negras em praticamente todos os segmentos socioculturais.

Entre *iorubás*, *haucás*, *quimbundos*, foram diversos os povos, com diferentes tradições e organizações, que se estabeleceram para o trabalho forçado no Brasil. E as mulheres foram presença constante. Os horrores da escravidão para mulheres também está retratado de diferentes formas, incluindo o jornalismo enquanto fonte documental disso. No conto intitulado “Pai contra Mãe” de Machado de Assis, publicado originalmente em 1906, ou seja, logo após a assinatura da Lei Áurea de 1888, o escritor se inspira na realidade de mulheres escravizadas e nos anúncios de jornais para relatar sobre esse período:

[...] naquela reviu todas as suas notas de escravos fugidos. As gratificações pela maior parte eram promessas; algumas traziam a soma escrita e escassa. Uma, porém, subia a cem mil-réis. Tratava-se de uma mulata; vinham indicações de gesto e de vestido (Assis, 2011, p. 68).

Desde que cruzaram o Atlântico, mulheres negras africanas estão presentes no trabalho, mas também em diferentes formas de associativismo, como as irmandades (Magalhães, 2017; Reginaldo, 2011). Mulheres negras já nascidas no Brasil também ganharam as ruas vendendo quitutes e oferecendo pequenos serviços, tais como reparos de roupas (Telles, 2011). Elas igualmente chefiavam quilombos (Nascimento, 2018) e organizavam estratégias de guerra, mas também se ocupavam na tarefa de ser amas-de-leite (Ariza, 2018; Reis, 2018), ou seja, amamentavam os bebês de seus tidos como superiores, os europeus e seus descendentes. Para as mulheres já forras (que já possuíam a carta de alforria), ser ama-de-leite era um ofício muitas vezes remunerado, outras vezes, forçado.

Sobre isso, é importante ressaltar que o aleitamento de bebês brancos pelas cativas foi uma prática comum a quase todas as sociedades escravistas do Atlântico. De acordo com a historiadora Lorena Telles (2018), a ideia racista de uma suposta fragilidade das mães brancas e, conseqüentemente, de seu leite, diante do mito da abundância de leite entre as mulheres negras, foi um dos fatores que contribuíram para a prática. Por si só, o trabalho de uma ama-de-leite já denota a desumanização do corpo da mulher negra, sendo que para conseguir

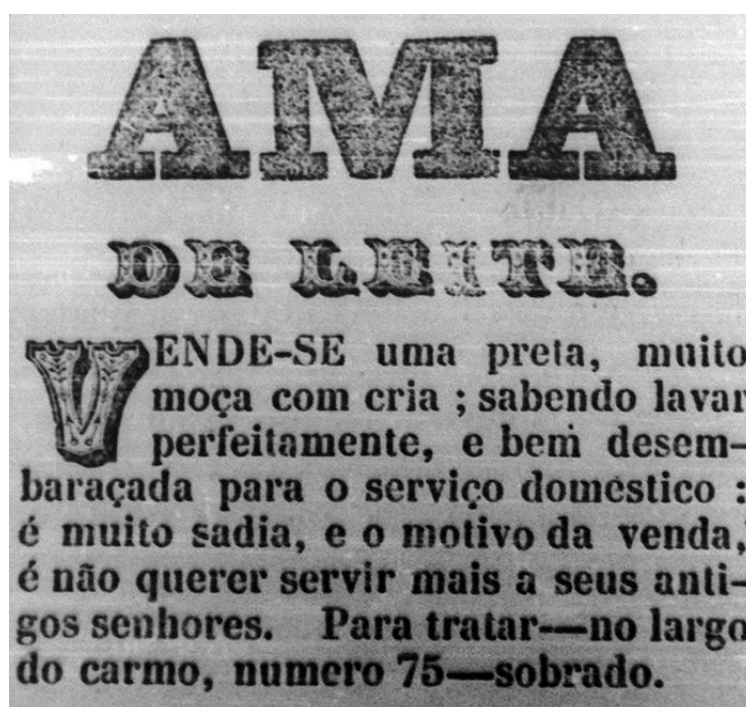
¹⁵ Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 01 out. 2023.

amamentar, ela deveria ser lactente recente, logo, era necessário deixar de lado a amamentação de seu próprio bebê. Para Lorena Telles (2018):

As amas de leite foram representadas como símbolos do carinho e devoção a seus senhores no interior de uma escravidão doméstica, idealmente doce e benevolente. No âmbito das vivências cotidianas, a ocupação de ama de leite impactou de maneira singular as experiências da maternidade e as formas de exploração dos corpos dessas mulheres (Telles, 2018, p. 101).

De certa forma, o jornalismo sempre esteve envolvido no mundo do trabalho doméstico. Evidentemente, retratando os costumes e hábitos de sua época, assim como as práticas até então naturalizadas na sociedade. Anúncios de amas-de-leite proliferavam em periódicos do Brasil Oitocentista.¹⁶ Estes anúncios “sublinhavam a 'boa conduta' e o 'bom comportamento' de corpos dóceis geralmente 'pretos', 'pardos' e 'cativos', com 'leite bom, sadio e abundante'” (Carneiro, 2008, p. 136).

Figura 2 - Anúncio do jornal Correio Paulistano no século XIX



Fonte: Portal São Paulo Antiga¹⁷

¹⁶ Brasil Oitocentista é a forma como historiadores e pesquisadores da historiografia nacional compreendem o período localizado entre os anos do século XIX. Durante o intervalo de 100 anos, o Brasil foi colônia, Reino Unido com Portugal, Império e no ano de 1890 foi estabelecida a sua primeira República (PAES, 2021).

¹⁷ Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/anuncios-de-escravos/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

Após a assinatura da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que proibia de forma definitiva o tráfico transatlântico de seres humanos, a busca dentro do território nacional de mulheres negras, em idade reprodutiva e que pudessem servir de “amas” e “reprodutoras” aumentou consideravelmente. É o que mostra a pesquisa de Telles (2018) sobre o assunto: “segundo o estudo do médico alemão Reinhold Teuscher, numa fazenda de Cantagalo, distrito cafeeiro fluminense, 106 mulheres deram à luz em média quinze crianças em um ano, no início da década de 1850” (Telles, 2018, p. 102). Ou seja, além de gerar novos escravizados, mão-de-obra, essas mulheres ainda poderiam gerar lucro aos seus senhores, sendo alugadas para servir como amas.

Contudo, para além deste trabalho doméstico dentro da chamada Casa Grande, seja amamentando e cuidando de crianças, seja cozinhando e lavando roupas, mulheres negras estiveram nas grandes estâncias¹⁸ dos pampas gaúchos, nas plantações de café no Sudeste, no garimpo de Minas Gerais, nos engenhos de cana-de-açúcar no nordeste, na zona portuária do extenso litoral. A escravização de corpos negros femininos perpassou os diferentes ciclos econômicos que constituíram o país ao longo de todos esses anos. Muitas vezes dividindo o ofício de forma igual com o sexo masculino. Sofrendo todos os tipos de agressões e tendo seus corpos fisicamente violados. Essa é uma realidade não apenas do Brasil, mas também de outros países onde a escravidão baseada na ideia de uma superioridade de raças se instaurou. Ao analisar a atualidade sócio-histórica dos Estados Unidos, a filósofa e ativista Angela Davis traz esse debate:

As mulheres negras sempre trabalharam mais fora do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório (Davis, 2016, p. 17).

Por isso, o feminismo negro (Carneiro, S., 2003; Gonzalez, 1983; Ribeiro, 2018) cada vez mais tem reivindicado atenção às suas pautas específicas, que se diferem do feminismo de mulheres não-racializadas, que se apresenta em uma proposta que muitas vezes não considera a intersecção de raça no debate. No célebre discurso *And I'm not a woman?* - E eu não sou uma mulher? (em tradução livre) -, proferido em 1851 na *Women's Rights Convention em Akron, Ohio*, Estados Unidos, a ex-escravizada Sojourner Truth já apontava essas diferenças no ato de trabalhar entre mulheres brancas e negras que lutavam pelos seus direitos.

¹⁸ Terreno utilizado para a criação de animais, como bois e cavalos. Geralmente com uma casa ao centro e alojamento para trabalhadores ou senzalas, na época do Brasil Colônia.

Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? (Truth, 1851).¹⁹

Como o objetivo aqui não é o de realizar uma análise histórica somente, mas situar o contexto de alguns elementos que fazem sentido na construção da pesquisa, é interessante perceber como o legado do trabalho escravizado de outrora trouxe precarização para as trabalhadoras domésticas, não por acaso, em sua maioria descendentes de mulheres negras. E esse é um dos motivos delas serem ouvidas nesta investigação enquanto sujeitas participantes.

O mercado de trabalho da modernidade - aqui entendida como recorte histórico somente e não abarcando todas as complexidades do termo enquanto conceito eurocêntrico (Quijano, 2005) - principalmente em um contexto de nações outrora colonizadas, como é o caso da América Latina, encontramos cenários bem demarcados de exclusão. Beatriz Nascimento (2018) ao se referir em meados da década de 1970 sobre as condições desiguais do mercado de trabalho formal para mulheres negras, já apontava que “se a mulher negra hoje [1975] permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados” (Nascimento, 2018, p. 83).

Se a abolição trouxe à população negra a tão esperada liberdade, podemos problematizar o quanto que o Ocidente, a partir das antigas colônias, relegou aos ex-cativos papéis sociais subalternos no período pós-emancipação.²⁰ A saída de séculos de opressão e a busca constante pela cidadania que foi subtraída não estão sendo rápidas. Somam-se anos após anos histórias de violência, envolvendo a população negra, em espaços que deveriam ser pautados por relações justas e saudáveis de trabalho. Como argumenta Cida Bento (2002), não temos um problema do negro no Brasil, temos um problema nas relações que são hierarquizadas a partir da branquitude. Com isso, Bento sinaliza que essa não é uma questão simplista, entendida a partir de uma possível desavença entre pessoas negras e pessoas não-racializadas. Trata-se de um complexo feixe de relações que se estruturam socialmente contribuindo para uma sociedade completamente desigual, ano após ano.

¹⁹ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

²⁰ Entende-se o pós-emancipação como um estudo dos processos, trajetórias e destino dos ex-escravizados e seus descendentes ao fim da abolição legal da escravidão (Gomes F.; Domingues, 2014). Dentro dos estudos históricos também se localiza o termo “pós-abolição”. Essa área se consolida ano a ano como um campo de investigação fértil para além da ideia de que escravizados estiveram passivos ao destino que lhes foi imposto socialmente. O campo de estudos do pós-emancipação revela as associações, luta por moradia e por terra, intelectualidades e tudo aquilo que os sujeitos negros protagonizaram após o 13 de maio de 1888.

Um exemplo desta relação é o episódio histórico que ficou conhecido como “A Revolta da Chibata”, onde homens livres, em sua maioria negros empobrecidos, se rebelaram contra os castigos físicos impostos pela Marinha do Brasil. Liderados por João Cândido, o Almirante Negro, o grupo de marinheiros ameaçou atacar com canhões a cidade do Rio de Janeiro no ano de 1910 como forma de protesto contra as condições degradantes em que viviam e trabalhavam (Moraes, 2010). Podemos refletir que talvez essa tenha sido uma das primeiras reações orquestradas no Brasil, no pós-abolição, com relação direta com o exercício profissional, a violação dos Direitos Humanos e as pessoas negras. Antes disso, a própria formação de quilombos pode ser entendida como uma insurreição contra o trabalho forçado.

Chegamos ao século XXI e apesar dos esforços dos movimentos negros através da reivindicação por políticas afirmativas, as transformações sociais não têm acontecido de forma ágil e o que se vê, ainda, é um cenário de pouca mobilidade social. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE, revelam que no fim do ano de 2021, quando iniciamos essa pesquisa, a população ocupada em trabalhos domésticos no país era de 5,7 milhões de pessoas. Sendo que 65% eram mulheres negras. Mais da metade (53,8%) dos trabalhadores do país em 2021 eram pretos ou pardos, mas esses grupos, somados, ocupavam apenas 29,5% dos cargos gerenciais, enquanto os brancos ocupavam 69,0% deles. Em 2023, a mesma pesquisa, a Pnad, apontava que 67,3% das trabalhadoras domésticas do Brasil eram mulheres negras, com média de idade de 49 anos. A grande questão, não é o trabalho doméstico em si, mas sim o caráter e estigma de subalternidade que isso carrega.

No Brasil, a herança escravocrata nos corpos femininos e negros é notavelmente marcada. A precariedade e a discriminação no exercício desta função também têm cor: ainda de acordo com o IPEA, a cada três trabalhadoras domésticas, duas são negras, que, em média, recebem 20% menos que as não negras. A ativista negra Lélia Gonzalez (1983) já nos anos 1980 do século XX problematiza a relação do trabalho doméstico com aspectos da servidão nos moldes coloniais. Nas palavras de Gonzalez (1983):

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere muito da ‘escrava do eito’ de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da “mucama” de ontem; o mesmo poderia dizer-se da vendedora ambulante, da ‘joaninha’, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje, e “escrava de ganho” de ontem (Gonzalez, 1983, p. 9).

Gonzalez (1983) traça um paralelo entre o dia 13 de maio, data da abolição, e o 1º de maio, quando se celebra o Dia do Trabalhador no Brasil. A intelectual aponta que mesmo no universo da subalternidade oferecida pelo trabalho doméstico, havia um recorte marcadamente

racial. E as suas conclusões são comprovadas pelos processos que essa categoria profissional passou e vem passando.

É de suma importância reiterar que essas mulheres não ficam condicionadas a enxergar a sua situação de forma passiva, pelo contrário. Mesmo ao longo de todo o processo de escravização enquanto regime oficial de trabalho, mulheres negras criaram estratégias e agenciamentos. São propostas emancipadoras de liberdade de direitos e de oportunidades, que passaram pelas irmandades, associações, compra de cartas de alforria, entre outras. Essas estratégias chegaram até os dias atuais com a formulação de entidades e sindicatos que visam coibir as práticas criminosas que a categoria venha a ser vítima. Até mesmo nas redes sociais já é possível ver essa articulação política.

No ano de 1936 foi fundada em Santos, litoral do estado de São Paulo, a primeira Associação das Empregadas Domésticas. Entre as fundadoras está a mineira Laudelina de Campos Mello, a Dona Laudelina ou Dona Nina, como ficou conhecida. Uma das pessoas mais referenciadas quando o assunto é o emprego doméstico e direitos trabalhistas no Brasil. Laudelina trouxe à tona no pensamento político-partidário a necessidade de criação de políticas públicas voltadas às trabalhadoras. Quase 30 anos depois da criação da primeira associação, ela foi também a protagonista no ano de 1961, da fundação da segunda associação das empregadas domésticas. Desta vez, na cidade de Campinas. De acordo com a Federação Nacional Das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), na atualidade já são 22 sindicatos espalhados pelo país em pelo menos 13 estados. Para a Professora Doutora Elisabete Aparecida Pinto (1993), estudiosa da trajetória de Laudelina:

[...] quando ela [Laudelina de Campos Mello] pensa na situação material da empregada doméstica, ela sabia que a categoria era formada por mulheres negras e sabia o que isso significava, política e culturalmente. (...) ela passou ou tinha conhecimento dos espaços que estas mulheres negras estavam, sejam esses de moradia ou lazer (...) tinha percepção também da discriminação moral que estas sofriam diante da sociedade branca, e também, como os negros de elite as viam e, sobretudo, que estas mulheres eram chefes de família [...] (Pinto, 1993, p. 217).

A luta de Laudelina por direitos deu frutos ao longo da história moderna do Brasil. A Lei 5.859, publicada no ano 1972, reconheceu o trabalho doméstico como função e estabeleceu a assinatura da carteira profissional de quem desenvolve a profissão. Esse texto legislativo sofreu modificações no ano de 2013, quando o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional número 72, que ficou conhecida como a “PEC das Domésticas”. A PEC foi regulamentada dois anos depois pela Lei Complementar número 150, que estendeu às trabalhadoras domésticas direitos como jornada semanal de 44 horas, Fundo de Garantia por

Tempo de Serviço (FGTS), multa por dispensa sem justa causa, adicional por trabalho noturno, salário-família, entre outros.

A Lei Complementar 150, assinada em 1 de junho de 2015, em seu artigo primeiro considera como empregado (a) doméstico (a): “aquele (a) que ‘presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana’. E também veda a contratação de pessoa ‘menor de 18 (dezoito) anos para desempenho de trabalho doméstico, de acordo com a Convenção de 1999, da Organização Internacional do Trabalho (OIT)’” (Brasil, 2015).

Sobre a contratação de pessoas menores de idade, notadamente no trabalho análogo à escravidão a prática se torna uma constante. A maioria dos casos que são noticiados relatam relações que se iniciaram ainda na infância da vítima. Desta forma, a legislação, que em 2025 completa uma década, se faz extremamente importante.

Contudo, também é indispensável refletir que essa legislação não foi um “presente” para as trabalhadoras domésticas. Ela foi conquistada a partir de muitas lutas e com certa resistência por parte de setores mais conservadores da sociedade. Sob o argumento de que “as domésticas vão acabar” (Dantas, 2016), o que se viu no Brasil na época foi uma série de argumentos contrários à PEC. Entre eles, de que a lei tornaria mais caros os custos com trabalhadoras e que logo, não seria mais viável a contratação destes serviços.

Figura 3- PEC das Domésticas foi destaque na Revista Veja



Fonte: Revista Veja / Reprodução.

Interessante compreender as lógicas de manutenção de privilégios em um país outrora escravista. O mesmo debate sobre o fim do trabalho doméstico, que logicamente não ocorreu, foi visto em 2024 com o debate que ganhou às ruas sobre a “escala 6 por 1”, que corresponde a seis dias consecutivos de trabalho e um dia de folga. Esse formato de trabalho é bastante utilizado em funções que operam de forma contínua, como é o caso do comércio. O debate atual versa sobre uma mudança na legislação em relação às folgas semanais, o que é entendido para

alguns setores da sociedade como possível ônus à contratantes e empresários.²¹ Mas precisamos compreender, que, ainda dentro desta discussão atual, para trabalhadoras domésticas o cenário pouco muda, já que o trabalho delas é incessante, na maior parte dos casos, e também informal.

Na realidade, mudanças como essas – de legislação - não causam transformações tão drásticas como se imagina: dez anos depois da PEC das Domésticas, por exemplo, pesquisas do IBGE apontam que apenas 1/3 têm carteira assinada entre trabalhadoras domésticas, além disso, dos mais de 6 milhões de empregados domésticos, a média de salário é de apenas R\$ 1.146,00, menos de um salário-mínimo.²² Ou seja, a informalidade persiste em larga escala. E foi durante a pandemia de Covid-19 que foi possível ter uma maior dimensão da situação enfrentada por trabalhadoras domésticas em todo o país. A circulação, enquanto lócus onde os sentidos são produzidos (Carlón, 2020, Fausto Neto, 2018; Verón, 1980, 1984, 1996; Rosa, 2019) também está inserida nestes debates, na medida em que as questões avançam.

2.1 Trabalho doméstico e a pandemia

Analisando a mediatização como um processo em curso na sociedade e que engloba os modos de produção, recepção e circulação para além dos meios midiáticos (Gomes, P. 2019), consideramos pertinente pensar em como a pandemia de Covid-19 coloca em pauta a situação das trabalhadoras domésticas em cenário mediatizado. Neste debate, a mídia e os processos midiáticos se tornam centrais na medida em que fazem o intermédio das relações humanas em um processo interacional de referência (Braga, 2006), uma vez que a sociedade não apenas produz a sua realidade através das interações sociais a que se entrega, mas igualmente produz os próprios processos interacionais que utiliza para elaborar a sua realidade (Braga, 2006, p. 14).

Esse tópico é importante, pois a discussão sobre as condições precárias de trabalho experimentadas por domésticas se intensificou no Brasil durante o auge da pandemia, doença que se espalhou pelo globo rapidamente desde o seu surgimento na Ásia e que chegou com maior incidência no Brasil em abril do ano de 2020. A crise sanitária destacou aspectos importantes para a profissão, como a seguridade social, a busca por direitos básicos - tais quais a folga remunerada - e a informalidade. Essa última persiste ainda em grande escala nessa

²¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/11/fim-da-escala-de-trabalho-6x1-ganha-as-redes-sociais-mas-e-viavel-tema-divide-especialistas.ghtml>. Acesso em: 22 nov. 2024.

²² Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres>. Acesso em: 22 nov. 2024.

categoria, como sinaliza o IBGE (2024). Muitas trabalhadoras precisaram trabalhar em um período em que autoridades de saúde do mundo inteiro pediam isolamento, justamente em decorrência da transmissão do novo coronavírus. O vírus que causou a Sars-CoV-2, a variante que causou maior letalidade, é transmitido principalmente por meio de gotículas geradas quando uma pessoa infectada tosse, espirra ou exala. Segundo dados atualizados pelo Ministério da Saúde, até o fim de março de 2025, durante a finalização desta tese, o Brasil somava 715.656 mortes pela doença.²³

A vulnerabilidade e fragilidades impostas às domésticas na pandemia foram reproduzidas em diferentes circuitos, desde as grandes mídias, passando também pelos debates propiciados pelas redes sociais. Saindo das esferas midiáticas e entrando nas rodas de conversas das pessoas. No dia 17 de março de 2020, por exemplo, o portal G1, um dos maiores sites noticiosos do Brasil, informou sobre a primeira morte de uma trabalhadora doméstica em razão da doença²⁴, o primeiro óbito no estado do Rio de Janeiro. Segundo a reportagem, a vítima, de 63 anos, tinha diabetes e hipertensão enquanto comorbidades. Atuava como doméstica na residência da empregadora que testou positivo para a doença. A contratante havia passado uma temporada na Itália, país europeu que havia apresentado na época muitos casos da doença, e retornado a um bairro nobre do Rio. A morte de Cleonice Gonçalves²⁵ aconteceu em um hospital público da cidade de Miguel Pereira, no subúrbio.

Como podemos refletir, a vulnerabilidade desta categoria se apresenta justamente na falta de proteção social, gerada pela informalidade, e na impossibilidade dessas trabalhadoras de buscarem no Estado apoio, seja para reposição da renda, caso sejam demitidas, seja no caso de ficarem doentes e precisarem se afastar do trabalho (Ipea, 2020, p. 8). Desta forma, “não sair de casa”, como seria o adequado no período de pandemia, não foi uma opção para muitas delas.

Assim como essa trabalhadora doméstica que contraiu Covid-19 e morreu em decorrência da doença no Rio de Janeiro, no nordeste do país, o chamado Caso Miguel também colocou em debate a atuação das trabalhadoras domésticas durante a crise sanitária causada pela Covid-19. No dia 2 de junho de 2020, Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos de idade, caiu do 9º andar de um prédio no Centro do Recife. Longe de ficar restrito à imprensa pernambucana, a história gerou repercussão nos mais diferentes meios. Miguel era filho de Mirtes Renata

²³ Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 31 março 2025.

²⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 18 set. 2023.

²⁵ Disponível em: <https://camtra.org.br/relembrar-para-nao-esquecer-primeira-vitima-da-covid-19-no-brasil-foi-uma-empregada-domestica/>. Acesso em: 01 de out. de 2023.

Santana, trabalhadora doméstica, e acompanhava a mãe naquele dia durante o expediente dela. O local de trabalho era o apartamento da esposa do prefeito de Tamandaré, uma cidade vizinha à Recife, um “imóvel de alto padrão”, como descrito na época pela imprensa. A mãe de Miguel passeava na rua com os cães da sua contratante, Sari Corte Real, e, o menino, aos cuidados desta última, pediu pela presença da mãe. Sari então o colocou em um elevador sozinho. Miguel teria se perdido, foi parar no 9º andar do prédio, se desequilibrou de uma janela e caiu. Foi socorrido, mas não resistiu aos ferimentos.

Quase 5 anos após o caso, quatro processos relacionados ao caso tramitam na Justiça, um na esfera criminal, outro trabalhista, um cível e uma ação civil pública. Sari segue em liberdade. Em novembro de 2023, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) julgou os recursos apresentados e reduziu a pena de 8 anos para 7 anos de detenção. Além disso, Mirtes Renata e sua mãe, Maria Marta, que também exercia o trabalho de doméstica na casa de Sari, movem uma ação trabalhista contra os ex-contratantes por danos morais.²⁶

O contexto destes dois casos apresentados - da trabalhadora que contraiu Covid da contratante e do Caso Miguel - mesmo que não tratem especificamente sobre a analogia com a escravidão, que é o tema de interesse desta tese de doutorado, nos auxiliam a pensar em como o complexo cenário de mediatização e suas processualidades já se localizam na discussão sobre o trabalho doméstico no Brasil. Ao considerar que a “crescente expansão dos meios de comunicação muda nossa construção da cultura, da sociedade e das diferentes práticas sociais” (Gomes, P. 2016a), podemos compreender que o jornalismo e partir dele, a circulação, trazem ao debate público as problemáticas sociais e escancaram estas condições que muitas vezes a sociedade ignora, de forma deliberada ou não. Francisco Rüdiger (1993, p. 37) diz que o jornalismo é um mecanismo de interação social e que “consiste no processo pelo qual os sujeitos têm uma experiência comum da realidade e constroem seu mundo como coletividade”.

Ao ter conhecimento destas experiências de domésticas a partir dos acontecimentos mediatizados, grupos começam a se organizar virtualmente em manifestos a favor das trabalhadoras. As chamadas hashtags²⁷ (#) evidenciam justamente que os modelos anteriores

²⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2024/06/02/quatro-anos-apos-morte-de-miguel-como-estao-processos-contramulher-condenada-por-deixar-menino-que-caiu-de-9o-andar-sozinho-em-elevador.ghtml>. Acesso em: 22 nov. 2024.

²⁷ Uma hashtag é uma palavra ou uma frase prefixada, precedida pelo símbolo # (hash, em inglês). Atualmente, de uma forma mais geral, qualquer combinação - mesmo aleatória - de letras ou caracteres liderados pelo símbolo # é uma hashtag, porque se trata justamente de uma formalização da linguagem de tal ordem que nenhuma semântica vem caracterizá-la como linguagem (Costa-Moura, 2014, p. 50).

de transmissão-recepção de sentidos agora se alocam em uma nova ambiência. Nas redes, a **#justiçapormiguel**, somente no Instagram congrega mais de 35 mil menções.

Já o perfil do grupo intitulado “Pela Vida de Nossas Mães”, que foi criado ainda em março de 2020 e usado como uma espécie de carta aberta para sensibilizar a sociedade para o difícil cotidiano das trabalhadoras durante a pandemia, foram reunidos depoimentos de filhos e filhas de domésticas que relatam as situações vivenciadas no auge da transmissão por Covid. Por sua vez, a **#Euempregadadoméstica**, criada antes mesmo da pandemia e fomentada pela ex-trabalhadora doméstica, Preta Rara (2019), acabou virando um livro, tamanha a quantidade de relatos recebidos nas redes. O perfil “Ela é só a babá”, que também reúne relatos sobre abusos cometidos no exercício da função doméstica, soma mais de 53 mil seguidores.

É instigante pensar em todos esses movimentos considerando que as problemáticas até então conhecidas apenas por trabalhadoras domésticas e por seus filhos circulam em diferentes ambiências e formam novos sentidos para além daqueles propiciados pelas mídias tradicionais. A circulação evidencia as problemáticas que são sociais, independente dos meios, uma vez que é impossível de ser controlada. Adiante explicamos, detalhadamente, o conceito de circulação a partir da midiaticização.

2.2 A analogia à escravidão é mais um caso isolado?

Ao explorar as potencialidades metodológicas da pesquisa em Comunicação, Jiani Bonin (2008), reflete que é justamente a contextualização (do objeto) que “permite ter uma visão abrangente e, ao mesmo tempo, particular do fenômeno investigado (Bonin, 2008, p. 125)”. Por isso, ao nos referirmos ao trabalho doméstico análogo à escravidão, consideramos necessário contextualizar do que estamos falando, para não nos equivocar ao ponto de descolar o objeto da sua realidade que é um tanto complexa. Como já sinalizamos em algumas passagens deste tese, o trabalho doméstico análogo à escravidão pode ser compreendido como uma situação-limite. No âmbito do ofício doméstico, infelizmente ainda se estabelecem relações de opressão, oriundas de posições de poder (Cal, 2016) construídas na sociedade de forma estrutural e histórica. Dentro deste contexto, se destacam as situações de extrema violação de direitos, o que configura o crime que analisamos nesta tese. Nossa provocação no título deste subcapítulo, é questionar se há realmente na analogia com a escravidão apenas casos isolados, raros e esporádicos.

No ano de 2022, o segundo da pandemia de Covid-19, o Brasil registrou 31 resgates de trabalhadoras, de acordo com o Portal da Inspeção do Trabalho do Governo Federal.²⁸ A crise sanitária revelou um crime, que ao que tudo indica, é bem recorrente no país, respondendo à pergunta anterior. Em 2023, houve um aumento considerável no número de resgates de trabalhadores domésticos em condições análogas à escravidão: foram 41 pessoas resgatadas, o maior número nos últimos 14 anos, de acordo com o Ministério Público do Trabalho. O órgão, contudo, considera a existência da subnotificação de casos. Isto é, podem existir mais pessoas que saíram desta situação e / ou foram resgatadas por terceiros, mas cuja história jamais chegou às autoridades competentes.

De acordo com a Fenatrad, a maioria das trabalhadoras resgatadas de situações análogas à escravidão são mulheres negras em posição de extrema vulnerabilidade social. Isso não parece uma novidade, pois acompanha o ciclo do próprio trabalho doméstico remunerado, onde, como já comentamos, a maioria das trabalhadoras são mulheres racializadas. As características nos casos de situação-limite são parecidas e tipificam o crime: cerceamento de liberdade, jornadas exaustivas de trabalho e condições degradantes. A lei que denomina a violação diz que:

Art. 7º Para os fins previstos na presente Instrução Normativa:

I - Trabalho forçado é aquele exigido sob ameaça de sanção física ou psicológica e para o qual o trabalhador não tenha se oferecido ou no qual não deseje permanecer espontaneamente.

II - Jornada exaustiva é toda forma de trabalho, de natureza física ou mental, que, por sua extensão ou por sua intensidade, acarrete violação de direito fundamental do trabalhador, notadamente os relacionados a segurança, saúde, descanso e convívio familiar e social.

III - Condição degradante de trabalho é qualquer forma de negação da dignidade humana pela violação de direito fundamental do trabalhador, notadamente os dispostos nas normas de proteção do trabalho e de segurança, higiene e saúde no trabalho.

IV - Restrição, por qualquer meio, da locomoção do trabalhador em razão de dívida é a limitação ao direito fundamental de ir e vir ou de encerrar a prestação do trabalho em razão de débito imputado pelo empregador ou preposto ou da indução ao endividamento com terceiros.

V - Cerceamento do uso de qualquer meio de transporte é toda forma de limitação ao uso de meio de transporte existente, particular ou público, possível de ser utilizado pelo trabalhador para deixar local de trabalho ou de alojamento.

VII - Apoderamento de documentos ou objetos pessoais é qualquer forma de posse ilícita do empregador ou preposto sobre documentos ou objetos pessoais do trabalhador (Brasil, 2018).

O Código Penal Brasileiro foi reformado no ano de 2013, prevendo a pena de reclusão de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência cometida aos condenados e condenadas por este tipo de crime. Apesar do número alto de resgates, na prática o que se vê

²⁸ Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 01 out. 2024.

são processos morosos que demoram um longo período para terem um desfecho, nem sempre favorável às vítimas. No Caso Madalena Gordiano, por exemplo, somente em 2024 a Justiça Federal de Minas Gerais condenou a família Milagres Rigueira a penas que ultrapassam 14 anos de prisão, além de multas e indenizações de quase R\$ 1,3 milhão. Os condenados puderam recorrer da sentença em liberdade. Já no caso de Sonia Maria de Jesus, mulher negra, surda, não-oralizada, e que por quase 40 anos permaneceu em condições análogas à escravidão na casa de um desembargador em Santa Catarina, a situação parece ser ainda mais grave.

Sem ir à escola, sem tratamento de saúde e sem receber salários, a história de Sônia veio à público em junho de 2023, quando ela foi resgatada em uma operação realizada na casa do desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) Jorge Luiz de Borba, em Florianópolis. Dois meses depois do resgate, uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que os contratantes pudessem reencontrar Sônia, com isso, ela voltou a viver com os acusados. Os contratantes argumentam que há uma relação afetiva com a vítima, que seria na visão deles, um membro daquele grupo familiar. No início de 2025, a família biológica de Sônia ainda lutava na Justiça para que ela fosse retirada da casa dos acusados, uma vez que compreendem que ela seria uma vítima e que poderia estar sendo coagida psicologicamente²⁹ a permanecer naquele ambiente.

Casos como o de Madalena ou de Sônia já estão sendo investigados pela academia. Os estudos sobre trabalho doméstico análogo à escravidão convergem para o mesmo entendimento: de que o crime só existe devido à lógica opressora das sociedades, portanto, “é fundamental reconhecer o quanto a relação laboral contida nesse trabalho revela uma história mundial pautada em uma ótica colonialista (Galon; Oliveira, 2023)”. Mais do que isso, o trabalho degradante no interior das residências revela “a pseudo-abolição da escravatura no Brasil, ainda não combatida apesar dos avanços do nosso país em termos de políticas públicas contra esse tipo de exploração e violência (Galon; Oliveira, 2023, p. 147).

Na mídia, histórias como essas têm aparecido com recorrência, como já citado. Enquanto produzimos a tese, foram muitos os casos noticiados e que chegaram ao nosso conhecimento. As lógicas seguem um mesmo fio condutor: geralmente se tratam de cidades do interior do Brasil, mas também sem excluir os grandes centros urbanos como cenário, onde famílias de renome, tradicionais, conceituadas e de alto poder aquisitivo, cometem o crime por anos, na impunidade – ou na certeza da impunidade. Na maioria dos casos, o trabalho começa

²⁹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/caso-sonia-e-desastroso-para-combater-trabalho-escravo-alerta-auditor>. Acesso em: 22 nov. 2024.

ainda na infância, numa falsa promessa de apadrinhamento (Cal, 2016). Com uma pseudo preocupação com os estudos em troca de algumas horas de trabalho “leve”, mas que aos poucos se mostra como um dos crimes mais cruéis que existe: o cerceamento da liberdade. Também de forma geral, percebemos pela mídia que as vítimas em potencial são as mulheres negras, de baixíssima escolaridade e de origem muito humilde. Sobre a infância e o trabalho doméstico, Cal (2016) aponta a intersecção de gênero:

A iniciação de meninas no trabalho doméstico ocorre como uma preparação para realização dessas tarefas em sua futura casa. Nesse sentido, as habilidades desenvolvidas na execução desse tipo de serviço não são reconhecidas como dignas de valor, já que existe certa naturalização dessas atividades como femininas em contraponto à ideia de que são competências adquiridas (Cal, 2016, p. 31).

Esse perfil por si só já revela a herança escravocrata do país. Onde, as famílias tradicionais, brancas e ricas, utilizam um *modus operandi* muito comum ao que era usado na escravidão colonial. Em alguns casos, a mesma vítima fica refém da mesma família por décadas, sendo passada enquanto uma espécie de presente, de geração em geração. Em algumas trajetórias, as famílias que cometem o crime são descendentes diretos de antigos senhores de escravos, como aconteceu com Margarida Bonetti, do podcast “A mulher da casa abandonada” – já citado anteriormente - que é neta de Francisco de Paula Vicente de Azevedo, também conhecido como Barão da Bocaina, título concedido pelo imperador Dom Pedro II.

No contexto do Rio Grande do Sul, onde se localiza essa tese, podemos compreender essa origem da relação crianças negras-trabalho doméstico com a pesquisa de Jonas Moreira Vargas e Paulo Roberto Staudt Moreira (2018):

A charqueada era uma unidade produtiva com mão de obra cativa basicamente masculina, cabendo às mulheres trabalhar como cozinheiras ou domésticas. Na escravaria do barão do Butuí havia duas mulheres na charqueada, enquanto outras três ficavam na fazenda e cinco na cidade. Algumas crianças cativas que moravam por lá, e desde os oito anos trabalhavam como aprendizes, eram filhas de escravas domésticas que residiam no sobrado do barão na cidade (Vargas, Moreira, 2018, p. 159-160).

A cultura da servidão forçada que se reproduz socialmente por séculos, também está presente nos discursos que constroem os sentidos que nos propomos analisar. Esse fato é tão notório, que mesmo os registros noticiosos que não se reportam a uma vítima específica ou que trazem um conteúdo mais analítico sobre a questão do trabalho doméstico análogo à escravidão corroboram com isso. De forma geral, as figurações que aparecem, remetem a mulheres negras, em sua maioria, mulheres negras de pele retinta, tal qual as escravizadas do passado, vindas de África ou descendentes diretas delas.

Figura 4 - Ao ilustrar o trabalho doméstico análogo à escravidão, reportagem utiliza imagem de mulher negra



Fonte: Brasil de Fato/Reprodução³⁰

O portal do Brasil de Fato, por exemplo, como mostra a imagem acima, ao falar do trabalho doméstico análogo à escravidão, de um modo mais geral, através de uma matéria com dados e levantamentos, utiliza a imagem de uma mulher negra. A foto remete a uma pessoa de vestes simples, usando chinelo de dedos à mostra. A posição identifica o cansaço, pois ela utiliza uma perna para se equilibrar e descansar o outro membro em um ambiente que parece ser uma área de serviço, ou seja, externo às áreas mais comuns de uma residência.

Contudo, o mesmo portal, ao falar de modo genérico sobre o trabalho doméstico e busca por dignidade, aí sim, sem a analogia à escravidão, utiliza na figuração uma mulher branca: de avental, cabelos penteados, em uma cozinha limpa e arrumada. Ou seja, pertencente ao ambiente doméstico de livre circulação de uma possível família de contratantes.

³⁰ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/18/desde-2017-101-trabalhadores-domesticos-foram-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-no-brasil>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Figura 5 - Reportagem usa foto de trabalhadora branca para falar da busca por dignidade no ofício Brasil



Fonte: Brasil de Fato / Reprodução³¹.

Nestas duas imagens, localizamos o viés racista, colonial e até mesmo sexista como o jornalismo vem se ocupando da pauta do trabalho doméstico. Em ambos os casos não se tratavam de *cases* – personagens específicos da matéria. Mas sim de imagens para ilustrar o conteúdo. O que faz com que o jornalismo utilize a foto de uma mulher negra de pele retinta para ilustrar uma matéria sobre a escravidão moderna?

É importante salientar isso, uma vez que estamos analisando nesta tese os sentidos construídos. Assim, no caso de mulheres negras, percebemos que predominam imagens de controle (Bueno, 2019, Collins, 2016) que sempre nos remetem ao imaginário da precariedade e da escassez para esses corpos. Barthes (1990), aponta que a foto é um objeto que detém certa autonomia estrutural, contudo, ela não existe isolada. Seus sentidos são construídos a partir do texto e legendas que a acompanham. Assim, esses dois breves exemplos nos ajudam a situar o

³¹ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/25/trabalhadoras-domesticas-rotina-e-marcada-por-precariade-e-luta-por-dignidade-profissional>. Acesso em: 26 nov. 2024.

universo que intencionamos investigar aqui: um cenário que noticia a exclusão, mas que de certa forma, a mantém a partir de enquadramentos que devem ser problematizados.

Na atualidade, a situação do trabalho doméstico análogo à escravidão é tão grave que desde o mês de abril de 2023, o Disque 100, também conhecido como Disque Direitos Humanos, passou a receber denúncias anônimas sobre possíveis casos de empregadas domésticas submetidas a estas condições. A iniciativa faz parte da campanha nacional idealizada pela Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Acredita-se que a certeza do anonimato possa contribuir para que mais resgates aconteçam, uma vez que ainda predomina no imaginário coletivo o receio em relação a esse tipo de atitude de denúncia. O velho e problemático ditado que diz “em briga de marido e mulher não mete a colher”, acaba servindo no momento de denunciar situações como essas: ninguém quer se meter no que acontece realmente no âmbito privado de uma residência. Principalmente se considerarmos as reiteraões coloniais (Brito; Cal, 2020) ainda presentes nesta função e todo o contexto sócio-histórico que essa categoria profissional possui. Contudo, através da mídia, os casos de trabalho análogo à escravidão no âmbito doméstico têm ganhado visibilidade e a sociedade tem conseguido identificar esse fenômeno.

Já na etapa de finalização desta tese, em março de 2025³², uma mulher de 63 anos foi resgatada em Belo Horizonte após três décadas de trabalho degradante na residência da família de um advogado. Ou seja, o contratante era uma pessoa com mínima ciência sobre a legislação e, ainda assim, praticou este crime. Por mais que pareça redundante a todo instante relembrar o fato de mulheres negras somarem um contingente maior de trabalhadoras domésticas, é inerente ao tema compreender o fenômeno da racialização não apenas uma característica residual na sobrevivência do trabalho doméstico; mas sim como a base de manutenção da lógica deste último (Brites, 2007), onde o trabalho de cuidado se mistura com afeto e/ ou relações que parecem ser permeadas por isso. Parece confuso onde começa a família e onde começam as relações de trabalho e isso, certamente contribui para a impunidade.

Questiona Brites (2007), “se existe tanta intimidade e afeto entre as crianças e suas empregadas, como se reproduzem patroas adultas com um sentido tão forte de hierarquia?” (2007, p. 103). A resposta pode estar na construção de relações notadamente marcadas pela

³² Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2025/04/29/trabalhadora-domestica-e-resgatada-apos-mais-de-30-anos-de-trabalho-sem-salario-em-belo-horizonte.ghtml>. Acesso em 04 maio 2025.

diferença de tratamento, onde impera a proximidade, mas que nem por segundo se esquece da hierarquia construída por séculos de opressão.

Nosso olhar nesta tese está deslocado para um lugar de enunciação que prioriza o Brasil e os desdobramentos desta função em território brasileiro, o que não significa que outras nações do mundo não enfrentem problemáticas semelhantes. Os Estados Unidos, por exemplo, também somam opressões ao se tratar desta categoria (Davis, 2016), principalmente se considerarmos a situação vivenciada pelas mulheres latino-americanas neste país. Diz Davis.

Com frequência, racismo e sexismo convergem – e a condição das mulheres brancas trabalhadoras não raro é associada à situação opressiva de mulheres de minorias étnicas. Por isso, os salários pagos às trabalhadoras domésticas brancas sempre foram fixados pelo critério racista usado para calcular a remuneração das serviçais negras. As imigrantes que eram obrigadas a aceitar o emprego doméstico ganhavam pouco mais do que suas companheiras negras (Davis, 2016, p. 102).

Até aqui, podemos perceber que há uma discussão propiciada por novas ambiências na contemporaneidade e que reflete questões muito profundas e já arraigadas na sociedade brasileira, ou seja, não se trata de um caso isolado. Podemos entender que é ainda quase que um tabu, porém, é um assunto que ganha visibilidade diária. A Comunicação tem produzido materialidades e processualidades importantes para investigar essas temáticas. Na seção que segue explanamos de forma breve como se deram os nossos movimentos metodológicos, incluindo o contato com o observável, a situação-limite de Madalena, e com as trabalhadoras, atores sociais ouvidos nesta pesquisa.

3 OBJETO EM ELABORAÇÃO, OS CONCEITOS MOBILIZADOS E O MOVIMENTO DESCRITIVO INFERENCIAL

O percurso teórico escolhido para essa tese não surge de forma isolada dentro da pesquisa. Trata-se de um caminho elaborado a partir do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos que tem as práticas sociais enquanto bússola norteadora das investigações de seus discentes e egressos. Nosso levantamento teórico também nasce das discussões em grupos de pesquisa, das conversas profícuas entre os pares, dos seminários, congressos e simpósios em que estivemos participando ao longo dos quatro anos de construção da tese. Também estamos alinhadas com o que vem sendo produzido no âmbito das teses e dissertações financiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), mas também além disso. Logo, compreendemos o nosso percurso teórico de investigação como um processo construído em etapas. Acrescentamos que seria impossível resumir em um único capítulo todas as leituras e teorias que congregam o nosso fazer investigativo. Certamente, em um futuro, ao ser revisitado, esse estudo necessitará ainda de uma revisão da bibliografia, pois felizmente, em nossa área as discussões crescem vertiginosamente e somam ano a ano em produções de excelência.

Também é importante dizer que, ao pensar nesta produção, mapeamos alguns conceitos que acreditamos ser centrais para a discussão. Então, além dos conceitos de mediação (Ferreira, 2012, 2016; Gomes, 2019; Fausto Neto, 2018; Sodré, 2013) e circulação (Braga, 2017; Carlón, 2020; Fausto Neto, 2018; Sodré, 2013; Rosa, 2016, 2019; Verón, 1980, 2004), ambos caros para uma tese em Comunicação, também adentramos em outras camadas ao pensar na tese a partir do racismo estrutural (Almeida, 2018) e da forma social escravista (Sodré, 2023) e da pesquisa sobre gênero em Comunicação (Escosteguy, 2008, 2020; Moraes, 2019; Veiga, 2010) aliado ao conceito de interseccionalidade (Akotirene, 2020; Crenshaw, 1993; Gonzalez, 1983).

Não separamos a tese de forma determinista em viés comunicacional x viés social e político, pois acreditamos que a Comunicação é uma ciência social e política, no sentido também de enfrentamento, é o “tornar comum” que a etimologia orienta. E não que circulação e mediação também não possam ser vistas como conceitos sócio-políticos, o que não faria sentido, certamente. Mas aqui, neste tópico, consideramos estes pontos mais ligados ao campo comunicacional propriamente dito. Ressaltamos, porém, que não enxergamos os mesmos de

forma separada e imóvel, ao contrário. Compreendemos a circulação enquanto um dos eixos da midiaticização e essa última, por sua vez, enquanto uma produtora de práticas sociais que estão em constante evolução. Evolução no sentido de movimento, uma vez que a sociedade de tempos em tempos apresenta comportamentos que podem ser considerados verdadeiros retrocessos.

Vivemos em uma era de produção de sentidos. As redes sociais potencializam a multiplicidade de vozes, mas também ampliam as desigualdades. E a produção de sentido se dá a partir da midiaticização, para além dos meios. Já a circulação, dentro desta proposta, pode ser vista como um espaço de microrrevoluções e questionamentos sobre o que tange à sociedade, uma zona de disputas que reflete, desconforta, provoca, suscita debates. Assim, compreendemos que existe uma articulação que pode ser mobilizada de forma conjunta, uma vez que não estamos falando de um cenário à parte. As coisas caminham juntas. Muniz Sodré (2010), por exemplo, explica que a tendência é encararmos o fato social como algo primeiro e que, depois dele, viria o que entendemos por jornalístico ou midiático. O autor considera que essa separação não existe, uma vez que a midiaticização é o funcionamento articulado das tradicionais instituições sociais com a mídia.

Para essa tese, esse conceito do que seria de fato midiaticização – vista como processo e resultado de uma sociedade que se midiaticiza – faz muito sentido. Ainda mais se considerarmos o local de onde se escreve: estudos sobre midiaticização e circulação encontram na América do Sul um solo fértil. Este território atrai os olhares do mundo quando o assunto é o consumo de redes sociais. Um dos principais expoentes nos estudos de midiaticização é o semiótico e sociólogo argentino Eliseo Verón.

De acordo com esse autor, a midiaticização está nas práticas culturais humanas, nas interações, nos fenômenos da circulação midiática (para além da recepção apenas). O argentino defende que os fenômenos midiáticos são, de fato, uma característica universal de todas as sociedades humanas, e que logo, sempre existiram, desde os tempos mais longínquos. Diferente da midiaticização que é um processo acentuado pelos tempos vividos agora, de aceleração e disseminação rápida da informação. Verón compreende a midiaticização como o nome dado para “a longa sequência histórica de fenômenos midiáticos sendo institucionalizados em sociedades humanas e suas múltiplas consequências” (Verón, 2014, p. 15).

É interessante observar o quanto as teorias sobre midiaticização dialogam entre si e se complementam. São esforços praticamente conjuntos de dar conta deste aporte conceitual. Fausto Neto, por exemplo, acentua a ideia de que saímos, enquanto seres coletivos, do que chama de “sociedade dos meios” para a “sociedade midiaticizada”. Para este autor, a

“midiatização resulta da evolução de processos midiáticos que se instauram nas sociedades industriais, tema eleito em reflexões analíticas de autores feitas nas últimas décadas e que chamam atenção para os modos de estruturação e funcionamento dos meios nas dinâmicas sociais e simbólicas” (Fausto Neto, 2008, p. 90).

A midiatização pode ser entendida enquanto a influência da mídia, de um lado, a partir de seus diferentes suportes, na sociedade, isto é, as diferentes formas como essas mídias moldam, transformam e ditam a maneira como vivemos e interagimos no mundo. De outro lado, porém, mais do que a influência da mídia institucionalizada, interessa pensar como a cultura da mídia, apropriada pela sociedade, molda, transforma e dita a maneira como vivemos e interagimos no mundo. Para Braga (2006) é na interação que temos uma chave importante para compreender o fenômeno (incompleto) da midiatização. Diz o autor que essa palavra pode ser relacionada pelo menos em dois âmbitos sociais: onde, em um primeiro momento são tratados processos sociais que se desenvolvem segundo lógicas da mídia. E, em um segundo, espaço, pode ser vista enquanto a midiatização da própria sociedade. Essa ideia de incompletude, residiria no fato de a midiatização ser um processo interacional em “marcha acelerada para se tornar o processo de referência” (Braga, 2006, p. 10). Assim, entende-se que a sociedade se constitui de acordo com os processos interacionais a que dá maior relevância, aqueles processos que se tornam referência. Foi assim com o rádio, televisão, telefone e agora exacerbado pelas redes sociais.

Se pensarmos no cenário atual da globalização, veremos que a lógica social que predomina é justamente das informações descentralizadas, onde a midiatização nos auxilia a compreender as relações, a partir da pluralidade de leituras, interpretações e produção da própria informação. Também vemos que esse processo interacional é o que dá sentido ao mundo, que produz sentidos e feixes de relações.

Em entrevista recente, concedida ao Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) da Fundação Oswaldo Cruz (Icict/Fiocruz), Mario Carlón apontou que “a midiatização é um processo que está afetando toda a cultura contemporânea, e não há como evitar suas consequências”.³³ Esse autor, compreende a sociedade hipermidiatizada como uma comunidade que conta com vários meios midiáticos de comunicação, onde os meios passam a funcionar como dispositivos de produção de sentidos. Mas essa não é uma visão unânime. Pois, podemos questionar, afinal, para que lado a sociedade

³³ Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/content/entrevista-professor-da-universidade-de-buenos-aires-fala-sobre-midiatizacao-e-curso>. Acesso em: 8 abril 2025.

iria depois desta hipermidiatização? Se toda a tecnologia é parte da sociedade hipermidiatizada, o que faremos com o advento de novos suportes comunicacionais que ainda não foram criados? A visão de Carlón sobre as sociedades hipermidiatizadas, contudo, dialoga com a proposta de Jairo Ferreira, que argumenta que a midiatização pode ser lida como “o conjunto (feixe) de relações entre (a) acessos, usos, práticas e poderes dos meios, (b) processos comunicacional-midiáticos e (c) construções simbólico-sociais, incluindo a construção de valores em jogo em qualquer processo de interação e comunicação” (Ferreira, 2016, p. 200).

Compreender a sociedade em que existimos a partir e com a mídia, não significa necessariamente que o cenário seja totalmente positivo. Pelo contrário. Há autores, como Muniz Sodré (2013), que defendem que vivemos de fato em uma sociedade onde a realidade virtual se congrega ao que existe na realidade pura e simples e, mais do que isso, se sobrepõe. A isso, que o autor dá o nome de *Bios Midiático*, compreendemos uma nova forma de existir, em que a midiatização dita as sensações, os desejos e os interesses das pessoas, além do modo de agir e ser-estar no mundo. Para Sodré o bios midiático não deixa que a sociedade viva com plenitude sua existência natural, mas sim, viva apenas através do que a mídia prevê, para a mídia e com a mídia.

Parece complexo pensar a midiatização neste cenário onde tudo é mediado. Logo, não é possível ser generalista ou dicotômico ao apontar o lado bom ou o lado ruim da sociedade midiatizada, não se trata disso. Essa seria uma provocação bastante rasa. O proveitoso neste contexto é pensar que as produções, tais como as teses e dissertações, dentro, mas também fora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, que se orientam a investigar a midiatização e seus processos, podem ser citadas como exemplos do quanto essa discussão é fecunda e rende ainda muitos debates valorosos. Não como ponto de partida ou de fim, mas como complemento a tudo que já vem sendo estudado sobre midiatização e circulação. Onde podemos citar ilustrativamente o contexto da midiatização dos discursos do Papa Francisco (Mattana, 2020) na esteira da produção dos sentidos no âmbito da religião; ou a midiatização dentro das redações de jornal, no Brasil e no exterior (Marcellino Kaviski, 2024); ou ainda a produção de sentidos sobre Direitos Humanos em contexto midiatizado (Marinho, 2023). E esses são apenas alguns exemplos.

Quando montamos o estado da arte, localizamos alguns rastros da midiatização em trabalhos que não assumiram essa vertente teórica de forma aberta. Temos estudos que tratam do trabalho análogo à escravidão no webjornalismo (Terossi, 2012) ou que se dedicaram a pensar na questão da exploração do ofício doméstico a partir de uma análise de um programa

televisivo (Alves Gomes, 2019). De certa forma, pensamos que estes trabalhos estão relacionados com a midiatização, mesmo que em um primeiro momento não fique claro. Além do mais, desde 2016 a Universidade do Vale do Rio dos Sinos organiza o Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização: um importante encontro onde fica evidente o campo de estudos que ainda temos pela frente e que reúne pesquisadores e pesquisadoras da área para formular novas epistemes e debater antigos conceitos. Um das mais conceituadas reuniões deste campo de estudo.

Ao considerar a midiatização se faz realmente necessário compreender o fenômeno em sua completude. Entre os eixos, como já citado anteriormente, está a circulação.

3.1 A circulação enquanto um lugar de produção de sentidos

Os conceitos de gênero e raça, que serão explanados logo adiante e que consideramos centrais para essa discussão, estão em constante processo de disputa. O entendimento do que significam na sociedade não é estático e varia de acordo com o cenário em que estão inseridos e do locus de onde se enunciam. A concepção de raça, por exemplo, é fortemente marcada pelo discurso. Mudam-se os atores sociais, muda a sociedade, mudam os suportes midiáticos e esse conceito se atualiza (e se midiatiza) na medida em que as discussões e os debates sobre raça avançam.

Se raça e gênero são marcados pelo discurso, ambos os conceitos irão apresentar uma processualidade que é intrínseca às definições de circulação: o caráter não-linear, heterogêneo e de reformulação / produção de sentidos. Buscamos neste subcapítulo revisitar algumas das concepções para a terminologia da circulação, acentuando brevemente algumas de suas principais problemáticas.

Ao compreender que partimos da sociedade dos meios, que concebia a Comunicação apenas e somente em sua esfera transmissional de mensagens, com centralidade em processos de mediação através de meios institucionalizados, para viver hoje em uma sociedade midiatizada ou “em vias de midiatização”³⁴, onde conseguimos entender a área como um

³⁴ Fausto Neto (2010) atesta de forma conceitual que atualmente experienciamos uma sociedade que se caracteriza como *em vias* ou em *processo de midiatização*. Diz o autor que as formas de vida e, mais do que isso, as interações entre os atores sociais são alteradas de forma complexa com a rápida disseminação e a convergência de novos protocolos sócio-técnicos. Com frequência surgem novos aparatos, dispositivos e tecnologias comunicacionais, e isso implicaria dizer que o processo de midiatização é ainda incompleto, isto é, que não estaria acabado. Logo, não viveríamos em uma sociedade hipermidiatizada, mas sim, que ainda está vivendo uma midiatização em andamento.

fenômeno relacional transversal à sociedade, o questionamento sobre o que é circulação se torna extremamente importante. A sociedade em vias de midiatização nos apresenta um novo cenário que envolve sociedade, tecnologia, mídia e cultura e, simultaneamente, se configura como um novo processo entre produtores e receptores de informação. Essas novas configurações, vão resultar em formas outras de pensar a circulação de discursos, e conseqüentemente, de pensar a produção de sentidos que emergem desta discursividade.

Considerando que a recepção “existe e age” (Fausto Neto, 2010), o estudo da circulação se foca em olhar para essas gramáticas de produção e de recepção, portanto de reconhecimento, mas sem considerar apenas os polos emissor x receptor. De acordo com o dicionário Aurélio³⁵, circulação pode ser descrita como: ato ou efeito de circular, de se mover continuamente e, são seus sinônimos, as palavras “deslocamento”, “giro”. Essas significações, nos remetem também à palavra “fluxo”, que é como podemos enxergar a circulação nos estudos de Comunicação.

Ilustramos essa definição a partir de um texto importante na área: ao se referir a etnografia em uma exposição, Martine Levasseur e Eliseo Verón (1989), remetem aos fluxos de pessoas que se movimentam em uma galeria de arte. Seus olhares, seus silêncios, o modo de atravessar o espaço destinado para visitantes, seus tempos e movimentos. São esses aspectos da circulação que também nos orientam nesta tese. Àquilo que acontece entre os meios, os feixes de relações, as interações que surgem a partir da produção de mensagens.

Mas essa ideia do que seria a circulação de fato nem sempre foi conceituada desta forma. Os estudos de Eliseo Verón (2004) que colocam a circulação enquanto protagonista da disputa de sentidos, datam da década de 1970. Até então, o conceito era visto com o que Fausto Neto (2020) chama de “zona de passagem”, onde a circulação se configurou enquanto o espaço entre produção e recepção da informação. Para Fausto, então, podemos definir circulação como:

O resultado de uma diferença da relação entre produtores e receptores de mensagens. Estes se relacionariam a partir de gramáticas e de lógicas distintas, que norteariam as condições de produção de sentidos através de “feixes de relações” organizadas segundo dinâmicas de descontinuidades e de assimetrias (Fausto Neto, 2020, p. 102-103).

A concepção de circulação enquanto um complexo um feixe de relações tem relevância no que nos propomos a observar nesta tese, os sentidos que são produzidos em relação ao trabalho doméstico análogo à escravidão: podemos compreender a circulação neste local de

³⁵ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/circulacao/>. Acesso em 30 de jun.2025.

disputa e de transformação da mensagem comunicacional, para além do jornalismo tradicional ou apenas dos suportes midiáticos. O próprio entendimento do que seria a analogia com a escravidão se transforma na medida em que novos casos ganham notoriedade na mídia – e de certa forma, podemos dizer que é o que acontece no caso midiático de Madalena Gordiano, observável deste estudo.

Fazendo uma analogia bastante generalista, pensamos a circulação como um grande e movimentado mercado popular, onde vozes tentam romper as barreiras do barulho crescente e os passos das pessoas disputam o espaço para transitar entre cores, cheiros, sons. Assim, a circulação seria o que acontece entre esses movimentos. A proximidade, mas também os afastamentos, as vozes e a mudez. Não por acaso, Fausto Neto também fala do conceito na atualidade como uma “zona de contato”, de proximidade. Contudo, essa concepção, de zona de contato, também nos provoca a entender a circulação para além de aspecto meramente auxiliar no processo de transmissão de notícias, para além de uma bengala. E isso, certamente, nos traz problemáticas ao pensar no conceito. Será que denominá-lo apenas como contato daria conta de definir a circulação?

Braga (2017), por exemplo, aponta a problemática da circulação enquanto uma questão de cunho comunicacional, quando diz que não são os meios que circulam, mas que estes encontram um sistema de circulação no qual se viabilizam as mensagens que os alimentam. É interacional. Compartilhamos da visão do autor que argumenta ainda que é habitual pensar a circulação simplesmente como “referência ao processo desenvolvido pelo produto midiático, da emissão à recepção”. Compreendemos o processo de forma mais ampla, como diz Braga (2017), *após a recepção*, pois existem outros fluxos que se desenvolvem a cada ponto interacional da mensagem. São novas leituras, debates, interpretações e apropriações. Por isso, não faz sentido pensar a circulação apenas a partir do que acontece na mídia. Logo, não seria apenas o contato em si.

Neste contexto, “um sistema de resposta social se desenvolve, repondo na sociedade [...] vozes que se posicionam e procuram agir comunicacionalmente – podendo, entre outras ações, exercer uma crítica da mídia” (Braga, 2017, p. 46). O autor observa ainda a circulação a partir de uma sociedade que se rege pela interação. Seria através destes dispositivos e padrões interacionais que a sociedade busca organizar o fluxo de circulação comunicacional.

Ferreira (2016) também situa a circulação no âmbito dos processos comunicacionais e midiáticos; ele explica, a partir de Verón, que a circulação como objeto de pesquisa pode ser considerada um dos eixos centrais nas investigações sobre a mediação, ressaltando que essa

é uma corrente importante para os estudos na América Latina. O autor focaliza as interações entre a produção e a recepção que ocorrem dentro da mídia, mas também aqueles processos sociais que são acionados pelos processos midiáticos e ocorrem “do lado de fora” como as interações sociais.

Ana Paula da Rosa (2016), que enxerga o conceito enquanto esse “entre” o meio e mensagem“, diz que a circulação surge quando há troca, isto é, reconhecimento de um valor, sempre que produção e recepção se dizem de acordo” (p. 65). Para a autora, que traça conclusões a partir da análise de imagens midiáticas, isso quer dizer que “a circulação é um processo de igualdade em que produção e reconhecimento se ligam”. A mesma autora, em raciocínio semelhante a Fausto Neto (2020) e Verón (2004), argumenta ainda que ao contrário do que se imaginava outrora nos estudos de Comunicação, sobre a existência de um hiato, um intervalo de vácuo entre a produção e a recepção, os sentidos são produzidos no contato não, efetivamente, por um ou outro elo do processo (Rosa, 2020,p.207).

Verón (2004), um dos expoentes desta área de estudos e já citado, defende que a circulação se dá entre a gramática de produção e a gramática de reconhecimento. Reiterando nosso entendimento de que seria mais do que uma zona de passagem entre produção e recepção, mas sim um espaço de produção de sentidos. Ainda se referindo à etnografia em uma exposição, célebre texto, o argentino nos aponta que observar um comportamento é atribuir um sentido. Na visão do autor (2004, p. 49), a produção e o reconhecimento são inseparáveis. Notamos que Verón também está mencionando uma zona de disputa. A circulação despontaria como um lugar relacional, que envolve a mídia, a sociedade e a cultura, ainda que não dê à mídia centralidade, pois a circulação acontece também fora dos aparatos midiáticos, mas que é desenvolvida com a transformação dos processos midiáticos. A transformação de uma sociedade em midiatização.

Voltando a Fausto Neto, buscamos compreender a diferença que reside entre a zona de contato e a zona de passagem. Assim, explica o autor:

Explicando de outra forma: em ambas sociedades [dos meios e em vias de midiatização] a problemática da circulação é um desafio para pesquisa. Na primeira, passa à margem, na medida em que é silenciada, pois é concebida como uma “região naturalizada”. Na segunda, recebe várias designações: intervalo, “zona de contato”, etc., mas que não dão conta de sua respectiva complexidade e a sua pertinência para a compreensão de uma realidade comunicacional (Fausto Neto, 2020,p.06).

Zona de contato, espaço, intervalo... Essas são algumas das possibilidades para compreendermos a centralidade deste conceito. Desta forma, dialogando com a bibliografia do tema brevemente explanada até aqui, definimos que essa tese entende a circulação enquanto o

local onde se processam os sentidos sociais e se atribui valor, considerando a emissão e a recepção da mensagem, mas mais do que isso, tentando compreender o que ocorre nesta zona que fica ao meio. Buscando analisar como as disputas de sentido se configuram, vazam e escapam dos suportes midiáticos, mesmo que tenham se originado em um primeiro momento de forma midiática.

Colocar a circulação neste lugar nos permite aprofundar nosso olhar para além dos meios midiáticos a partir de circuitos de interação. Compreendemos por exemplo, que o trabalho doméstico análogo à escravidão surge geralmente em esfera midiaticizada, com denúncias, grandes reportagens, mobilizações nas redes sociais, mas essa discussão faz parte de um universo muito maior, um universo que é social, que acompanha as formas sociais que são elaboradas e reconfiguradas de forma frequente. Deslocamos o nosso olhar sobre esses casos em direção à produção de sentidos que se articula sobre os mesmos. Mas isso só é possível a partir do diálogo com outros conceitos que não estão necessariamente alicerçados no campo da Comunicação, mas que vêm a cada ano ganhando terreno nesta área, que é o caso do racismo – estrutural e institucional – e a interseccionalidade, demarcada por gênero e raça.

3.2 Raça, racismo e gênero: algumas reflexões

Quando iniciamos este subcapítulo, intencionamos trazer para o debate alguns conceitos sobre raça e gênero que fazem sentido dentro do contexto desta tese. Logo compreendemos que mesmo que o objetivo fosse de conceituar raça de forma breve, correríamos o risco de proceder de forma rasa e superficial em uma discussão que é complexa. Mais do que isso, uma discussão que é basilar na sociedade onde essa tese foi construída. Falar do conceito de raça sem articularmos com o *modus operandi* do racismo no país onde até pouco tempo atrás a Redenção de Cam³⁶ era uma ideia socialmente aceita, certamente seria um equívoco. Por isso, optamos por dialogar com a episteme que já vem refletindo sobre essa temática há alguns anos. Uma episteme negra. Mas também bebendo nas fontes que estão fora da academia, como é o caso dos movimentos negros e sobretudo, dos movimentos de mulheres negras.

³⁶ “A Redenção de Cam” é uma quadro de Modesto Brocos (1895) que simboliza a crença eugenista de que a miscigenação causaria o branqueamento completo da população brasileira em poucos anos. O quadro representa três gerações de uma família: uma avó negra, uma mãe de pele clara e um bebê branco - com o pai branco na mesma cena. A avó negra, está com as mãos postas em posição de agradecimento pela brancura das gerações que virão. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/83833-a-redencao-de-cam>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Kabengele Munanga (2019) antropólogo e professor brasileiro-congolês, referência nos estudos de raça nos países da diáspora, discute o quanto o ideal de branqueamento da população negra, produzido no início do século XIX, no pós-abolição, representado na Redenção de Cam, persiste na construção da identidade nacional. Mesmo que a ideia de um povo amaldiçoado e sem alma tenha ficado no passado, o autor argumenta que os grupos racializados compreendem que sua ascensão enquanto sociedade passa por esse ideal, de brancura. Assim, quanto mais claro o tom de pele, as pessoas se entendem menos discriminadas socialmente. Ainda mais se compreendermos que no Brasil o racismo se manifesta de forma fenotípica, sobretudo, onde os traços de origem negra são constantemente alvos de um processo de apagamento estético. E aqui, poderíamos entrar em uma discussão também importante: o colorismo (Devulsky, 2021), compreendido como um território de validação de identidades, do retinto, do negro de pele clara, dos cabelos crespos, e outros aspectos físicos que legitimam o “ser negro” na sociedade. Uma temática certamente abrangente e um tanto polêmica dentro dos próprios movimentos negros.

Um dos aspectos mais significativos do racismo nacional é justamente o entendimento de que a condição financeira no Brasil não dá aos negros a possibilidade de viver longe de preconceitos, quando na realidade, o fato de ser negro, ou lido socialmente como negro, por si só já garante uma série de estigmas. É o que temos presenciado com jogadores de futebol, por exemplo: apesar da ascensão financeira, não deixam de ser alvo de ofensas racistas dentro de estádios lotados, principalmente aqueles que atuam na Europa.

A intelectual Cida Bento (2002) ao falar sobre os pactos narcísicos do que chama de “branquitude” também ressalta a dificuldade das pessoas negras, retintas ou de tom de pele mais clara, em se adaptar e conviver em uma sociedade pensada por e para pessoas brancas. A autora diz que predomina ainda a dificuldade de pessoas “lidas” socialmente como brancas em reconhecer que também fazem parte de um grupo racial, e que esse, por sua vez, é dominante. Ser branco também é um lugar de enunciação e também deve ser visto como uma posição identitária. A autora entende a branquitude como uma construção social e histórica de manutenção de privilégios coletivos, independentes das iniciativas individuais de superação da discriminação. Assim, pessoas brancas já nascem com esse privilégio, o que contribui para a manutenção de desigualdades. O que se vê na prática, no entanto, são poucas pessoas discutindo a fundo e de fato esses privilégios. Mesmo com o que percebemos como “uma onda antirracista” que atingiu o Brasil, principalmente após os casos de George Floyd nos Estados Unidos, e Beto

Freitas, no Estado do Rio Grande do Sul³⁷, as problematizações sobre o que é de fato ser branco ficam restritas a uma pequena intelectualidade, sem um avanço significativo socialmente.

Em um diálogo que pode ser analisado por uma ótica semelhante ao de Cida Bento, Stuart Hall (2013) constrói a ideia de raça enquanto uma construção discursiva. O que é muito pertinente nesta tese que se debruça a pensar na produção de sentido nos casos de trabalho doméstico análogo à escravidão. Hall também está dizendo que é necessário reconhecer que as tentativas de fundamentar o conceito de raça na ciência, na biologia, seria um erro. Uma vez que o autor compreende o conceito enquanto algo relacional e que funciona como um significante flutuante, ou seja, que se move a partir de relações mutáveis de diferença e que pode se estabelecer com outros conceitos e ideias num campo de significação (p. 4). Assim, para o autor, precisamos fazer o exercício de substituir a definição biológica de raça pela sócio-histórica ou cultural. O sentido de raça para o autor nunca pode ser fixado de forma definitiva, mas está sujeito a um processo constante de redefinição e apropriação. Pois, segundo Hall:

Não é possível fixar o sentido de um significante para sempre ou trans-historicamente. Ou seja, há sempre um certo deslizamento do sentido, há sempre uma margem ainda não encapsulada na linguagem e no sentido, sempre algo relacionado com raça que permanece não dito, alguém é sempre o lado externo constitutivo, de cuja existência a identidade de raça depende, e que tem como destino certo voltar de sua posição de expelido e abjeto, externo ao campo da significação, para perturbar os sonhos de quem está à vontade do lado de dentro (Hall, 2013, p. 4).

Vemos raça enquanto apropriação e significação quando pensamos nos casos análogos à escravidão. Adiante, explicamos melhor essa ideia. Na mesma linha de raciocínio de compreender raça como um conceito construído, porém, falando a partir de África, Achille Mbembe (2020) reflete sobre como o Estado tem o poder de decidir quem vive e quem morre. Para o intelectual camaronês, não seria necessariamente sobre o matar, propriamente dito, mas sim sobre deixar morrer. E isso acontece através da violência de forças armadas, da precariedade em serviços de saúde, da falta de oportunidades no mercado de trabalho, na extradição de imigrantes africanos de países europeus. A partir do conceito de Michel Foucault de biopoder, Mbembe aponta o quanto isso se articula com as mazelas enfrentadas pela população negra em diáspora em todo o mundo. Em todo o lugar onde há população negra, há

³⁷ "O Brasil tem agora o seu George Floyd": foi isso que disse o jornal "Libération" da França em novembro de 2020 quando João Alberto Freitas foi assassinado por dois seguranças em um supermercado na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O crime no Brasil aconteceu alguns meses depois que o afro-americano George Floyd foi assassinado, asfixiado por um policial em Minneapolis, nos Estados Unidos. Os casos geraram manifestações indignadas nos dois países de diversos setores da sociedade civil, de movimentos e entidades organizadas. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/imprensa-francesa-destaca-viol%C3%A2ncia-contra-negros-e-cr%C3%ADticas-ao-carrefour-no-brasil/a-55722518>. Acesso em: 16 jun. 2025.

o que o autor chama de “necropolítica”, um sistema que permite esse extermínio de forma praticamente sistemática e institucionalizada.

No Brasil, a sociedade presencia a necropolítica de forma quase cotidiana nas comunidades mais pobres, habitadas em sua maioria por pessoas negras. Por exemplo, enquanto finalizamos essa tese, em junho de 2025, a imprensa brasileira repercutiu a morte brutal de Herus Guimarães Mendes, um jovem de 23 anos, que participava de uma festa junina e foi atingido por um tiro de fuzil durante uma operação policial na comunidade Santo Amaro, na Zona Sul do Rio de Janeiro. São nesses espaços que a necropolítica acontece, onde um estado que deveria proteger ou minimamente zelar pela vida dos cidadãos, mata antes de qualquer possibilidade de defesa, antes de julgamento pelo Direito conforme legislação. Um país que não tem a pena de morte no papel, mas que executa os mesmos corpos de forma sistemática.

Pensando no caso de Herus Guimarães, e na necropolítica citada por Mbembe (2020), que pode ser entendida como um mecanismo institucional de morte, recorremos à intelectual brasileira Sueli Carneiro (2023) para melhor compreender de que forma isso acontece. Assim como Mbembe, partindo do pensamento foucaultiano, a filósofa explana o que chama de dispositivo de racialidade. Neste modelo articulado por Carneiro, o racismo aparece como uma das manifestações deste dispositivo. Para a autora, o dispositivo seria ativado discursivamente - quando necessário - para distinguir os “racialmente” superiores e inferiores, sempre mantendo esse “padrão branco” como referência. Carneiro diz ainda que o racismo brasileiro pode ser entendido a partir desta concepção, pois uma vez ativado, o “dispositivo de racialidade”, organiza vidas, práticas, saberes, privilegiando o grupo considerado superior. O dispositivo seria o fundador da ontologia da diferença. Aponta a autora que “o biopoder é capaz de ativar o dispositivo de racialidade e determinar quem deve morrer e quem deve viver” (Carneiro, 2023, p. 61).

A análise de Sueli Carneiro tem sido apontada como fundamental para a compreensão da manifestação do racismo e de suas dinâmicas na sociedade brasileira. Assim como essa abordagem, há outras duas correntes de pensamento constantemente evocadas para refletir sobre o assunto na atualidade. Tratam-se da dimensão “estrutural” do racismo, apontada pelo jurista Silvio Almeida (2019) e a “forma social escravista”, conceituada pelo comunicólogo Muniz Sodré (2023).

Almeida (2018) e Sodré (2023) discorrem sobre o fato do racismo no território brasileiro ser estrutural e/ou institucional. Onde no caso estrutural se remete a uma discriminação já cristalizada na estrutura social e com fortes bases no capitalismo. Acredita Almeida que o

racismo é um sistema de opressão que norteia a sociedade, perpetuando privilégios para o grupo considerado não racializado. Por fazer parte da estrutura, o grupo dominante, ancorado na manutenção de status financeiro, mobilidade social e prestígio, segue em posição de superioridade. O racismo estrutural, por ser o cerne da sociedade brasileira, se manifestaria então em todas as esferas sociais, incluindo a educação, o que não permitiria a pessoas negras, por exemplo, acessos a boas escolas, livros, e a conhecimento de qualidade, reforçando assim a cadeia de marginalização destes sujeitos. O racismo em sua forma estrutural também estaria presente na mídia, com representações estigmatizantes da população negra, com a prevalência de fontes brancas, com a ausência de pessoas negras nos principais produtos televisivos e em posição de destaque.

Há uma armadilha atual, contudo, na conceituação do racismo enquanto estrutural: cada vez mais se usa essa teoria, de forma equivocada (e desonesta) para justificar a ausência de ações que combatam realmente essa que é uma das maiores mazelas do país. Sob o argumento de que o “racismo é estrutural”, pessoas negras seguem tendo oportunidades negadas, seguem morrendo na mão da polícia, seguem encarceradas. E isso realmente é uma interpretação errada do termo sendo utilizada para beneficiar o grupo que sempre esteve no poder.

Muniz Sodré (2023), por sua vez, acredita que as instituições que, de certa forma, acabam por discriminar as pessoas negras, perpetuando desigualdades que atravessam os tempos, estão recorrendo ao que chama de forma social escravista. O comunicólogo também diz que “a marginalização socioeconômica do negro o mantinha longe do sistema educacional” (Sodré, 2023, p. 119). O autor também fala que ao negro foi relegado espaços de destaque em atividades que não tenham pressupostos de instituição formal mais rígida, como a música e o esporte, em particular o futebol. Aqui, é como se o racismo se modernizasse na medida em que as instituições e sociedade se modernizam após a abolição. Permanece, na concepção de Sodré, após o 13 de maio de 1888, uma forma social escravista no Brasil e que perdura até os dias de hoje. O autor fala de uma “estrutura escravista” que “implica, no limite, uma máscara ou uma maquiagem da discriminação racial” (p. 121). Saúde, educação, trabalho, segurança... Todas essas instituições se modernizaram, nas óticas ocidentais, mas carregaram consigo a forma escravista de ver os negros. De acordo com a situação experienciada, essa forma escravista fica mais ou menos nítida.

Como podemos perceber, a raça pautada na ideia de negritude no Brasil e em países marcados pela colonização é um conceito bastante complexo e que pode ser abordado a partir de análise extensa de pensadores e obras, muito além do entendimento de raça enquanto um

conceito biológico apenas. Até aqui, esse trabalho já deixa evidente que o racismo é uma grande problemática social do Brasil, talvez a principal. Passamos agora brevemente ao conceito de interseccionalidade, uma vez que o próprio conceito de gênero a cada ano que passa, ganha novas e merecidas lentes de análise.

3.2.1 *Gênero, construção social e interseccionalidade*

Elza Soares, com sua pele preta e voz grave, cantou uma das canções mais potentes da música brasileira e que nos faz compreender sobre o que estamos falando quando o assunto é *interseccionalidade*. Assim como em *A Carne*, interpretada por uma das maiores artistas que o Brasil já produziu e que nos dimensiona sobre o valor da existência negra no país através da metáfora sobre a carne mais barata do mercado, Elza cantou também *Maria da Vila Matilde*: música que expõe a violência doméstica e mais do que isso, nos transporta para o cenário de Maria, uma comunidade pobre. Diz Elza na canção:

*Cadê meu celular? Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome e explicar meu endereço
Aqui você não entra mais, eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo se você se aventurar*

(Germano, Douglas. *Maria da Vila Matilde*. Interpretada por Elza Soares, 2015).

A potência desta música desloca o nosso imaginário para as reflexões que emergem da canção. Impossível não associar à personagem, Maria da Vila Matilde, a imagem de uma mulher negra. No Brasil, a taxa de homicídios de mulheres negras é duas vezes maior que a de brancas. Em 2023, 3.946 mulheres foram assassinadas, metade com arma de fogo, sendo 72% pretas e pardas.³⁸ Esses dados podem (e devem) ser analisados a partir do viés interseccional. Pois, afinal, o que significa ser uma mulher negra?

Iniciamos com Elza esse tópico para ilustrar justamente que para além de canções sobre mulheres negras brasileiras, novelas, filmes, e outros conteúdos midiáticos que na atualidade circulam e transpiram o movimento de empoderamento, felizmente muito tem se falado em interseccionalidade também no contexto acadêmico. Interseccionalidade deixa de ser uma palavra utilizada em circuitos restritos e ganha dimensões importantes, principalmente no Brasil e no debate público.

³⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/03/08/taxa-de-homicidios-de-mulheres-negras-e-duas-vezes-maior-do-que-a-de-mulheres-brancas-aponta-instituto.ghml>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Isso acontece quando compreendemos que o racismo não é o único operador de desigualdades, de forma isolada. Aliás, reconhecer o racismo enquanto basilar das desigualdades ainda é difícil para grupos conservadores. A ideia de que não passa de uma retórica vitimista ou, que buscaria separar grupos ao invés de unificar, reiteradamente aparece nos circuitos midiáticos, principalmente nas interações em redes sociais. Ora, pois para um país que sequer consegue se entender com o racismo construído ao longo dos anos, a interseccionalidade, analisada pelo cruzamento de gênero e raça, se torna um aspecto importante para se pensar sociedade.

Contudo, essa não é uma descoberta tipicamente brasileira, ao contrário: mulheres e movimentos de todo o mundo já vêm estudando o que significam as encruzilhadas que atingem os corpos negros e femininos, potencialmente. Kimberle Crenshaw (1993), intelectual estadunidense e uma das principais teóricas sobre raça, analisa o que chama de *diferenças intragrupais*. Para a autora, raça e gênero precisam ser observadas enquanto categorias de identidade. Ao falar da violência em seu país, por exemplo, Crenshaw deixa claro que os discursos feministas e antirracistas contemporâneos não conseguiram considerar identidades interseccionais como as de mulheres não-brancas.

Para a professora nigeriana Oyèrónké (2004), gênero e categorias raciais “surgiram como dois eixos fundamentais ao longo dos quais as pessoas foram exploradas, e sociedades, estratificadas (Oyèwùmí, 2004, p. 1). A autora pensa que gênero “tornou-se uma das categorias analíticas mais importantes na empreitada acadêmica de descrever o mundo e tarefa política de prescrever soluções (p. 2)”. No passado, quando Sojourner Truth (1851), já citada neste trabalho, questionava “e eu não sou uma mulher?”, ela também estava reivindicando um olhar para gênero, uma vez que mulheres negras sempre tiveram suas vidas marcadas por essa dupla opressão – de raça e de gênero. Onde, segundo os movimentos negros atuais argumentam, raça vem primeiro.³⁹ O conceito de gênero surgiu em meados dos anos 1970, de acordo com Escosteguy (2008), a partir do propósito de fazer uma distinção entre sexo e gênero, onde o termo sexo, segundo a autora, pode ser entendido como categoria analítica marcada pela biologia.

³⁹ O entendimento de que “raça vem primeiro” surge nos debates sempre que uma pessoa negra sofre uma dupla discriminação. Por exemplo: pobre e negro, ou LGBTQIAP+ e *negre* (para usar a linguagem neutra neste caso), ou ainda, mulher e negra. O que os movimentos negros atuais vêm pautando em seus encontros é justamente a ideia de que ser uma pessoa racializada acaba por balizar todas as outras opressões. Apesar da compreensão de Audre Lorde (2019) que as opressões não se sobrepõem, ao contrário, elas se entrecruzam e se potencializam.

As intelectuais negras brasileiras e latino-americanas já vem pautando a interseccionalidade há um certo tempo, compreendendo esse cruzamento de opressões a partir da colonização. Nesta linha de pensamento, a antropóloga argentina Rita Segato (2012), fala de uma colonialidade de gênero, onde argumenta que “a humanidade testemunha hoje um momento de tenebrosas e cruéis inovações na forma de vitimar os corpos femininos e feminizados” (Segato, 2012, p. 108). E quando falamos em corpos feminizados, podemos repensar as construções de gênero para pessoas travestis e transsexuais, também.

Voltando ao Brasil, Carla Akotirene (2020), uma das teóricas de referência em interseccionalidade na atualidade diz que a interseccionalidade busca compreender as opressões que são oriundas do cisheteropatriarcado, entendido enquanto um sistema de dominação masculina, onde o machismo e o capitalismo ditam as regras para a convivência em sociedade, de forma que homens cisgênero⁴⁰, brancos e ricos sempre são privilegiados. Gonzalez, que é um dos expoentes do que entendemos por feminismo negro brasileiro, debate o que chama de “racismo e sexismo à brasileira” (1983). Em um de seus textos mais célebres sobre o assunto, diz que “o lixo vai falar, e numa boa”, se referindo à voz de mulheres negras que nunca sequer foram ouvidas enquanto sujeitos participantes da sociedade, existindo e sendo em posições hegemônicas e de poder. Gonzalez nos convida ainda a pensar e a buscar um feminismo latino-americano (2020), diferente das lutas de mulheres de países imperialistas, como França ou Reino Unido, uma vez que se constrói a partir das identidades de mulheres que são fruto da colonização.

Refletindo a partir de Gonzalez, mas em articulação com a mídia, a comunicóloga Rosane Borges (2015) afirma que: “nós mulheres negras fomos aprisionadas em lugares que nos alijaram da coisa pública, fomos subtraídas dos códigos de linguagem que traduzem e modelam o social”.⁴¹ Assim, como Gonzalez, Beatriz Nascimento (2018) também já estava debatendo gênero e raça na academia e, mais do que isso, publicando em jornais de ativismo negro as suas percepções sobre esse fenômeno social.

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe

⁴⁰ Cisgênero é um termo usado para descrever uma pessoa cuja identidade de gênero coincide com o sexo que lhe foi atribuído ao nascer. Disponível em: <https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/cis-e-trans-qual-a-diferenca-dos-termos/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

⁴¹ Rosane Borges escreveu o artigo “Agora é que são elas: pode a subalterna falar-escrever?” para o portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/agora-e-que-sao-elasm-pode-a-subalterna-falar-escrever/>. Acesso em: 07 de maio 2025.

foram atribuídos desde a escravidão. A ‘herança escravocrata’ sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra (Nascimento, 2018, p.81).

Estamos vivendo uma época importante para os estudos de raça e gênero. A Comunicação não está alheia a esse processo. Talvez isso se atribua exatamente ao fato de que a midiaticização enquanto um processo possibilita um outro modo de expor o racismo e o debate sobre gênero. Saímos da esfera da mídia que denuncia o racismo e entramos na esfera da elaboração por sujeitos que antes, não tinham tanto espaço para trazer essas questões. Contudo, consideramos que os tempos atuais não inventaram essa roda. O enfrentamento de hoje, tanto em investigações acadêmicas quanto em ativismo, bebe na fonte de quem veio antes. O que muda hoje, é a descentralização, a multiplicidade de vozes que se somam ao falar em conjunto, as problematizações em redes propiciadas pelas novas ambiências. Rosane Borges (2021) explica esse novo modelo ao analisar a midiaticização:

Os paradigmas da conexão e da circulação, forjados pelo novo estágio do capitalismo, ganharam aderência irreversível. O velho modelo um-para-todos (poucos veículos distribuindo informação para uma gama abrangente de pessoas) subverteu-se e diversos arranjos tornaram-se possíveis: um-para-um, todos-para-um, com informações brotando de múltiplos focos (Borges, 2021, p. 192).

Antes do ativismo digital tal qual conhecemos hoje, a chamada imprensa negra (2021) já vinha reivindicando um espaço para discussões sociopolíticas que articulavam raça e, em certa medida, gênero também. Isso acontecia seja nas discussões sobre a beleza negra, ou seja, nas reivindicações sobre o espaço destinado a mulheres negras no mercado de trabalho. São exemplos a Revista Tição, que circulou em Porto Alegre entre 1976 e 1982; o Jornal Maioria Falante no Sudeste, que também nas décadas de 1970 e 1980 do século XX publicou textos de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez, o próprio jornal do Movimento Negro Unificado (Da Silva Souza, 2023). Em suma, publicações que no âmbito midiático já reforçavam a importância de pensar a interseccionalidade ao dirigir pautas para mulheres negras, em específico. Esse cenário de questionamento avança conforme a sociedade aprofunda esses debates sobre gênero.

Escosteguy (2008) diz que gênero pode ser compreendido enquanto uma construção social e cultural, diferente de sexo ou orientação sexual. O conceito também passa a ganhar espaço nas narrativas midiáticas e na academia. Como aponta Escosteguy (2008), gênero:

Diz respeito a um construto social, distanciado, portanto, de um determinismo biológico. Investido de significado social, implica na existência de valores, regras, posturas, obrigações e deveres que expressam o que é ser homem ou ser mulher numa dada cultura ou sociedade (Escosteguy, 2008, p. 6).

Na academia, temos importantes contribuições de ordem teórica e metodológica para pensar em gênero enquanto um balizador importante na construção das relações de trabalho e sociais no campo da Comunicação (Borges, 2015, Escosteguy, 2008, 2020; Moraes, 2019, Veiga, 2010). Os estudos sobre gênero e Comunicação se situam em um momento de fértil produção, o que não quer dizer que antes não houvesse esse interesse. Em seu levantamento sobre as pesquisas sobre gênero, Escosteguy (2020) identifica o que chama de “quatro impulsos” nas relações entre os estudos de Comunicação e questões de gênero: a arrancada inaugural, nos anos 1970 e 1980; o segundo impulso nos 1990; o terceiro, dos anos 2000 até 2015 e, recentemente, o que está em curso a partir do que se convencionou chamar “a primavera feminista” (p. 109-110).

No jornalismo propriamente dito essa temática também vem ganhando força em reportagens e conteúdos noticiosos que problematizam as desigualdades com viés interseccional. Nos últimos anos, as reportagens que falam sobre violência e/ou morte de mulheres, têm se atentado ao fato de que mulheres negras e/ou transsexuais são alvo principal da maior parte dos crimes. Contudo, as práticas e o modo de fazer a notícia também podem ser tensionados a partir de um olhar bastante crítico. Diz Fabiana Moraes (2019) que “o jornalismo foi criado, desenvolvido e reproduzido em uma sociedade desigual, marcada por questões como o racismo, o classismo e o machismo” (2019, p. 205). Para a investigadora, os valores-notícia (Traquina, 2005) sustentam a manutenção de hierarquias sociais machistas e racistas. As grandes redações ainda são chefiadas por homens brancos.

Marcia Veiga (2010), por sua vez, ao compreender os valores-notícia como operadores de sentido, aponta que estes estão permeados “dos valores culturais da sociedade, das visões de mundo hegemônicas” e, assim, “são elementos entendidos como significantes para os jornalistas e para o público” (Veiga, 2010, p. 47). Logo, podemos afirmar que os critérios de seleção da informação estão posicionados em um lócus que privilegia quem já é socialmente validado e referendado. Seja na escolha das fontes, das pautas, na produção e em todo o processo de produção do conteúdo. É a encruzilhada que se manifesta mostrando sempre os mesmos corpos em lugar de destaque, de referência e de poder.

Felizmente, cada vez mais criam-se alternativas para problematizar as construções midiáticas de gênero e raça, mas não necessariamente sempre de modo positivo. Já comentamos que por vezes, a midiatização pode potencializar discursos equivocados e destituir vozes de quem está à margem. Ainda percebemos discursos que validam as desigualdades, ou falas conservadoras que, longe de contribuir para o avanço de um debate saudável, consolidam

preconceitos e discriminação. A academia é um exemplo do quanto ainda é preciso caminhar para entender gênero em sua completude e subjetividades aliado à raça para além de um olhar que se diz neutro. Assim, pensamos que as investigações que se propõem a repensar esses dois eixos de forma articulada, certamente se tornam um ganho importante.

Ao pensar nestes três conceitos articulados, circulação, gênero e raça, nos questionamos como a circulação enquanto um lugar de produção de sentidos e valores aparece como o campo da disputa em torno de gênero e raça? Pensamos que muitas das construções sociais que temos, desde as hashtags de mobilização virtual, passando por protestos, questionamentos sobre maior protagonismo negro midiático, se dão nessa esfera. As imagens que circulam hoje ao denunciar o racismo, ou a violência policial que afeta primordialmente a juventude negra, por exemplo, têm como cenário a ambiência midiaticizada. Assim, a circulação consegue validar, provocar e legitimar essas discussões sociais que atravessam a sociedade. Explanados esses conceitos teóricos, abordamos no tópico seguinte como se deu o nosso percurso metodológico até aqui.

3.3 Entre caminhos e encruzilhadas: os movimentos metodológicos

Luiz Antônio Simas e Luiz Rufino (2019) vêm refletindo sobre o quanto os saberes produzidos em diáspora, isto é, na mobilidade forçada de africanos durante a escravidão transatlântica e seus desdobramentos, podem ser compreendidos como uma espécie de “cruzo”. Para os autores, não há nada mais tipicamente brasileiro do que justamente o cruzamento de saberes, conhecimentos e ensinamentos que são frutos da diáspora, porém sem romantizar as consequências sociais deste período. Nada é tão estático que não possa se cruzar e se transformar. Dizem Simas e Rufino que “a perspectiva do cruzo emerge enquanto conhecimento credível e necessário”, pois parte da “orientação de que o mundo, os seres e as práticas sociais não estão acabados e de que os conhecimentos possíveis não se esgotam na esteira de um modo de saber que se reivindica único” (Simas, Rufino, 2019, p. 33).

Foi partindo para uma dimensão epistemológica do que seria o “cruzo” que essa metodologia foi construída. A noção de encruzilhada, isto é, a intersecção entre vários caminhos, é uma ideia muito cara à matriz africana. Afinal, é na encruzilhada que se oferece aquilo que temos de melhor às entidades. Essa ideia interseccional, de agregação, assim como a circularidade, é o que orienta essa tese. Desta forma, consideramos natural o fato de nosso caminho metodológico na Comunicação se cruzar com epistemes de outras áreas, como é o caso da Antropologia.

Poderíamos ter escolhido desde o início o caminho linear de um único método, algo já consolidado em nossa área de investigação, mas compreendemos, que neste caso foi, justamente a pesquisa quem nos deu o caminho a seguir. Não se trata de desconsiderar a metodologia já conhecida e utilizada nos círculos acadêmicos da Comunicação, pelo contrário, como apenas estudo de caso, ou apenas uma análise do discurso, por exemplo. Trata-se de compreender que diferentes métodos podem contribuir igualmente de forma legítima na formulação do conhecimento em Comunicação. Quando fala da forma social escravista, por exemplo, Muniz Sodré (2023) diz que as histórias e narrativas de vida são caminhos metodológicos importantes uma vez que *mostram* mais do que dizem. Pensar neste aspecto é também entender que a pesquisa nasce de um lugar de fala (Ribeiro, 2020), ainda que possamos problematizar todos os aspectos deste termo, que não é neutro, mas que também é construído de nuances e mudanças que surgem ao longo da caminhada de investigação, um lugar de enunciação que se move.

Ao pesquisador se exige constantemente que opere escolhas. Mais do que isso, se exige que entregue o que a investigação pede, ao invés de tentar encaixar o estudo a todo custo no que já está posto. E foi isso que fizemos: operamos escolhas no meio do caminho, sem nos preocupar em delimitar a um único campo, investimos no que a pesquisa nos pedia. Como explica Bonin (2008), a construção se realiza num campo científico, no caso, o da Comunicação, mas “não exclui relações e interfaces com outros campos, já que nossos objetos são multidimensionais e complexos” (Bonin, 2008, p. 122). Logo, temos um estudo de caso midiático e uma etnografia em um mesmo espaço, um cruzo. E é interessante perceber que a resposta a essa abordagem é positiva em nosso campo de estudos.

Assim, nosso caso está dividido em dois momentos:

- A apresentação de uma situação-limite, que é o Caso Madalena, com vistas a observar a circulação do episódio e seus desdobramentos para entender como o debate social se deu em torno do trabalho doméstico análogo à escravidão;
- A escuta de trabalhadoras domésticas que exercem a profissão de forma remunerada, objetivando perceber como elas compreendem o trabalho análogo à escravidão e como se inscrevem nestes circuitos. Aqui, não se trata de pensá-las como recepção dos discursos midiáticos, apesar de reconhecermos a importância dos estudos de recepção para a área e admirarmos essa proposta. Mas, sim de compreendê-las – as trabalhadoras - como agentes, como uma etapa da gramática do reconhecimento, ou seja, mulheres que trabalham, que dizem o que pensam, que ressignificam suas práticas e, que portanto, são agentes da própria circulação.

Ao refletir sobre a mediação em processo, compreendemos que as visões, articulações e relações sobre determinados casos mediados podem variar em decorrência do método utilizado na investigação. “Apesar de o objeto dizer alguma coisa, o método é a leitura que se faz desse objeto, estando intrinsecamente ligado a qualquer resultado da pesquisa” (Gomes, P., 2019, p. 133).

Nesta circunstância, a nossa análise de caráter qualitativo se desdobra a partir dos objetos empíricos e não somente deles, pois, entendemos que “apesar da proximidade com o concreto, o indiciário não corresponde a privilegiar exclusivamente o empírico” (Braga, 2008, p. 78). Sobre a pesquisa que se utiliza do método qualitativo diz Robert Yin (2016) que a diferença está em sua capacidade de representar as perspectivas dos participantes do estudo, pois os eventos e ideias oriundos da pesquisa qualitativa podem representar os significados dados a fatos da vida real pelas pessoas que os vivenciam.

Nossa ideia não é de se ater exclusivamente a uma análise descritiva dos fatos envolvendo Madalena Gordiano, por exemplo, mas sim configurar o objeto a seus elementos mais significativos. Esse formato, por sua vez, se caracteriza como paradigma indiciário. Inclusive a escolha do método leva isso em consideração, pois segundo explanado por Jairo Ferreira (2012, p. 170), uma das características do argumento abduutivo é justamente ser elo de mediação das inferências indutivas e dedutivas, o que contribui para que não incorrêssemos em “movimentos ascendentes tipicamente empiricistas”. Nosso intuito é fazer o tensionamento entre a teoria e a empiria, para assim avançar no conhecimento.

Compreendemos que estudo de caso não pode ser concebido apenas para testar proposições gerais. Como aponta Jiani Bonin (2010) “são a teoria e a empiria que confluem na práxis da pesquisa, dando sustentação à construção dos objetos investigados” (Bonin, 2010, p. 4). Nesta tese, além de revisitarmos algumas reportagens sobre trabalho doméstico análogo à escravidão veiculadas em formato digital entre os anos de 2020 e 2023, detivemos um olhar aprofundado especificamente ao Caso Madalena em diferentes meios - o que será melhor detalhado no capítulo seguinte. Tanto a primeira reportagem em rede nacional sobre o assunto, quanto os seus desdobramentos em redes digitais foram observados para o levantamento dos primeiros indícios - um procedimento usual nos estudos de caso. Como aponta Braga (2008):

Faz parte, então, dos estudos de caso, o trabalho de (a) levantar indícios; (b) decidir de sua relevância para o objeto e para a pergunta da pesquisa; e (c) articular conjuntos de indícios derivando, daí, inferências sobre o fenômeno. Isso pode ser feito através de um tensionamento triangular entre situação empírica, bases teóricas e problema de pesquisa. (Braga, 2008, p. 81).

Ao observar o Caso Madalena, também se fez necessário operar seleções, isto é, reduzir o caso a seus elementos mais consideráveis para que a partir dele pudéssemos refletir criticamente sobre a nossa pergunta de pesquisa e as possibilidades de interpretação. Ainda de acordo com Braga (2008), a base do paradigma indiciário não se atém a apenas colher e descrever indícios – mas selecionar e organizar para fazer inferências. Desta forma, ao observar o material empírico, detectamos elementos que fazem sentido em nossa investigação em um contexto maior e que extrapolam uma simples narrativa descritiva sobre a vida de Madalena. Para além de citar teorias e/ou conceitos, nossa preocupação é tensionar o caso em estudo.

Em um segundo movimento, selecionamos conteúdos publicados ao fim do ano de 2020 e ao longo de 2021, envolvendo o nome Madalena Gordiano, e que foram veiculados em mídias jornalísticas como é o caso dos portais UOL, G1 e El País Brasil. O portal G1, das Organizações Globo Participações S.A, somou mais de 30 resultados entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021 para a busca, citando o termo “Madalena Gordiano”. Também fomos em busca dos rastros da circulação em redes sociais. É o caso do Facebook, Instagram, Tik Tok e Twitter.⁴² O esforço de mapear a circulação, possibilita entender melhor a produção de sentidos a partir dos circuitos de interação formados em suma por *posts*, *reposts* e comentários.

Avançando em nossos arranjos metodológicos, realizamos a pesquisa da pesquisa para localizarmos em que estado a arte se encontra a discussão sobre trabalho doméstico análogo à escravidão e a Comunicação. Esse movimento se fez necessário, pois, como explicita Bonin (2010), ele é relevante para tomar contato com a produção já existente sobre a temática, “a fim de que as novas investigações contemplem e considerem tais desenvolvimentos e aquisições e busquem efetivamente avançar com e a partir deles” (Bonin, 2010, p. 7). Nos capítulos anteriores deixamos registrados alguns trabalhos que dialogam, em certa medida com a nossa perspectiva e que foram mapeados até então. Nossa busca se deu em bases de dados e repositórios em sua maioria brasileiros, com destaque para o Portal de Teses e Dissertações da Capes e anais de eventos importantes da área como o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom) e o encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Contudo, fomos além das fronteiras de nossa área de conhecimento e nos apropriamos de produções fora do debate comunicacional. Para nós, é de

⁴² Em julho de 2023, a rede social Twitter recebeu uma mudança no logotipo e passou a se chamar X. A plataforma segue sendo uma rede social e um serviço de microblog. Os internautas de todo o mundo seguem chamando a plataforma de Twitter, pois a alteração é recente. Portanto, nesta tese vamos utilizar o nome anterior “Twitter”, para fins de clareza e identificação.

extrema importância observar o que tem se produzido a respeito desta temática na intenção de contribuir teoricamente para com esse diálogo, de forma a avançar.

Optamos também por revisar para esta tese a vasta bibliografia que trata sobre os processos que envolvem a midiaticização, o jornalismo, a interação e a disputa de sentidos, incluindo produções oriundas do nosso renomado Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Esse movimento faz parte de um esforço de valorização das produções brasileiras e latino-americanas sobre a circulação, principalmente neste momento de fechamento do PPG em Comunicação da Unisinos, onde estão situados ricos debates a esse respeito, mas também de reconhecimento da qualidade do que vem sendo produzido sobre a temática nos últimos anos.

Nossos procedimentos metodológicos até aqui consideram algumas determinantes:

a) o problema da pesquisa – ou seja, o tipo de percepção que buscamos a respeito de nosso caso; b) as estruturas e processos próprios do objeto ou situação – suas «lógicas» de articulação interna, de desenvolvimento, de relações com o contexto; c) o conhecimento disponível sobre o tipo de objeto e sobre os âmbitos em que este se processa – o que envolve principalmente, mas não exclusivamente, o conhecimento teórico (Braga, 2008, p. 79-80).

Em nossa primeira imersão exploratória sobre o trabalho doméstico análogo à escravidão, o caso midiaticizado de Madalena Gordiano se destacou devido às disputas sociais propiciadas pela circulação que identificamos no mesmo. Ao longo da escrita desta tese nos deparamos com outros casos com processualidades muito semelhantes ao de Madalena, mas que não alcançaram igual projeção circulatória. Contudo, notamos também que a maioria das reportagens e interações após a veiculação da história de Madalena, de alguma forma, remeteram, mencionaram ou citaram os fatos ocorridos em Minas Gerais. Tal consequência foi denominada por Maurício Krepsky Fagundes (2023), pesquisador da Applied Human Rights na Universidade de York, de “Efeito Madalena”. Para o autor, ao ganhar visibilidade, “o caso de Madalena provocou incômodo capaz de provocar abalos que alteraram as estruturas e permitiram guinada diferente nos rumos das coisas” (Fagundes, Miraglia, 2023). Desta forma, optamos por partir desta história para compreender o fenômeno que nos propomos a investigar. Perseguindo o discurso, as fotografias e outros elementos presentes nas reportagens e interações de atores sociais sobre o caso em uma ambiência midiaticizada, também realizamos um diálogo com materiais noticiosos que circularam na mídia no mesmo período - entre o ano de 2020 e o ano de 2023 - e que tratam sobre o mesmo assunto: o trabalho doméstico análogo à escravidão.

A tarefa é complexa, principalmente se considerarmos o caráter não-linear da circulação (Fausto, 2018). Por exemplo: localizamos no jornalismo conteúdos do ano de 2023, ou seja,

veiculados três anos após a história de Madalena ser divulgada pela primeira vez, e que mesmo sem ter uma ligação direta com o nosso objeto empírico, projetaram e suscitaram discussões ainda sobre ele. Esse feixe de relações entre a atualidade e o Caso Madalena certamente nos indica algo importante: o caso segue seu fluxo midiaticizando, circulando.

Mas como nos provoca Braga, autor já citado neste trabalho, só pesquisamos porque temos dúvidas a respeito de alguma questão do mundo. Em um primeiro momento, cogitou-se realizar a pesquisa a partir de um estudo de caso midiaticizado (Weschenfelder, 2020) apenas. Contudo, articulações com a banca de qualificação⁴³ e com o próprio campo de pesquisa, nos levaram ao desafio de ver além do planejado anteriormente. Desta forma, propomos um arranjo metodológico que leva em consideração um estudo de caso midiaticizado, aliado com pesquisa de base etnográfica, como já citado.

Importante salientar que apresentaremos adiante, a partir da história de Madalena Gordiano, o *caso midiaticizado*. Diferencia-se de um caso midiático na medida em que a centralidade, o foco e as lentes de análises não estão voltadas para o meio em si ou para as lógicas das instituições midiáticas tradicionais. Pelo contrário, compreendemos o caso midiaticizado como uma esfera que se desdobra em relação ao acontecimento midiático, mas que apresenta processualidades que nascem e se retroalimentam em outros circuitos, envolvendo atores, sociedade, e novamente a mídia. A circularidade.

No estudo de caso midiaticizado, além de tirar a centralidade dos meios, compreendemos que os atores sociais participam dos arranjos advindos do circuito midiático. Logo, “não realizam apenas atividades derivadas de um lugar como o da recepção, mas passam a interagir inclusive enquanto coprodutores em recepção” (Weschenfelder, 2020, p. 3). Na análise do trabalho doméstico análogo à escravidão, restringimos o nosso observável ao Caso Madalena, mas sem nos deslocarmos do fenômeno, ou do tema. O Caso Madalena surge como acontecimento midiático, mas torna-se um caso midiaticizado devido aos feixes de relações que são construídos a partir do mesmo. Assim, para além da recepção, e de apenas nos questionarmos “de que forma as trabalhadoras entendem essas notícias”, optamos por cruzar métodos que pudessem abarcar a nossa investigação. É neste contexto que a etnografia se apresenta.

⁴³ Realizamos a banca de qualificação da tese de doutorado no dia 18 de dezembro de 2023. Participaram enquanto arguidores a Professora Doutora Danila Gentil Cal (UFPA) e o Professor Doutor José Luiz Braga (UFG e Unisinos), o que nos suscitou importantes reflexões para o direcionamento que essa pesquisa tomou. A Professora Doutora Ana Paula da Rosa (Unisinos) foi a presidente da mesa.

3.3.1 *Etnografar é andar e ver*

“O olhar vê onde o andar lhe leva” (Silva, 2009, p. 176). Essa frase de Hélio Silva define perfeitamente o modo como as entrevistas para a tese foram construídas. Principalmente se considerarmos o nosso percurso até a finalização deste estudo. Foi preciso passar pelo exame de qualificação para compreender que os sentidos que buscamos analisar não estavam somente na análise de materiais midiáticos. Foi preciso andar (e ver).

Optamos por realizar entrevistas abertas não-diretivas (Escosteguy, 2008; Weber, 2009) e conversas informais que priorizaram os relatos das trajetórias sociais, as histórias de vida (Sodré, 2023) com trabalhadoras domésticas que exercem a função de forma remunerada no estado do Rio Grande do Sul. O grupo se configura com quatro trabalhadoras domésticas, atuantes neste ofício por um longo período. Todas elas mulheres negras e de faixas etárias distintas. Elas foram ouvidas de forma separada, não foi uma escuta em grupo, mas se utilizou o diário de campo e, passagens deste documento se encontram nas transcrições das entrevistas.

É no diário de campo que se exerce plenamente a “disciplina” etnográfica: deve-se aí relacionar os eventos observados ou compartilhados e acumular assim os materiais para analisar as práticas, os discursos e as posições dos entrevistados, e também para colocar em dia as relações que foram nutridas entre o etnógrafo e os pesquisados e para objetivar a posição de observador (Weber, 2009, p. 158).

Importante salientar como se deu a escolha destas trabalhadoras: por estarmos situando a investigação nos sentidos construídos e identificáveis, pensamos a circulação no espaço geográfico também. Da mesma forma que Lefebvre e Verón (1983) observaram através da etnografia em uma exposição, também compreendemos que as lógicas de cada indivíduo ao movimentar-se geograficamente, portar-se fisicamente e enxergar a vida a partir do seu ponto de partida, produz sentidos muito próprios. Apesar de guardarem semelhanças, tal qual os observadores de quadros em um museu, as afetações e visões são distintas. Assim, as mulheres que compõem as entrevistas da tese vivem em localidades diferentes dentro da mesma região, neste caso, a Região Metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Por entender os aspectos geracionais do trabalho doméstico remunerado, fato já explanado na bibliografia sobre o tema, também consideramos ser relevante incluir mulheres que já entraram na terceira idade, mas que ainda seguem prestando esse serviço, de forma fixa, ou seja, em um único local, ou não.

As participantes de nossa investigação chegaram até nós através da indicação do próprio movimento social negro, amigos e conhecidos. E aqui se faz uma observação importante: tivemos cuidado para que essa indicação, que vem de um lugar que é político, não fosse o guia

das nossas entrevistas. Nem todas elas estão em posição de ativismo, mas todas de certa forma realizam enfrentamentos diários.

Como o contingente de mulheres negras que atua no trabalho doméstico é bastante expressivo na Região Metropolitana de Porto Alegre, em um primeiro movimento foi feita uma lista com os nomes das possíveis entrevistadas, considerando a disponibilidade, a logística para os encontros, idades e a relação com o ofício. Chegaram até nós nomes de trabalhadoras que já não atuavam com a regularidade que nos permitisse compreender o fenômeno, e algumas que trabalhavam em locais tão distantes que a pesquisa só seria possível se fosse feita de forma virtual, e esse não era o nosso intento, já que poderia comprometer a metodologia. Contudo, somente essa lista preliminar contemplou mais de 20 trabalhadoras, o que ficaria inviável para uma tese de doutorado. Assim, tivemos que filtrar a partir de aspectos de localização geográfica, idade e exercício contínuo da função – no presente ou num passado recente. Desta forma, chegamos no seguinte grupo:

Quadro 1 - Perfil das entrevistadas

	PERFIL	NOME FICTÍCIO
ENTREVISTADA 1	Moradora de São Leopoldo, negra. Já aposentada, na faixa dos 70 anos, mas que segue atuando como diarista em residências da região.	Rosa
ENTREVISTADA 2	Moradora de Viamão, negra. Mãe de dois filhos. 40 anos. Atuou na limpeza de residências, e atualmente trabalha na higienização de consultórios, escritórios e hospitais na Região Metropolitana de Porto Alegre. Segue diarista como complemento de renda.	Margarida
ENTREVISTADA 3	Cozinheira com mais de 60 anos, negra. Prestou serviços durante longo tempo para famílias de padrão elevado na região do Vale do Sinos.	Violeta
ENTREVISTADA 4	Mulher negra na faixa dos 40 anos, ativista do trabalho doméstico remunerado. Moradora do Extremo Sul de Porto Alegre.	Dália

--	--	--

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Nenhuma das entrevistadas possui uma relação próxima com a investigadora. Como elas foram indicadas por terceiros, o primeiro contato foi durante as entrevistas. Contudo, não podemos negar que já a partir dos primeiros contatos surgiu uma grande afinidade e as conversas mais informais seguiram mesmo após a finalização das entrevistas. E esse é um aspecto bastante comum nos estudos de base etnográfica, afinal, “o modo como o etnógrafo é acolhido terá sempre correspondências com a imagem que o intruso projeta” (Silva, 2009, p. 177). Não é de se estranhar que uma pesquisadora negra, que dialoga com temas em comum, tais como a maternidade, tenha sido extremamente bem recebida nos cenários por onde passou.

Ainda assim, em momento algum se perdeu o fio condutor que balizou os encontros e entrevistas: a coleta de material para a escrita de uma tese de doutorado. Aqui não se trata apenas do distanciamento ético, mas também do cuidado com o rigor do método. E isso foi colocado de uma maneira transparente às participantes que por sua vez, concordaram em assinar o **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**.⁴⁴ O termo é um documento exigido pelo Comitê de Ética na pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e garante, além de outros aspectos legais da pesquisa, a preservação das identidades das mesmas.

Sobre a aplicação do questionário, também optamos por entrevistas presenciais, registradas com o gravador do celular da investigadora. Essas entrevistas foram posteriormente transcritas pelo aplicativo online *TurboScribe*⁴⁵, que converte áudio e vídeo em texto em poucos segundos através de uma inteligência artificial. O aplicativo foi escolhido pois oferecia a possibilidade de mais de uma transcrição diária, de forma gratuita, e com bastante rigor às pausas, silêncios e todos os nuances das falas das entrevistadas. Comparamos ainda com outras transcrições feitas com outros aplicativos disponíveis na internet para garantir a maior fidedignidade ao conteúdo.

O questionário foi construído durante as reuniões de orientação ao longo do ano de 2023 e totaliza 12 questões que se direcionam pela trajetória de vida, exercício profissional, relação com a mídia e por fim, entendimento sobre trabalho doméstico análogo à escravidão.⁴⁶ As entrevistas aconteceram no perímetro da Capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,

⁴⁴ Disponível no Apêndice B deste documento.

⁴⁵ Disponível para cadastro em: <https://turboscribe.ai/pt/>. Acesso em: 13 maio 2025.

⁴⁶ Questionário disponível no Apêndice A deste documento.

e na cidade de São Leopoldo, localizada na Região Metropolitana. Em todos os casos, a investigadora leu as perguntas referentes, mas ao mesmo tempo, permitiu que a entrevistada pudesse trilhar seu próprio fluxo de resposta, configurando em algo não-diretivo. Os encontros não tiveram um tempo pré-determinado: algumas entrevistas duraram uma hora, outras bem mais que isso. Foram essas interlocutoras quem deram o tom e o encaminhamento necessário para a realização da coleta de material.

Sobre a localização geográfica, cabe dizer que em todos os encontros o lugar foi uma sugestão e/ou pedido das próprias entrevistadas. Isso se deu para que as parceiras de pesquisa pudessem ficar em um local confortável e de fácil acesso para elas próprias, sem imposições de um espaço físico delimitado, o que acreditamos ser uma forma respeitosa de encaminhar o método de investigação. Respeitar não seria somente preservar a identidade, mas pensar em cada aspecto que compõe a pesquisa. Logo, sugerir que fosse um deslocamento dificultoso, algum horário impróprio, ou que atrapalhasse a rotina delas, estava fora de cogitação para a realização das entrevistas.

Ressaltamos outra informação bastante importante: das quatro participantes, nenhuma vive diuturnamente em seu local de trabalho. Tampouco foi apontado até o momento a situação-limite de analogia à escravidão, não há indícios disso. Todas as entrevistadas trabalham de forma remunerada, algumas dentro da precariedade da informalidade, mas recebem o seu ordenado seguindo os acordos feitos com os seus contratantes. Neste caso, a utilização do TCLE é uma medida que assegura que as participantes possam se manifestar de forma livre, autônoma e consciente, de forma que a pesquisa não venha causar nenhum dolo ou constrangimento às suas vidas pessoais e privadas. Como as identidades serão preservadas, nesta pesquisa não haverá uso de qualquer imagem das entrevistadas ou das dependências de seus respectivos ambientes de trabalho.

Os nomes utilizados também são fictícios: optamos pelo uso de nomes de flores. A escolha dos nomes com relação a flores é uma decisão puramente de ordem metodológica, que em nada remete ou associa a uma ideia de feminino ou fragilidade feminina, ou ainda delicadeza, conforme a construção de gênero nos moldes ocidentais prega de forma recorrente. Essa não é a intenção. Os nomes de flores surgem devido à facilidade de pronúncia, escrita e diferenciação.

As entrevistas em profundidade nascem de um lugar de memória, que de certa forma, também é um lugar de autoria. Usar esse procedimento em nosso trabalho foi enriquecedor, uma vez que as entrevistas, dentro do jornalismo, fazem parte de um lócus de enunciação

importante: se trata da autoridade, da fonte, do especialista. Então, acreditamos que essa escolha metodológica foi a mais acertada. Pois não se trata de “dar voz”, mas sim, de “ouvir, legitimar e contar”. Sobre a entrevista na pesquisa em Comunicação, Ana Carolina Escosteguy (2008) diz que:

A implementação da entrevista e da observação, como técnicas primordiais de pesquisa, propicia uma vivência específica ao pesquisador, contribuindo para perceber outras facetas na problemática que nos propomos a analisar. E até mesmo para reformular alguns de nossos pressupostos. É claro que isto não significa prescindir de compromissos teóricos nem eximir-se da discussão metodológica, ao contrário, trata-se de concentrar a análise na cultura e na compreensão de ações significativas em que o sujeito-observador é parte integrante do processo de construção do conhecimento, interpretando os fenômenos e atribuindo-lhes significação (Escosteguy, 2008, p. 9).

Ao mesmo tempo em que não fugimos de nosso compromisso teórico, também aproveitamos e apreciamos as narrativas que elas de forma generosa nos cederam. Conseguimos formular quatro blocos de entrevistas, realizadas em datas diferentes e em espaços diferentes. Hélio Silva (2009, p. 176) afirma que “nenhum etnógrafo vai ao campo senão movido por incertezas, dúvidas e perguntas. Há algo no campo que ele não sabe e não conhece. Seu movimento até ali é um movimento que busca saciar tal ignorância e desconhecimento”. Então, longe de querer engessar essas trajetórias de vida, buscamos nestas entrevistas compreender de que forma esses atores sociais se inscrevem nos circuitos que analisamos, compreender essa lacuna, formular esse conhecimento. E isso foi importante na medida em que mostrou a potência que é ouvir o outro, “reconhecendo-o como ator social”. (Escosteguy, 2008, p. 9)

Observar e interagir com o que está perto são desafios. Da mesma forma como observamos e levantamos questões sobre a história de Madalena Gordiano (de longe). No capítulo seguinte apresentamos a história de Madalena – que trata-se de uma história midiaticizada – e que se retroalimenta em um ambiente midiático. Para depois disso apresentarmos as narrativas das participantes que foram ouvidas para essa pesquisa.

4 UMA HISTÓRIA FANTÁSTICA: MADALENA E A SITUAÇÃO-LIMITE

No dia 20 de dezembro de 2020, fim do primeiro ano da pandemia de Covid-19 no Brasil, quando as notícias que circulavam davam destaque a possível chegada da primeira vacina, o chamado “Caso Madalena” repercutiu em um dos principais programas jornalísticos do país. O Fantástico – o Show da Vida - da TV Globo exibiu a história de Madalena Gordiano, uma mulher negra, de 46 anos na época, e que desde os oito anos de idade vivia em condições análogas à escravidão no interior do Estado de Minas Gerais, na região Sudeste do país.

Durante uma reportagem de 07 minutos e 52 segundos⁴⁷, o programa contou em detalhes a história da trabalhadora doméstica que foi resgatada por auditores do Ministério Público do Trabalho (MPT) e agentes da Polícia Federal (PF) após uma denúncia anônima. A riqueza de detalhes da reportagem é atribuída à investigação do MPT que o programa teve acesso com exclusividade. Esse procedimento de apuração é bastante comum nas reportagens do programa Fantástico. Sobre o programa, compreendemos que a atração trabalha histórias inusitadas de pessoas desconhecidas e a espetacularização. São abordagens em estilo dramático, voltadas à descrição e à narração de fatos, com ênfase nas pessoas envolvidas (Gomes, L., 2011). A Rede Globo conceitua o programa como uma revista eletrônica de gênero de entretenimento informativo.

Segundo a primeira reportagem veiculada neste programa, Madalena não recebia um salário fixo, não tinha direitos trabalhistas e vivia reclusa, sob a vigilância dos contratantes até o fim de novembro daquele ano, quando foi resgatada de um apartamento no centro do município de Patos de Minas. Cabe ressaltar que, o nosso primeiro contato com Madalena se dá justamente de forma midiaticizada. A história dela foi narrada de forma televisiva, mas ainda naquela noite de 20 de dezembro distribuída a outras plataformas da Rede Globo e repercutida nas redes sociais, um exemplo de acontecimento midiático (Weschenfelder, 2020) que foi se complexificando a partir de seus fluxos circulatórios, um feixe entre os polos interacionais (Fausto Neto, 2018).

Nós optamos por utilizar a reportagem do Programa Fantástico como estopim do circuito, mas isso não significa que o caso midiático não possa ter tido outras veiculações anteriores, principalmente em Minas Gerais, estado do acontecimento. Analisar a partir do

⁴⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/20/mulher-e-libertada-em-mg-apos-38-anos-vivendo-em-condicoes-analogas-a-escravidao.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2024.

Fantástico considera sua veiculação em todo o território nacional, em horário nobre e na principal emissora televisiva do país, o que confere maior notabilidade aos fatos.

A vida de Madalena, segundo o conteúdo noticioso, perpassou por todas as características que definem o trabalho análogo à escravidão citadas anteriormente nesta investigação: cerceamento de liberdade, jornadas exaustivas de trabalho e condições degradantes. Ainda de acordo com a reportagem do Fantástico, a vítima foi adotada de forma ilegal na infância quando buscou auxílio na casa de Maria das Graças Milagres Rigueira, uma professora na época. Em troca de alimento, acabou ficando na residência para trabalhar. Antes disso, vivia na precariedade com a mãe e mais oito irmãos. A suposta adoção na infância é a entrada no trabalho doméstico para muitas mulheres, “as crias de família”. Maria Angelica Motta-Maués (2020, p. 45) explana essa realidade ao se referir ao município de Belém, no Pará: “jamais são encontrados velhos homens na situação de crias de família, enquanto para as mulheres esta chega a ser personagem emblemática” (Motta Maués, 2020, p. 45).

A família Rigueira colocou Madalena, ainda criança, para viver sob seu teto na condição de trabalhadora doméstica. Sem a possibilidade de estudar - a vítima cursou até a terceira série do Ensino Fundamental, antigo Primário, mas foi tirada da escola pelos contratantes - ela nunca mais voltou para casa da sua família biológica. Já na idade adulta, foi obrigada a se casar com um idoso que era membro da família Rigueira. Ele tinha 78 anos e, por ser um militar aposentado, ex- combatente na Segunda Guerra Mundial, recebia cerca de 8 mil reais por mês de pensão. Ele e Madalena nunca chegaram a ter um relacionamento sexual e/ou amoroso, segundo a vítima, e ela não usufruiu dessa pensão após a morte do marido. O dinheiro todo teria sido usado para pagar a faculdade de um dos membros da família Rigueira, que se formou em Medicina. Ou seja, mesmo tendo se casado, Madalena teve valores que eram seus por direito legal, subtraídos.

Maria das Graças Rigueira também teria oferecido os serviços de Madalena enquanto trabalhadora doméstica de presente ao filho, o professor Dalton Milagres Rigueira, um docente universitário. Era com a família dele que Madalena vivia quando foi resgatada pelo MPT. O cativeiro dela acabou em 27 de novembro de 2020. A denúncia anônima ocorreu após a vizinhança perceber que Madalena não possuía itens básicos para sua sobrevivência e cuidados pessoais, tais como sabonetes ou papel higiênico. Mais de uma vez ela teria escrito bilhetes a pessoas residentes nas redondezas do apartamento pedindo auxílio para a compra destes produtos. Ainda de acordo com a primeira reportagem do Programa Fantástico, após o caso vir

à tona, Madalena foi levada para acolhimento em um abrigo de mulheres, em Minas Gerais. Foi lá que ela conversou com a reportagem.

Algumas escolhas e enquadramentos desta reportagem nos provocam a tentar entender em como se deu a circulação: a narrativa jornalística relaciona diretamente o Caso Madalena com o racismo estrutural e problematiza isso. Destacamos alguns aspectos que nos instigaram nesta matéria:

- A reportagem ouviu fontes profissionais racializadas que trabalham com essa temática, como é o caso do Professora Doutora Jeane Saskya Campos Tavares, Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e que, em sua entrevista ao programa destacou a forma como mulheres negras estão suscetíveis em maiores proporções a essa situação de violação;
- As imagens utilizadas na abertura do conteúdo, que mostram Madalena abrindo um portão com um grande cadeado e acariciando flores ao ar livre, denotam essa ideia de saída do cativeiro, de liberdade;
- Ressaltamos igualmente que ao fazer a chamada para a reportagem sobre Madalena, a apresentadora Poliana Abritta usa como primeira fala da “cabeça” da matéria a identificação de Madalena enquanto mulher negra em seu texto: “Uma mulher negra, de 46 anos e que desde os oitos anos de idade vivia em condições análogas à escravidão”.

Entendemos que o gênero informativo é predominante nos telejornais a partir da aplicação de conceitos de isenção, imparcialidade e a ampla busca de versões plurais para trazer uma visão totalizante sobre determinado fato (Spinelli, 2012). Assim, destaca-se já na fala inicial da apresentadora que a reportagem do Caso Madalena apresenta mais do que os elementos informativos esperados para esse gênero. A narrativa se situa com criticidade, considerando o contexto social e histórico das pessoas negras no Brasil e busca articular isso com a história narrada.

Figura 5 - Madalena aparece na reportagem do Programa Fantástico no ano de 2020



Fonte: Portal G1 / Reprodução.

A reportagem também apresenta a complexidade da fiscalização do trabalho doméstico análogo à escravidão ao apontar que ele ocorre geralmente no âmbito interno e privado dos lares, de difícil comprovação, mas ao mesmo tempo repassa aos telespectadores o serviço do Disque 100. Esse número é utilizado para denúncias referentes a casos de violações de Direitos Humanos no Brasil. Logo, a reportagem cumpre algumas das funções sociais do jornalismo, como informar e, em certa medida, defender o cidadão (Reginato, 2019).

A ambiência digital proporcionou a circulação rápida deste conteúdo em diferentes circuitos, pois, nesta mesma noite, de 20 de dezembro de 2020, o vídeo foi disponibilizado no Portal G1, da Rede Globo e se espalhou pelas redes sociais, com destaque para a plataforma então chamada de Twitter. E isso nos interessa, pois, adiante, conseguimos articular juntamente com a etnografia realizada a forma como esses casos circulam também entre as próprias trabalhadoras que exercem o ofício de forma remunerada.

4.1 A constituição do caso de pesquisa: os circuitos

O Caso Madalena evidencia que o processo comunicacional possibilita os avanços progressivos da sociedade, sempre em níveis cada vez mais complexos. Em um primeiro momento, o que nos chama a atenção no caso é como o jornalismo acaba por reforçar a situação

de subalternidade de Madalena em diversos momentos. Em algumas reportagens, Madalena é exposta de uma maneira praticamente exótica. Há também matérias em que ela acaba por ser infantilizada. Em todos estes episódios parece que o intuito é o mesmo: informar sobre o caso e seus desdobramentos. Contudo, ao considerarmos a circulação como central para entender a problemática social a partir do caso observável, se faz necessário analisar as ambiências por onde esse caso se engendra. Esse movimento nos ajuda a refletir sobre os processos de produção de sentido.

Ainda na noite do dia 20 de dezembro de 2020, o Caso Madalena saiu do Fantástico direto para as redes sociais nas mais diferentes plataformas, com destaque para o Twitter, atual X, onde a *#justiçaporMadalena* ganha destaque. Observar o Twitter e os outros espaços de repercussão da reportagem corrobora com o nosso entendimento de que há circuitos onde a circulação ocorre e que não estão vinculados necessariamente por processos midiáticos mais tradicionais, como o jornalismo em seu formato web.

Abaixo, elaboramos uma quadro demonstrativa para visualizar o Caso Madalena e o agenciamento de novos circuitos midiáticos para além da primeira reportagem sobre o assunto no mês em que o conteúdo foi ao ar pela primeira vez.

Quadro 2 - O Caso Madalena em circulação a partir do programa Fantástico

2020	DEZEMBRO
Programa Fantástico – Rede Globo	20 de dezembro - MULHER É LIBERTADA EM MG APÓS 38 ANOS VIVENDO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO
Comentários no Twitter	20 de dezembro - A <i>#justiçaporMadalena</i> surge nas redes sociais para se referir ao caso ainda na noite da primeira reportagem em rede nacional.
Portal G1	21 de dezembro DIARISTA É RESGATADA DO CONVÍVIO DE FAMÍLIA EM PATOS DE MINAS ONDE VIVEU EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO POR 38 ANOS
TIKTOK	22 de dezembro - <i>#JustiçaPorMadalena</i> <i>#vidaspretasimportam</i> <i>#minhavoimporta</i> <i>#escravidao</i> <i>#tiktokbrasil</i> <i>#minasgerais</i> <i>#Fantastico</i> <i>#RedeGlobo</i> <i>#JornalToker</i> <i>#FlopadasUnidas</i>
Portal UOL	25 de dezembro - Como vivia a mulher que passou 38 anos sob condição análoga à escravidão

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

A palavra “Justiça” parece ser o tópico central nos circuitos posteriores às mídias tradicionais. Podemos inferir que ao informar, o programa Fantástico suscitou em sua audiência o desejo de fazer a justiça por Madalena. Os principais portais de jornalismo na internet reproduziram o caso de alguma forma, mas notamos que no Twitter, especificamente, ainda na noite em que o Fantástico foi ao ar, somaram-se pedidos para que o então professor Dalton Milagres Rigueira, contratante de Madalena, perdesse o cargo que ocupava em uma universidade como uma forma de punição. É a agilidade do ativismo em rede propiciado pela ambiência digital. Se não fosse o cenário digital, possivelmente o caso não teria tanta repercussão, tampouco o posterior “Efeito Madalena”, que fez com que as denúncias de casos como esse aumentassem.

Figura 6 - Repercussão do Caso Madalena no antigo Twitter



Fonte: X/Reprodução.

O conteúdo veiculado pelo programa Fantástico vai ganhando novas camadas e novas configurações conforme é reproduzido nas mídias jornalísticas. No Portal G1, pertencente ao mesmo grupo de comunicação, por exemplo, a profissão de Madalena é demarcada na matéria veiculada no dia seguinte: “*Diarista é resgatada do convívio de família em Patos de Minas onde viveu em condições análogas à escravidão por 38 anos*”.⁴⁸ Em um caso como esse, destacar já no título que a vítima era uma prestadora de serviços, uma trabalhadora, uma

⁴⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2020/12/21/diarista-e-resgatada-do-convivio-de-familia-em-patos-de-minas-onde-viveu-em-condicoes-analogas-a-escravidao-por-38-anos.ghml>. Acesso em: 27 set. 2023.

diarista, contribui para as posteriores manifestações indignadas dos internautas que vão se confrontando com a história pouco a pouco.

Já o portal UOL busca trazer à audiência aspectos inexplorados com exatidão pelo Fantástico e pelo G1. A manchete recorre à curiosidade do leitor ao apontar “*Como vivia a mulher que passou 38 anos sob condição análoga à escravidão*”⁴⁹, o que imediatamente já coloca essa personagem no lugar de “exótico”. Apesar disso, num primeiro momento o UOL utilizou como foto de destaque uma reprodução do vídeo veiculado com exclusividade pela TV Globo. Madalena aparece de cabelos curtos, de rosto sério e olhos baixos.

Como já salientamos, os discursos que circulam sobre Madalena, mais do que ser uma zona de passagem (Fausto, 2018) ou apenas um fluxo de transmissão de notícias, amplifica o caso para além de Patos de Minas, local do acontecimento. Essa é uma característica deste processo interacional, pois “a circulação é exatamente a acentuação de uma relação de atribuição de valor, na qual as operações de polaridade não implicam o fim da circulação, mas sua amplificação” (Rosa, 2019, p. 30). A amplificação se dá de tal forma, que, de acordo com as novas matérias que vão sendo publicadas na web, o ativismo indignado sai do circuito digital e se materializa principalmente em espaços físicos ligados principalmente ao movimento negro.

Num primeiro momento já é possível perceber que as reportagens, em sua maioria contextualizam a raça para falar do caso - foi o que ocorreu com a fala da apresentadora do Fantástico ao chamar a reportagem, anteriormente citado, que destaca gênero e raça: “uma mulher negra”. Ademais, o circuito da #justiçaporMadalena ganha as ruas ainda no final de 2020, com passeatas e atos públicos convocados através das redes sociais. A ideia da escravidão moderna relacionada a uma mulher negra fica inconcebível quando é aumentada pela lente da midiaticização.

⁴⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/12/25/madalena-gordiano-trajetoria.htm>. Acesso em: 27 set. 2024.

Figura 7 - Cartaz chama para ato de apoio no movimento intitulado
#justiçaporMadalena



Fonte: X/Reprodução.

Notamos que o cartaz que convoca para um ato de apoio à Madalena na cidade de Patos de Minas, em Minas Gerais, traz como elemento central uma pessoa negra e isso não é por acaso. Entendemos a “permanência das imagens como produtos da e para a circulação e, ao mesmo tempo, como acionadoras de fluxos, que se expandem e se exasperam em proporções muitas vezes impensadas” (Rosa, 2019, p. 23). Relacionar um semblante negro, sem rosto à

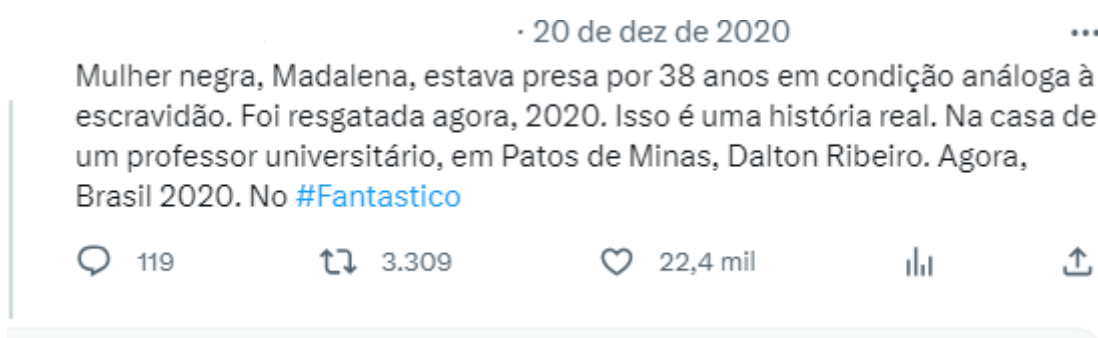
história de Madalena aciona memórias sócio-históricas que provocam ao debate de uma escravidão em andamento, abolição inconclusa.

Também não causalmente, e propiciado pela circulação, as manifestações a favor da #justiçadamadalena culminam em outros movimentos fora da esfera midiática. Entre eles, o anúncio da criação do Centro de Extensão em Direitos Humanos “Madáh”! - em uma referência ao nome de Madalena - na Universidade Federal de Uberlândia, por meio da Pró- reitoria de Extensão e Cultura, do Programa Multidisciplinar “Mais Humanos”, da Clínica de Enfrentamento ao Trabalho Escravo no ano de 2023. De vítima de trabalho escravo, os agenciamentos transformam Madalena em um símbolo da luta contra esse tipo de crime no Brasil, uma espécie de ícone. E a criação do Centro de Extensão em Direitos Humanos “Madáh”! foi noticiada pelo portal G1⁵⁰, completando assim uma espécie de ciclo circulatório.

A partir de Fausto (2018), entendemos que isso acontece justamente porque esses processos interacionais “passam a ser dinamizados de modo complexo por novas formas de produção e de gestão da circulação de sentidos” (Fausto Neto, 2018, p. 5). A mesma mídia que coloca Madalena em evidência, também referenda a sua condição praticamente de heroína perante aos seus algozes e também dos inimigos sociais: escravistas modernos.

A circulação apresenta marcas, rastros e vestígios a partir de dimensões espaciais, temporais e seus contextos sociais, inclusive ideológicos (Véron, 2004). Ao se referir ao ano do acontecimento midiático nas postagens em rede sociais, por exemplo, os internautas destacam a contemporaneidade do fato como se dissessem: a “escravidão negra ainda persiste?”

Figura 8 - Atores sociais cobram justiça por Madalena nas redes virtuais



Fonte: X/Reprodução.

⁵⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2023/05/05/uberlandia-tera-centro-focado-em-direitos-humanos-para-atender-trabalhadores-resgatados-de-condicao-analoga-a-escravidao.gh.html>. Acesso em: 27 set. 2024.

Diante do exposto até aqui sobre a relação entre pessoas negras e o trabalho doméstico remunerado no Brasil, a história de Madalena e de outras reportagens sobre trabalho análogo à escravidão, entende-se que o contexto remete de um modo ou de outro especificamente às discussões sobre raça.

Se raça é entendida e engendrada como um critério social determinante para a distribuição de posição na sociedade estruturada a partir de pré-conceitos, não surpreende a proposta feita pelo portal do jornal El País, que em janeiro de 2021, publicou a história de Madalena destacando as relações com o período colonial. A publicação expôs com criticidade histórica o caso falando sobre um “legado vivo da escravidão”, legitimado pelo movimento crescente de indignação nas redes sociais.

Figura 9 - Desdobramentos do caso após veiculação em rede nacional



Fonte: El País / Reprodução.

O ano de 2021 começa com o Caso Madalena sendo complexificado e problematizado em diferentes esferas e nos provoca a repensar desde o ativismo digital até as práticas jornalísticas a partir deste episódio. A repercussão é uma ferramenta para problematizar os aspectos comunicacionais da função social do jornalismo, mas também a interlocução entre o trabalho doméstico análogo à escravidão, circulação e racismo estrutural, que é fazemos nesta

tese. Um crime que está sempre na mídia, como já explanado, e que necessita desta lente teórica de análise.

Notamos com o decorrer dos meses, após a primeira reportagem no Fantástico, a recorrência da pauta sobre Madalena na mídia. São desde conteúdos que tocam nas feridas coloniais (Brito; Cal, 2020; Kilomba, 2019) como por exemplo: “*Brasil ainda está libertando a 'doméstica da casa' 135 anos após Lei Áurea*”⁵¹ ou matérias que apelam para outros elementos que exotificam ou estigmatizam Madalena, como no trecho abaixo enxertado de uma reportagem veiculada no portal de O Estado de Minas:

Ela também se apresenta bastante vaidosa, com indicativos de que conquistou autoestima e segurança. Os cabelos cacheados estão mais longos, na altura do ombro, ela usa batom e roupas coloridas. Também foi modelo para um ensaio fotográfico em que aparece desenvolta em vestido de estampa floral. A conta tem mais de 16 mil seguidores (O Estado de Minas, 06 de fevereiro de 2021)⁵²

O Programa Fantástico, acompanhado de outros veículos, seguiu reproduzindo a história de Madalena. As imagens que passam a ser veiculadas dela, apontam para uma tentativa de chamar a atenção da audiência, em uma espécie de “antes e depois” do resgate. Longe de se restringir apenas ao fato primeiro, o visual de Madalena, seu cabelo, maquiagem e sua nova vida disputam na arena midiática por espaço. As fotos têm o seu descolamento do fato (o trabalho análogo à escravidão por quase 40 anos) para tomar a forma do próprio fato (Rosa, 2019).

Em nova reportagem do Fantástico, desta vez, veiculada em julho do ano de 2021 nas redes sociais do programa, Madalena aparece com os cabelos mais longos, maquiagem e sorrindo sob a máscara de proteção contra a Covid-19, muito diferente da foto da mulher de olhos baixos reproduzidas anteriormente. Essa reportagem diz no título que a vítima comemorou o seu aniversário e que foi à praia pela primeira vez. Na linha de apoio, em um espaço menos visível ao leitor em um primeiro momento, está a informação que é central para essa suíte, desdobramento no jargão jornalístico: depois de 8 meses, Madalena ainda não tinha previsão de quando receberia sua indenização por décadas de trabalho forçado.

⁵¹ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/12/sakamoto-brasil-ainda-esta-libertando-a-domestica-da-casa-135-anos-apos-lei-aurea/>. Acesso em: 09 out. 2024.

⁵² Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/02/06/interna_gerais,1235701/depois-de-resgatada-de-escravidao-madalena-encanta-com-novo-visual.shtml. Acesso em: 09 out.2024.

Figura 10 - Caso Madalena seguiu recebendo diferentes abordagens ao longo dos anos



Fonte: Facebook/Reprodução.

Percebemos que a foto de uma mulher esteticamente arrumada, que celebra aniversário e que conhece a praia pela primeira vez busca fisgar leitores e que a questão central da notícia, a indenização, fica em segundo plano. A postura, porém, esbarra em um sensacionalismo. Na maior parte das reportagens quem aparece nas fotos é Madalena. A construção da figura dela como uma mulher que teve a sua vaidade subtraída é nítida, como se a toda mulher, ser vaidosa fosse um atributo natural. A infantilização dela através de imagens e de manchetes que atribuem isso, e a criação de uma espécie de personagem em torno de uma narrativa séria, que envolve um crime, parece indicar que o interesse está justamente em fazer com que essa história siga circulando. Independente dos estereótipos e estigmas que são vinculados nestas coberturas.

Em março de 2023, a Justiça Federal em Patos de Minas começou as audiências do julgamento criminal dos envolvidos no Caso Madalena. O Ministério Público Federal (MPF) fez a denúncia contra quatro réus da família Rigueira. As ações da Justiça corriam em sigilo e o processo na esfera trabalhista já foi finalizado, tendo inclusive acordo para reparação de danos e indenização à Madalena. Neste ano, ela recebeu um imóvel e um carro que pertenciam à família Rigueira. Em 2024, a Justiça Federal de Minas Gerais condenou a família Milagres Rigueira a penas que ultrapassam 14 anos de prisão, além de multas e indenizações de quase

R\$ 1,3 milhão. De acordo com a organização Repórter Brasil, os réus podem recorrer da sentença em liberdade.⁵³ A matéria sobre a condenação reitera que o resgate de Madalena foi “responsável por jogar luz sobre o trabalho escravo doméstico no Brasil”. Como podemos inferir, a posição de símbolo e de ícone, e mais do que isso, de “responsabilização”, mesmo que indiretamente recaem sobre a vítima, que teve sua vida completamente exposta e segue sendo utilizada para esse fim de denúncia.

Figura 11 - Madalena com boneca após o resgate na casa dos contratantes



Fonte: UOL / Reprodução.

A contextualização do circuito envolvendo Madalena Gordiano, nos ajuda a pensar nos sentidos que são produzidos em casos como esses de trabalho doméstico análogo à escravidão. “Apenas aquilo que é reconhecido e, portanto, ratificado, passa a se desmembrar em novos fluxos” (Rosa, 2019, p. 27), e as reportagens sobre Madalena, os agenciamentos, o ativismo virtual e nas ruas, nos fazem reconhecer que nesta história existem camadas que estão intimamente ligadas com a história do Brasil, a esta gramática que reconhecemos. Mais do que isso, nos fazem confrontar com o fato de que mesmo quando a intenção é informar, o jornalismo pode ser um produtor de sentidos estigmatizantes para algumas populações.

⁵³ Disponível em: <https://repórterbrasil.org.br/2024/04/casal-condenado-escravizar-domestica-minas-gerais/>. Acesso em: 21 jun.2025.

Ao longo da escrita desta tese, nos perguntamos algumas vezes, afinal, o que compõe o caso midiaticizado? Nossa preocupação esteve justamente em compreender que a investigação vai além do Caso Madalena em si, mas se direciona às operações e às marcas de sentido sobre trabalho análogo à escravidão produzidas em circuitos tanto midiáticos quanto de interação de atores sociais. Há um panorama simbólico e social bastante denso que se perpetua nesta história. Por isso, realizamos o movimento de nos deslocar do caso, pois a descoberta não está na descrição do mesmo, mas na articulação destes indícios com a escuta das mulheres que exercem o trabalho doméstico remunerado, a partir desta situação-limite.

O Caso Madalena compõe o nosso objeto empírico, mas não é o caso de investigação em si, mas sim o contexto social que remonta dele e as práticas comunicacionais e sociais postas em circulação percebidas a partir do caso Madalena enquanto objeto de referência. Contudo o nosso foco está em compreender uma processualidade mais ampla na intersecção entre racismo, trabalho doméstico análogo à escravidão e midiaticização. E é essa intersecção que abordamos na parte II deste trabalho, momento em que trazemos ao debate a voz das participantes que nos ajudaram a construir essa pesquisa.

PARTE II

“Ser mulher negra é experimentar essa condição de asfixia social”.

Sueli Carneiro

5 AS TRABALHADORAS: VOZES EM CIRCULAÇÃO

Tal qual nos ensina Exu, orixá da Comunicação, circulação é movimento. E essa pesquisa exigiu movimentação desde o início, uma vez que o próprio caso midiaticizado – o Caso Madalena – está em constante estado de modificações, como já dito anteriormente, não é estático. São idas e vindas que compõem a história e que fazem com que diferentes mídias se interessem por seguirem se apropriando do mesmo e o reverberando cinco anos depois do acontecimento. Desta forma, consideramos o cenário midiaticizado para além do que é exposto na e pela mídia, mas também aquilo que se projeta fora do contexto que se apresenta como imprensa e jornalismo e aí reside a diferença básica entre o midiático e o midiaticizado (Weschenfelder, 2020). Existe no Caso Madalena, assim como em outros casos semelhantes, uma co-relação com a realidade sócio-histórica do nosso país, e assim, os sentidos vão sendo produzidos, contados e recontados.

Foi pensando nisso que localizamos as vozes que nos ajudam a estruturar essa tese. As vozes de mulheres que exercem o trabalho doméstico remunerado em seu cotidiano e que nos auxiliam a compreender o que está em circulação, afinal, nosso interesse de estudo. Mas mais do que isso, procuramos trazer as trajetórias de vida para não cair em um discurso generalista de que todas as trabalhadoras são iguais ou de que todas sofrem com os mesmos problemas (e todas necessariamente sofrem?). Isso seria simplista. Cada história possui uma singularidade, apesar de apresentarem aspectos muito semelhantes. E aqui, ressaltamos que buscamos justamente identificar essas diferenças, pois elas contribuem para entendermos em que contexto a circulação ocorre. Quais são as brechas? Quais são os silêncios? O que está dito e o que está não-dito? Que sentidos emergem?

Mas narrar não é apenas colocar o que foi dito no papel, literalmente, é também compreender o que está circulando para além do que estamos ouvindo, a figura, os trejeitos, os detalhes. Ressaltamos que antes destas memórias sobre o trabalho doméstico remunerado estarem aqui, nesta tese, certamente já pairavam em almoços de família, na parada do ônibus, na pausa entre uma prosa e outra. A história negra é circular, ela é dividida coletivamente. E a partir disso, nesta Parte II do trabalho se faz importante dominar a primeira pessoa desta escrita.

Diz Walter Benjamin (1994), que “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros”, logo, enquanto pesquisadora não consigo dissociar as vozes que são aqui apresentadas das vozes de tias, vizinhas e de outras tantas mulheres que permeiam ou que passaram pela minha vida. Conceição Evaristo (2008) nos fala

justamente dos desafios de “escrever”, isto é, escrever sobre o que se vive. São falas ancestrais que se cruzam no presente da pesquisa. Logo, considero que existe uma potência no narrar, no contar, mas ao mesmo tempo uma responsabilidade que cruza a minha existência como pessoa. Assim, opto por trazer com todo o respeito e fidedignidade as quatro narrativas autobiográficas que me foram narradas para a construção desta tese, preservando as identidades e também, assumindo o compromisso com a pesquisa que me propus a fazer. O compromisso de buscar novos conhecimentos para a área de investigação, mas que também compreende esse estudo como aparato importante para o debate social, um documento político para repensar práticas enraizadas em nossa sociedade além do jornalismo tradicional. Sem me eximir da preocupação de analisar o fenômeno com respeito ao grupo investigado, pois como sinaliza a intelectual Gayatri Spivak (2010), como a teoria é também apenas uma ação, o teórico não representa (fala por) o grupo.

Para essa análise, como já explanado ao longo deste trabalho, optamos por utilizar o diário de campo e o questionário semiestruturado. Também, partindo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, escolhemos não divulgar as identidades das trabalhadoras, mas sim utilizar nomes fictícios. Algumas delas, consideram não haver um problema na divulgação do nome, contudo, por questão de padronização, escolhemos por deixar todas em anonimato, utilizando apenas o codinome de flores: Rosa, Margarida, Dália e Violeta. No próximo capítulo, apresentamos as falas, através de uma abordagem etnográfica, suscitadas nas entrevistas desenvolvidas a partir do mês de outubro de 2024.

Outro tópico importante de salientar é que na medida do possível, tentamos manter as falas originais das entrevistadas, com poucos ajustes a fim de clareza semântica e sem correções ortográficas. Para embasar essa escolha, partimos do conceito *Pretuguês*, explanado por Lélia González (2020), entendido como um linguajar popular, oriundo da africanização da nossa língua e normalmente localizado nas classes mais baixas da sociedade brasileira. Como explicou Gonzalez:

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa “você” em “cê”, o “está” em “tá” e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês (Gonzalez, 2020, p. 80).

Por entender que a linguagem outrora foi instrumento de dominação para a população negra, primordialmente para trabalhadoras domésticas escravizadas que eram obrigadas a

aprender o idioma do colonizador para se comunicarem bem na chamada Casa Grande, não ousamos incorrer nestas correções de norma culta. Seguem abaixo os diálogos localizados para esta tese sem correções e poucos ajustes.⁵⁴ Estes diálogos são colocados em conjunto com as reflexões críticas que tecemos acerca do trabalho doméstico análogo à escravidão, as processualidades e a circulação. Também destacamos que o tempo verbal considera a temporalidade da enunciação feita em ato da conversas. Há referências ao passado que optamos por manter, como por exemplo, o episódio da grande enchente de 2024 no Rio Grande do Sul que é citado por algumas interlocutoras ou a pandemia de Covid-19 no Brasil. Manter esses tempos verbais para além do tempo de entrega da tese também corrobora com a fidedignidade das narrativas e como memória para quem for revisitar esse trabalho anos à frente. Ou seja, são as vozes delas, no tempo delas.

5.1 “E nunca ninguém me falou coisa de preto”

Foi difícil encontrar com Rosa. Nossos caminhos se cruzaram e se desviaram várias vezes desde que me propus a fazer as entrevistas para a tese. Desde antes do período da grande enchente de maio de 2024 no Rio Grande do Sul estamos tentando conversar. Quando apresentei – primeiramente a uma sobrinha dela - a possibilidade desta entrevista do doutorado, Rosa topou na hora. “Minha tia tá toda feliz que vai ser entrevistada”, disse a sobrinha. A partir daí foram inúmeras tentativas de uma agenda que nunca batia: Rosa é avó e mãe, trabalhadora doméstica. Tem uma rotina pesada de trabalho e de atribuições com a família. Eu, pesquisadora e trabalhadora na iniciativa privada por 8 horas diárias, todos os dias, sabia que esse encontro seria difícil.

Abordei as entrevistadas através das indicações que eu havia recebido. Essa entrevistada em específico é tia de uma conhecida. Foi para a sobrinha que eu apresentei a proposta em um primeiro momento e pedi a ela que intermediasse esse encontro, como se concretizou. Mas esses são os caminhos do nosso “andar e ver” etnográfico (Silva, 2009). O encontro de um etnógrafo com um entrevistado não é sempre linear, ele é cheio de tessituras que vão se construindo ao longo da jornada da pesquisa. E foi assim, em uma quarta-feira chuvosa em São Leopoldo, Região Metropolitana de Porto Alegre, quando eu realmente não esperava, que conseguimos finalmente nos ver cara a cara. A sobrinha me ligou naquele fim de tarde e disse: “Tia Rosa está

⁵⁴ Os poucos ajustes que aparecem nas narrativas buscam apenas o melhor entendimento do contexto da fala.

te esperando. Só chama ela no *Whats*⁵⁵ por áudio, tá? Ela não sabe ler, então tu precisa combinar tudo por áudio”.

Prontamente, enquanto trovões rasgavam o céu no início da noite, mandei o áudio. Como resposta, recebi, também por áudio, a seguinte mensagem: *“Se tu não te importa de molhar os pé, guria, então pode vim. Sabe o que é? Choveu e alagou todo o pátio aqui de casa, não dá nem pra passar”*. Respondi que não me importava, que sempre carregava comigo um chinelinho na bolsa - e carreguei mesmo. E foi desta maneira que me desloquei até um dos bairros mais periféricos da cidade de São Leopoldo, em meio a uma tempestade, de transporte de aplicativo, segurando um notebook, um chinelo de dedo e um guarda-chuva. Uma cena um tanto insólita para uma quarta-feira de outubro.

Rosa abriu o portão de madeira que rangia um barulho estridente. O pátio nem estava tão encharcado. Quando eu cheguei já tinha escorrido o tanto de água que ela havia mencionado. O trajeto entre a casa dela e a Universidade dura uns 30 minutos de carro. Vi uma mulher de rosto já marcado pela idade, mas os cabelos caprichosamente pintados de preto. As unhas das mãos também pintadas com esmalte vermelho descascando. A casa de alvenaria não possuía reboco na parede, nem pintura. Um quintal enorme. Dentro da casa, vozes de adolescentes saindo dos cômodos - depois ela me explicou que *“mandou as crianças [os netos] ficarem dentro do quarto pra não atrapalhar a entrevista”*. Foi na cozinha da casa de Rosa que pude conhecê-la melhor. O destaque desta cena é a televisão, instalada quase em frente a um fogão. Pois Rosa, como ela diz, *“não fica sem notícia”*. *“Eu olho tudinho de notícia, guria. Olho a novela, meus filmes, mas olho notícia”*.

De início, Rosa não me deu café, mas em diversos momentos falou que *“faria um cafézinho pra nós”*. Antes de entrar no assunto da entrevista, falamos da chuva, da sobrinha – que foi quem me indicou o caminho para essa entrevista - e falamos da correria da vida, dos compromissos, da falta de estrutura nas ruas da cidade e falamos de um assunto em comum, a rotina de ser mãe. Falei em determinado momento: *“Dona Rosa, eu vou ligar meu gravador e abrir aqui o notebook, pode ser?”* Ela disse que sim e ainda acrescentou *“Tu tá em casa, mas não tira foto, não”*. Eu expliquei que não precisaria de fotos, mas que ela precisaria assinar o termo de consentimento da entrevista. Orgulhosa ela me disse: *“Isso eu sei, assinar meu nome. Eu não leio, né. Mas meu nome eu sei certinho. Vou ao banco e sempre faço certinho”*.

⁵⁵ Aplicativo WhatsApp, de propriedade da Meta (antigo Facebook), e que é reconhecido como uma das principais plataformas de comunicação do mundo hoje. Disponível em: <https://www.whatsapp.com/about>. Acesso em 19 de mar. 2025.

Assim, neste início de prosa-entrevista, fiquei sabendo que Rosa tinha apenas 15 anos quando começou a trabalhar em Porto Alegre em uma “casa de família”.⁵⁶

“Em Porto Alegre eu trabalhei lá no Guarujá. Acho que mais de 20 anos em casa de família, aí depois eu saí de lá fui trabalhar na outra casa de família, aí eu vim morar em São Leopoldo, quando a minha guria tinha 7 anos, faz uns 33 anos. Era só a minha [casa] e a da vizinha aqui e mais uma lá na esquina. Depois que começou a chegar casa, que era tudo vazio. A casa, e tinha o campinho de futebol”.

Antes disso, oriunda de uma família de dez irmãos, Rosa vivia em Cachoeira do Sul, um município localizado na Depressão Central do Estado, às margens do Rio Jacuí. Pelo que conta, vivia nas proximidades de uma barragem, o que a impossibilitava de estudar em dias de chuva, devido à cheia do rio. Assim, estudou pouco, e não domina a escrita e a leitura. Os seus irmãos estudaram pouco também e ficaram órfãos cedo, já que a mãe, uma agricultora, morreu jovem.

Aos 12 anos, Rosa já trabalhava cuidando de crianças. O que parece meio ilógico se pensarmos que cuidar de uma criança é um trabalho de extrema responsabilidade e que exige maturidade. *“Eu sempre trabalhei. Com 12 anos eu trabalhava de babá lá fora, cuidava de criança, reparava. As minhas irmãs trabalhavam como doméstica”.* Foi quando veio para Porto Alegre que assinou a carteira e isso possibilitou que ela se aposentasse mais tarde por tempo de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Mesmo aposentada, Rosa trabalha para a família com quem conviveu por mais tempo, quase 20 anos. Hoje, desenvolvendo a profissão de diarista, ela atua informalmente, isto é, sem vínculo formalizado, nas residências dos filhos da contratante já falecida: um advogado e uma professora universitária. Pessoas que ela viu crescer. Relembra da antiga patroa com carinho, por quem nutria grande afeição. E se refere sempre ao passado com saudade desta amizade.

O trabalho doméstico análogo à escravidão, para Rosa, é assunto conhecido. Ela compreende o que significa e se orgulha por ser uma pessoa bem informada e atenta.

“Que as pessoas fazem as pessoas de escravo, né? Aquela senhora lá, trancada dentro de casa, não deixava sair, não deixava fazer nada e... Coitada da mulher, por não sei quantos anos lá, trancada lá, eles não pagavam ela, ainda pegavam o dinheiro dela e a aposentadoria daquela senhora. Aí eles tiveram que pagar todos os direitos dela. E a senhora... Anos e anos a coitada da mulher presa dentro de uma peça lá. E eles pegavam o dinheiro dela.”

⁵⁶ Todas as entrevistadas utilizam o termo “casas de família” para se referir ao ambiente de trabalho doméstico remunerado. Optamos por manter assim ao longo do texto.

Quando ela fala em “aquela senhora lá, trancada”, não consigo distinguir se ela está falando de Madalena ou de outro caso semelhante que tenha visto na mídia, deixo que ela prossiga. Rosa fala do tema utilizando em perspectiva a sua própria história com o ofício remunerado:

“Eu tô sempre por dentro das notícias, né. Eu digo ‘que desaforo fazer isso para as pessoas’. Imagina, não pagar fundo de garantia, décimo [terceiro salário], ó nem fundo de garantia. Tu trabalhar a vida toda e não receber. Se tu trabalha é porque tu precisa. Todas as casas que eu trabalhei eu nunca tive nada de problema com isso”.

Ao se deparar com o Caso Madalena em específico, mostrado através de fotos de reportagens no meu computador pessoal, Rosa demonstra conhecimento, não só sobre o caso, mas também sobre o noticiário e sobre a existência de mais casos como esses:

“Às vezes eu olho Fantástico. Ela [Madalena] é aquela que ficou presa. É uma daquelas que ficou presa, depois quando ela saiu foi bem na pandemia história dela, né”.

Para Rosa, ainda há muito o que ser mostrado sobre isso e o trabalho doméstico análogo à escravidão é um assunto que ainda precisa ser muito debatido:

“Pois é, por isso que eu digo. A coitada não viveu. Ficou só presa lá dentro de uma peça⁵⁷, de certo. Não deixavam sair. Ah, não deixavam nada. Por que os vizinhos não denunciava? Pois é, deixou ela ficar todos esses anos lá presa. E aí depois o Fantástico mostrou a história. Mas é... Aí tiveram que pagar todos os direitos dela, né. Claro. Isso aí não pode acontecer. Tem muita coisa errada que a gente não sabe. Tem muita coisa errada que a gente não sabe e não vê. Tem coisa que eles não passam tudo na TV. É verdade. Quanta coisa pior que tem por aí a gente não sabe. Nem a metade eles não passam na TV. Eles passam só uma coisinha, assim.

Considero interessante também, como o caso Madalena a faz pensar sobre outros casos semelhantes que ela teve conhecimento através da mídia. Ela destaca na fala os aspectos da higiene e da falta de cuidados com as pessoas escravizadas:

“Tinha uma também que ela ficou presa lá. O tio lá pegou. Não sei se era tio aquela. Ficou não sei quantos anos presa. E o pai não sabia onde é que andava. Aí acharam a guria. A guria tava lá nessa casa. A guria toda desarrumada. Cabelo. Aí a mãe teve que levar no salão pra arrumar os cabelos e tudo. Tava presa que nem escrava. Não sei se era parente que levou pra morar, pra trabalhar. Não sei o que que fez lá. A guria ficou presa lá. O pai não sabia onde é que a guria tava. Aí descobriu que a guria tava lá. E foram lá. Aí a guria tava lá. Chegou lá a guria toda descabelada lá. E a mãe levou a guria pro salão pra arrumar o cabelo e cortar as unhas da guria.

⁵⁷ “Peça” é como se chama popularmente no Rio Grande do Sul cômodos pequenos das residências. Um quatinho pequeno se chama de “peça”. Ainda é comum em áreas pobres da Região Metropolitana de Porto Alegre o aluguel de “peças” para moradia, com valores bastante acessíveis.

O fenômeno extrapola para além da Rede Globo e seu noticiário, há marcadores de gênero, raça e classe social muito bem delimitados na forma como a narrativa circula, como já apontado quando apresentamos o Caso Madalena no capítulo anterior. Assim, ao se deparar com a história de Minas Gerais, não é de se estranhar que Rosa conclua: *“Não. E nunca ninguém me falou coisa de preto. Ela [a patroa] era muito boa pra mim, a minha patroa era muito boa pra mim”*.

5.2 “Agora a TV tá noticiando, por que antes aconteciam vários casos desses aí, né”

Margarida é filha de uma cozinheira: sua mãe teve seis filhos. Aos 40 anos de idade, hoje reside em Viamão, na Região Metropolitana de Porto Alegre, com seus dois filhos: o caçula de 7 anos e o mais velho de 21 (na época de finalização desta pesquisa). Mas conta que cresceu na periferia da Capital gaúcha. É de Viamão que ela se desloca todos os dias, antes das 6 horas da manhã, até a Zona Norte de Porto Alegre para trabalhar na equipe de higienização de um grande hospital.

Antes deste ofício, desde os 18 anos de idade, exerceu o trabalho de diarista em casas de família. Localizei Margarida através de uma conhecida em comum do movimento negro. Foi convidada para a pesquisa pois ainda atua na função de diferentes formas e pareceu uma trajetória que poderia enriquecer o material de análise. Nosso encontro se deu numa confeitaria, no Centro da cidade de Porto Alegre. Até questionei, durante as tratativas, se ela queria me receber em casa, mas a resposta foi taxativa: *“E tu vai ir lá pra Viamão? É longe. Melhor aqui no Centro [de Porto Alegre]”*. Ela conseguiu me atender logo depois que saiu do trabalho no hospital em uma quinta-feira.

Mulher baixa, pele retinta, voz bem grave. Acelerada e falando rápido, com roupas simples, mas confortáveis, hesitou muito em aceitar o café que eu ofereci. *“Não precisa nada, eu tomo café em casa”*. Eu expliquei que a entrevista não duraria muito e que o café daquele estabelecimento era bem bom. Mesmo tímida, aceitou.

Enquanto esperávamos o café, conversamos, e ela ficou curiosa com o fato de eu andar *“para cima e pra baixo com um computador”*. Me disse que ali no Centro é perigoso. Mostrou preocupação, mas se interessou de imediato pela pesquisa. *“Vocês nas faculdades falam de tudo um pouco agora né, até de faxina!”*. Quando liguei o gravador, adotou outra postura, mais séria. Ficou com o corpo reto na cadeira, ergueu a cabeça e tentou falar mais pausadamente. Notei um esforço para isso, mesmo eu repetindo que ela poderia ficar bem à vontade.

Me contou que seu primeiro emprego foi como gari em uma cooperativa de recolhimento de lixo em Porto Alegre. Com o nascimento do primogênito, abandonou esse ofício, que era CLT. Conseguiu terminar o Ensino Médio *“depois de velha”*, como disse. E depois disso, passou a trabalhar de maneira informal nas casas de família. Sem união estável, separada, ela conta que foi assim que conseguiu manter os compromissos financeiros do lar. Passou por diversos ofícios, a maior parte deles ligados à limpeza na casa de famílias. *“Acho que tudo que envolve limpeza é faxina”*, disse e completou: *“Eu me considero uma trabalhadora doméstica”*.

Todos os dias, Margarida acorda às 4h45 em Viamão, separa o lanche do filho mais novo, que vai para a escola mais tarde, e pega duas conduções para chegar em Porto Alegre antes das 7 horas, horário em que começa o seu expediente no hospital. Neste trajeto que ela narra, já percebo a forma como o assunto do trabalho doméstico circula em sua vida. Ela conta que outras trabalhadoras domésticas que se deslocam no mesmo horário costumam comentar sobre o ofício na parada do ônibus.

“Às vezes no ônibus a gente vai falando, quando a gente vai para as diárias. ‘Tomara que as crianças não estejam lá’. ‘Tenho que ir lá para a minha patroa, espero que as crianças não estejam lá que é melhor para limpar’”.

A narrativa dos diálogos destas mulheres no ônibus, nos denota uma problemática frequente neste ofício, o desvio de função. Onde, muitas vezes, ao serem contratadas para limpar a casa, elas se veem obrigadas a tomar conta dos filhos menores de idade dos contratantes. Muitas trabalhadoras domésticas passam o dia longe de seus próprios filhos, porém, supervisionam os filhos das contratantes durante todo o período. Outras vezes, pessoas idosas e/ ou acamadas também recebem os serviços das diaristas, o que deveria ser trabalho de cuidadores ou enfermeiros, como a própria entrevistada comenta: *“Doméstica é casa. Aí cuidar foge do serviço da gente. Às vezes tem um ‘vôzinho’ ali, ‘quer alguma coisa, vô?’ Mas isso aí foge do serviço da gente”*. Inclusive, durante a entrevista, as queixas sobre a profissão parecem monopolizar a nossa conversa:

“É um serviço bom de trabalhar, mas a gente sempre quer melhorar. Eu optei em ficar trabalhando e larguei o estudo de mão. O serviço doméstico é muito cansativo e nem todo mundo quer pagar. Já aconteceu vários fatos de sumir coisas e achar que foi a gente. Se aparecer um serviço melhor a gente vai, né”.

A entrevistada me conta que trabalhou como diarista em pelo menos três casas ao longo da vida. Nunca sequer ouviu falar da PEC das domésticas. Me disse que *“tá por fora dessa lei nova aí”*, que na verdade, é do ano de 2015. Porém, já ouviu falar de trabalho doméstico análogo

à escravidão. Pergunto em certo momento o que ela entende por esse termo. No entendimento dela:

“Que a pessoa contrata uma doméstica pra trabalhar, né, pedindo pra pessoa, por exemplo, dando casa e comida, trabalha final de semana lá pra ter o teu quarto, só que a pessoa trabalha mais do que o horário dela, entendeu? Se eu saio da minha casa, minha carga horária é das 8 às 5, a pessoa que mora no serviço não tem esse horário, e não tem horário pra dormir, horário pra comer, entendeu? Ai foge bem, foge muito, muito da realidade que era pra ser, né”.

Sabemos que essa não seria a definição exata deste crime, mas há neste entendimento da participante da pesquisa algo dito nas entrelinhas: o “morar no emprego”, na visão dela, talvez se configure enquanto uma situação-limite. Talvez seja porque ela entenda que residir no local de trabalho seja uma forma de trabalhar mais ou, quem sabe, de perder as suas liberdades individuais.

Essa mesma interlocutora explica bastante o tanto que atua com trabalho de cuidado na sua residência privada. E nisso se inclui a limpeza de cômodos, a realização do jantar da família, a lavagem das roupas dos filhos e outras tantas tarefas. Logo, é como se ela tivesse dois empregos: na rua e em casa. Nada muito diferente do que acontece em outros lares, já que as mulheres desempenham historicamente o trabalho de cuidado não-remunerado. Aquele trabalho que ninguém vê, mas usufrui.

De acordo com o IBGE, o público feminino gasta em média 21 horas semanais neste tipo de atividade. Os homens dedicam 11 horas, o que totaliza quase metade do tempo das mulheres. As mulheres pretas ou pardas, por sua vez, gastam 1,6 horas a mais por semana nessas tarefas do que as mulheres não-negras.⁵⁸

Os imaginários sobre o trabalho doméstico análogo à escravidão, como estamos debatendo neste trabalho, em parte, são construídos pela mídia, em específico, pelo jornalismo que atua neste processo de mediação da realidade e que mantém sua função social ao abordar esse assunto. Diz a participante da pesquisa:

“Já, já vi reportagem que as pessoas iam pra casa de trabalhar, assim, não recebiam, muitas vezes ficavam em casa privada, trabalhando ali como escravos, digamos assim, né? E pagavam com comida, já vi. É bem isso, né? É bem isso, né? Então é bem isso mesmo? Mas agora, né? Agora, porque um tempo atrás, vários casos aconteceu e não vinha ao público, assim, sabe? Não vinha. Acho que agora teve, depois que veio essa lei aí, teve que estar mostrando mais as coisas, assim, sabe? Agora a TV tá noticiando, por que antes aconteciam vários casos desses aí, né. O que

⁵⁸ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza>. Acesso em 04 de abril de 2025.

é ser um doméstico, o que é que as pessoas passam, entendeu? O que é ser um doméstico, não é. Pega cada família, assim, que Deus o livre. Fora o preconceito, né? Entendeu? Tem umas que são os amores, Deus o livre, assim, sabe? Mas tem outras que são... São horríveis”.

A fala da entrevistada, me leva a pensar que talvez ela saiba ou tenha conhecimento de fatos assim, desses que “não vinha a público”, perto de sua realidade cotidiana. Desta forma, ela acredita que a mídia faz hoje um bom trabalho. Na visão dela, ao ser um caso midiático, noticiável, as chances de reparação do crime aumentam e, portanto, na visão dela, isso seria benéfico:

“O jornalismo pode ajudar bastante. Porque daí tá na mídia e aí eles [os contratantes] tem que dar um jeito de resolver. O jornalismo mostrando já nos ajuda nesta parte enquanto doméstica. A partir das reportagens começam a vir outras coisas. O jornalismo mostra as coisas”.

Também percebo que ao falar sobre a cobertura do trabalho doméstico análogo à escravidão, mesmo que essa não seja sua atual condição, ela usa o pronome no plural “nós” quando diz que “...já nos ajuda nesta parte enquanto doméstica”. Ela se inclui na categoria que é vitimada e o “nesta parte”, compreendendo como sendo a situação de exploração. Logo, penso que existe nas coberturas, algo que aproxima essa mulher do caso noticiado. Existe uma identificação, mesmo que inconsciente.

5.3 “Eu acho que é muito mais sério o que acontece dentro da cabeça dela”

Meu encontro com Dália foi igualmente difícil de se concretizar. Dália é reconhecida em todo o estado do Rio Grande do Sul e acumula muitos compromissos. Seu ativismo em prol de mulheres negras trabalhadoras domésticas ganhou o mundo. Ela já visitou alguns países e possui uma agenda lotada. Estamos em contato faz muito tempo. Em todas as conversas estabelecidas via aplicativo WhatsApp, quando nossas agendas não batiam, ela dizia: “*Perdão, quero muito conversar contigo*”.

Assim como aconteceu com todas as outras entrevistadas, deixei claro desde o início a minha posição de jornalista e pesquisadora. Também anunciei a temática da investigação, que ela gostou de imediato, elogiou o tema da tese. Perguntei também sobre a preservação da sua identidade neste estudo. Ela foi muito categórica em falar: “*Mais livro aberto que eu não existe. Pode botar meu nome aí*”. Por uma questão de padronização em relação às outras participantes, optei por deixar a sua identidade em sigilo também. Nos vimos pela primeira vez em um evento chamado *South Summit Brazil*, sediado em março de 2024, em Porto Alegre. Sua fala potente

sobre o empreendedorismo que vem da periferia me entusiasmou, mas neste dia não estabelecemos contato algum. Nosso encontro para a pesquisa de doutorado aconteceu apenas em março de 2025.

Ao som de Michael Jackson, em um bar localizado no Extremo Sul da capital gaúcha, tomamos uma soda no início de uma tarde quente. Dália é uma mulher muito bonita, de sorriso fácil e voz grave. Naquele dia usava uma camiseta confortável de cor clara e calça jeans, bem despojada. Sua casa ficava a poucos metros de onde nos encontramos, mas não cheguei a ir em sua residência. Foi na primeira e única entrevista que fiquei sabendo que Dália é filha afetiva de uma mulher negra, já falecida, que era trabalhadora doméstica. Aos 40 anos, ela tem dois filhos: uma menina, já saindo da adolescência, e um menino. A participante desta pesquisa sempre estudou em colégio particular no Rio Grande do Sul como bolsista. Fez curso técnico em Administração quando mais jovem e afirma que foi uma excelente aluna, pois se formou no Ensino Médio com apenas 16 anos de idade. Ela atribui a sua falecida mãe o cuidado com uma formação de excelência.

“A minha mãe entendia que estudar era a base pra qualquer coisa. Quando passei no vestibular, ela colocou a lista de aprovados num saquinho e carregava na bolsa. Em qualquer oportunidade que ela tinha, tirava o saquinho e mostrava para as pessoas que eu havia entrado na UFRGS”.

Contudo, a maternidade interrompeu seus estudos no curso de Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Hoje, ela afirma ter maturidade para entender que não conseguiria concluir aquele curso, pois pensa que não estava preparada.

Enquanto doméstica, começou a trabalhar devido a uma crise no mercado de trabalho em áreas administrativas. Sabia fazer de tudo um pouco em relação aos afazeres domésticos porque observava a mãe no ofício. Ela conta que foi fazer faxina na residência de um casal no bairro Restinga, em Porto Alegre, uma vez por semana para driblar a crise. Era uma casa que se diferenciava das outras do bairro, o ano era 2018. Nitidamente aquela família tinha melhores condições financeiras, mais posses. Às vezes, precisava levar a filha junto. A menina ajudava, dava água para os cachorros, recolhia o lixo, se comprometia nos pequenos afazeres. Questionei sobre o pagamento e ela respondeu: *“Recebia 80 pila por faxina”*.

Sem conseguir colocação melhor, ela foi ficando na residência enquanto doméstica, aumentando os dias de trabalho na semana. A contratante estimulava para que ela se mantivesse neste ofício. Nesta relação com a contratante, Dália recorda de uma cena que para ela foi um divisor de águas.

“Um dia a gente estava trabalhando, ela olhou pra minha filha e disse: ‘Estuda para não acabar igual a tua mãe’. Minha filha não entendeu, até se fosse hoje ela não entenderia, não tem a maldade da vida, né. Mas pra mim bateu ruim. Eu pensei: ‘eu não volto mais aqui’, e não voltei”.

Para a mulher, que havia estudado em ótimas escolas, aprovada no vestibular em uma das universidades mais renomadas do país, era quase um xingamento ser vista como alguém sem formação, mais do que isso: creditar ao trabalho doméstico a ausência de conhecimento e instrução formal era tirar a sua dignidade. O seu ativismo em prol da categoria começou neste dia.

Durante a entrevista, adentramos no tema desta pesquisa, o trabalho doméstico análogo à escravidão. Eu sabia, que por ser ativista do trabalho doméstico remunerado, esse assunto na visão de Dália, renderia reflexões importantes:

“Eu acho que ele [trabalho doméstico análogo] pode ser mais amplo do que a própria nomenclatura diz, tá? Não é só, eu acredito, que engloba de forma principal só as mulheres que estão trabalhando sem receber um salário. Sem receber uma renda. Porque um prato de comida e um colchão no chão não é nada, né? Mas a escravidão mental que faz essa mulher acreditar que ela está num lugar certo, eu acho que é pior”.

A partir da história de Madalena Gordiano, que Dália diz lembrar muito bem da repercussão, seguimos falando sobre o assunto e peço que ela aprofunde seu entendimento sobre a analogia à escravidão:

“Porque aquela família faz ela [Madalena] acreditar que ela é importante, que ela é especial, que ela é da família, porque está te dando um pratinho de comida, um colchãozinho no chão pra ti dormir, uma caminha, um pratinho, sabe? E tu tá embaixo do mesmo teto que eles, que tu é muito especial. Sem te dar a possibilidade de conhecer um mundo de verdade, sem te dar acesso às coisas que podem te permitir escolher estar ali ou não. E aí tu vai passando de brinquedo da avó pra mãe, da mãe pra filha, e a tua vida é aquilo. E tu acha que é realmente aquilo. E aí as pessoas não permitiram que essa doméstica, que essa empregada tivesse acesso ao mundo”.

Quando questionada sobre as reportagens do Caso Madalena, como por exemplo a aparência de ingenuidade da vítima perante a situação, Dália compreende que essa é uma consequência do próprio crime cometido pelos contratantes:

“E ela realmente acha que é aquilo. Ela tá presa mentalmente, tanto que quando eles recolhem essa mulher e tiram ela desse ambiente, ela não sabe nem pra que lado andar primeiro. Ela tem medo de ficar sozinha, dinheiro, salário. Ela não sabe o valor do dinheiro no mundo. Às vezes ela tá sozinha porque a família toda já morreu. E ela não tem ninguém. E aí eu não sei. Isso é muito horrível”.

Dália fala de Madalena quando relembra as reportagens em que a vítima de trabalho análogo à escravidão aparece celebrando o Natal ou indo à praia pela primeira vez.

“Tem um livro que eu não vou lembrar como chama. Não tem a ver com o trabalho doméstico em si, mas a realidade dela [personagem] era essa. Quando ela sai daquele lugar, ela não sabe onde ela tá, ela não sabe pra que lado ir, ela não sabe o que fazer, não sabe ter dinheiro, não sabe nada. Não sabe nada de mundo. Eu acho que é pior. Então, o trabalho análogo à escravidão, esse lugar que essas mulheres ficam é muito pior do que só a parte física do negócio. Lavar, passar, cozinhar e não ter renda e achar que tá tudo bem. Salário, eu moro aqui. Pra quê salário? Sou parte da família. Elas nem tem esse entendimento. Eu acho que é muito mais triste, muito mais grave, muito mais sério o que acontece dentro da cabeça dela”.

As falas da entrevistada me fazem pensar na circulação midiática enquanto uma propulsora de discursos e de vozes de combate a situações como a vivida por Madalena. A própria participante da pesquisa ao longo da conversa evidencia em sua narrativa que se não fosse o jornalismo, *“as pessoas não estariam tão atentas a isso”*. Ela vai além e traz aspectos importantes para se pensar na forma como os circuitos se inscrevem como uma espécie de alerta na sociedade, pois nos casos noticiados, se apresenta que as pessoas que cometem esse tipo de crime, não são necessariamente o estereótipo do que entendemos como um criminoso ou uma criminosa. Como no caso de Margarida Bonetti, já citado anteriormente, uma senhora que vivia sozinha em uma casa abandonada em São Paulo:

“Daqui a pouco é uma situação que tá acontecendo na tua rua e tu nem tá sabendo. Não tá na testa. Não tem como saber. Pessoas que tratam outras pessoas deste jeito não tem cara de assassino, psicopata, louco da cabeça. São pessoas honradas da sociedade, que vão na reunião de pais na escola, que vão na igreja, mas que têm uma pessoa há 20 anos dentro de casa [em situação análoga]”.

Por fim, Dália acredita que essa não é uma situação que irá acabar porque as pessoas deixarão de escravizar outras. Ela diz que esses tipos de contratantes agem desta forma, pois está em sua índole, no caráter. Mas pensa também que na medida em que esses casos e histórias circulam, contribuem para que situações como essas se tornem mais raras.

5.4 “Isso aí é trabalho muito escravizado: não tem hora pra sentar, pra comer”

Cheguei no bairro Rio Branco, em Porto Alegre, no início da noite de uma segunda-feira do mês de dezembro de 2024. Calor. Aquela sensação de abafamento da chegada de verão que os gaúchos conhecem tão bem. A rua é extremamente arborizada, porém, sem casas de alvenaria, apenas prédios disputando espaço com as árvores. Eu havia marcado o encontro com Violeta naquele dia. Assim como aconteceu com as outras entrevistadas, traçamos conversas via aplicativo WhatsApp durante semanas. O prédio em que ela iria me esperar é o seu local de trabalho. Eu havia dito que encontraria com ela no lugar onde ela pudesse me receber, e o local

escolhido foi esse: a residência de uma idosa onde Violeta passava as noites atuando como doméstica e também cuidadora. Fui recebida no salão de festas.

Violeta é nascida e criada na cidade de Pelotas, no Sul do Estado, mas residente na atualidade do município de Guaíba. Tem 73 anos de idade. Ela possui cabelos curtos, tingidos de preto, mas os poucos fios brancos disputam espaço em sua cabeça e teimam em aparecer. É ligada às religiosidades de matriz africana e foi assim que contatei com ela, através de conhecidos em comum de um terreiro. Quase uma unanimidade em indicações. Todos diziam: *“Para essa pesquisa, tu tem que falar com a Dona Violeta. Ela tem muito pra falar”*.

Cheguei nas dependências daquele prédio bonito antes que ela. O porteiro permitiu a entrada para que eu pudesse esperar do lado de dentro. Como ele me explicou: *“Dona Violeta disse que viria uma moça aqui pra entrevistar ela”*. Entrei e fiquei no saguão por alguns minutos até que ela chegou da rua, com duas sacolas e uma bolsa grande. Veio para passar a noite.

Foi muito interessante ouvir a narrativa de vida desta mulher que ingressou no trabalho doméstico remunerado aos 12 anos de idade. Algumas passagens de sua entrevista são fortes e nos suscitam muitas questões sobre o exercício desta profissão. Relembra:

“Nas casas de família eu comecei, não foi com os 16, foi lá atrás com 12. Minha mãe me botava na casa pra trabalhar, na hora da escola eu ia para a escola [...]. E teve uma situação muito... Por isso que eu digo assim, o nosso povo negro já se machucou muito. Eu chegava e tinha um pão, um café preto, ralo assim, frio, e um pão com formiga. E ela [a contratante da época] dizia que o café estava na pia da cozinha. Com 12 anos. E aí eu falei assim, um dia eu pensei, ‘não vou passar por isso’, porque na casa da minha mãe as coisas não eram bem, mas nunca se passou fome. Minha mãe fazia o pão feito em casa, se não dava pão pra margarina, a minha mãe matava porco, e a gente comia aquela banhazinha do porco no pão, que dava uma delícia. É difícil de falar essas coisas, e aí eu cheguei e falei pra a minha mãe, ‘mãe, o meu pão é cheio de formiga, o meu café é assim, eu não como, eu não como’. Minha mãe foi lá pra essa mulher, ela pegou ela assim, e pô, podia até ter perdido, eu diria a razão dela, entende? Porque aí podia chamar a polícia ou alguma coisa. Ela disse: ‘minha filha não passa fome de casa, a minha filha está trabalhando, porque a gente precisa de uma renda maior’. Ela tinha muitos filhos. E aí a minha mãe disse: ‘minha filha vinha para cá pra ti fazer isso, minha filha tem que ir embora agora’. Então eu já venho de uma luta bem complicada”.

Quando iniciamos a conversa, Violeta já me contou que iniciou o trabalho nas casas de família por gostar de cozinhar. Nem havíamos ainda adentrado no tema da entrevista e ela já foi ressaltando aspectos da sua relação íntima com os atuais contratantes, dando ênfase ao aspecto étnico-racial: *“Eu sei que tem uma coisa de patrão e empregado, e eu, sendo negra, né. Mas não nunca tive do que reclamar dela [idosa que atualmente é cuidadora] e do Doutor [contratante já falecido]”*.

Penso ser um tanto curioso ela já trazer esse assunto, essa diferença de tratamento e os laços afetivos que se estabeleceram com os contratantes, antes que eu tivesse tempo de perguntar qualquer coisa, mas ela segue:

“Porque eu dou atenção. Relação de afeto, né? E isso a nossa raça não faz mais. Porque tem um distanciamento, sabe? Ah, ele tá dando atenção, carinho, vai bater. Eu sei que as pessoas pensam assim. Porque a minha filha está no meu lugar. E ela pensa assim. E eu digo assim: ‘filha, faz tal coisa’. ‘Eu não, eu não sou tu. Quem gosta de agradar é tu’. Ela fala desse jeito, assim”.

Neste diálogo tem vários pontos que me chamam a atenção: ao se referir à raça, Violeta usa o termo “nós”, incluindo a mim, uma mulher negra, como igual. Penso que a cor da minha pele, chega primeiro que a pesquisa e de certa forma, ela me vê como alguém próximo. Noto ainda que tem um aspecto geracional que liga Violeta a essa família de contratantes, já que a filha, adulta, também trabalha para o mesmo núcleo familiar, não na mesma residência, mas para a mesma família. Além do mais, a participante da pesquisa parece se ressentir com o fato da filha não se colocar neste lugar de uma relação além da profissional com os contratantes, mais afetiva.

Ao todo, Violeta teve cinco filhos: *“Eu tive cinco filhos. Bom, um já faleceu, nenezinho, então eu tenho quatro filhos. São duas meninas. Dois meninos e duas meninas. Seriam três meninos. Seriam três meninos. Meu menino mais velho já tem 50 anos. Uau!”*. Sobre a criação dos filhos e a conciliação com o trabalho doméstico remunerado, ela diz:

“Eu tinha vindo trabalhando, tinha vindo com uma família, era comida, era roupa, era casa, era tudo, era criança para cuidar e às vezes, eu digo que eu me assustei, eu não sei como eu dava conta, porque quase todas as casas que eu trabalhei nessa época de 16, 17, 18, 19, 20, até eu acho que nos 25, era assim, tu entrava, tu tinha hora para entrar, e não tinha hora para sair porque tu trabalhava tipo bicho, né? Porque hoje está muito seletivo, hoje tem a faxineira, hoje alguns levam a roupa para lavar na lavanderia, hoje tem a máquina de lavar, tem a máquina de secar, naquele tempo não tinha nada disso. Sacrificado”.

É na casa desta atual contratante, uma professora que é viúva de um importante médico porto-alegrense, que Violeta passa suas noites. Pela manhã vai para casa ou às vezes, ainda, cozinha para algumas outras famílias, para fazer uma renda extra. O vínculo hoje parece ser mais informal. Os filhos da contratante também se utilizam da mão-de-obra da participante da pesquisa nos serviços de limpeza das residências e dos serviços da sua filha, que também atua como doméstica. Uma relação que já dura anos. Violeta conta que na atualidade, dorme na casa da contratante pois elas se tornaram amigas. *“Vai que ela precise de algo durante à noite, alguém precisa ajudar, essas coisas”*. Descubro que as duas têm praticamente a mesma idade,

contudo, a todo momento, Violeta ressalta as fragilidades da patroa. A dificuldade de se levantar, de ir ao banheiro, de pegar água, de cozinhar. Percebo um tratamento quase de infantilização desta patroa, inclusive na fala no diminutivo: “*tem que fazer a comidinha dela, essas coisas*”.

Entro no assunto da pesquisa questionando sobre a relação dela com as mídias.

“Na minha casa, sim. O noticiário. Só que aqui [casa da contratante] eu não posso. Por quê? Porque ela não gosta mais, ela acha que é muita tragédia, que não sei o quê, que não sei o quê. Então, a gente agora... Essa hora, ela já está sentada vendo filme. Ai agora eu chego, me sento ali, daqui a pouco eu vou me passar para comer alguma coisa, eu faço uma coisinha, e continuamos vendo filme até a noite. Todos os dias. Ela não gosta mais. Então, quando eu estou aqui, eu não posso. Mas na minha casa, eu adoro o Jornal do Almoço⁵⁹, o Jornal da Sete, e o Jornal Nacional. Ai, que legal. Eu gosto de ver. Eu já tive um período que eu comprava aquele jornalzinho, o “Diário”⁶⁰. Mas agora nem isso, não. E aqui tem ‘Zero’⁶¹, todos os dias. Mas isso [o hábito de comprar jornais] eu sou um pouquinho relaxada”.

E pergunto o que ela entende por “trabalho doméstico análogo à escravidão”. E ela me responde:

“Isso aí é trabalho muito escravizado. Não tem hora pra sentar, pra comer. Não tem hora pra sentar e dizer, vou tomar um café. Não tem direito. Análogo, tem direito só a passar o dia trabalhando naquela casa. Sabe, não é, como é que eu vou dizer? Não existe uma, como é que eu vou te falar? Uma palavra. Uma lei. Nem a lei é o diferencial do patrão-empregado. Não existe assim, eu vejo ainda muita gente muito sacrificada com o trabalho. Muitas patroas dizem coisas assim, que ofendem as empregadas”.

Ela segue me falando sobre o tema e engata a narrativa de situações que ela teve conhecimento ao longo da vida.

“Eu sei uma pessoa que é empregada, de uma pessoa que lidou como empregada, e conheço a patroa também. Porque quando tem muito tempo juntos, numa família, tu acaba conhecendo. E eu sei de uma, eu disse:, ‘como é que tu deixa ela te ofender assim? Como é que tu deixa ela falar essas coisas para ti? Não é assim que funciona. Tu é um ser humano, tu é uma pessoa igual a qualquer outra’”.

Também questiono a opinião dela sobre tantos casos que aparecem na mídia e ela me responde:

“Eu acho que elas [as vítimas de trabalho doméstico análogo à escravidão] têm falta de histórias. Elas não têm pessoas que mostrem pra elas que elas podem fazer diferente, que elas podem agir diferente, porque a gente não precisa mais passar por isso. Mas a gente também precisa de ajuda, precisa de informação, elas não têm

⁵⁹ Programa noticioso exibido diariamente pela RBSTV, afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul, no horário do meio-dia.

⁶⁰ Diário Gaúcho é um jornal popular no Rio Grande do Sul, também de propriedade do Grupo RBS, conhecido por suas reportagens de caráter mais popular e conteúdos voltados para as classes mais populares.

⁶¹ Zero Hora é o jornal impresso de referência do Grupo RBS e considerado o principal periódico em circulação do Rio Grande do Sul.

informação. Então, fica difícil. Fica. Fica muito difícil. Eu acho que eu não falei que eu fiz o segundo grau com 60 anos, né? É, eu fiz o segundo grau com 60 anos”.

Pergunto ainda se ela voltou aos estudos justamente neste intuito de ter mais acesso à informação e ela diz:

“Sim. Eu necessitava, eu sentia falta de ter mais informação, de saber mais. Me arrependi de não ter feito uma faculdade que ainda dava tempo. Ainda dá, hein? Quando eu me formei, não, mas agora, com 73 anos, eu me inscrevi pro Enem e fiquei sem coragem, não fui. Eu queria psicologia”.

Ela finaliza a narrativa falando do trabalho da imprensa no combate a crimes como o trabalho análogo:

“O caminho é vocês. Porque os outros, os que estão com aquelas pessoas aí, não têm interesse nenhum em mostrar isso. Então, tem que ser a mídia, tem que ser o jornalista, tem que ser aquela pessoa que se interessa em saber que tem uma empregada lá, que só ganha a comida e uma cama num quartinho fedido”.

As narrativas destas quatro mulheres são depoimentos fortes, que as colocam em relações muito ambíguas: noto a crítica à mídia que está *mostrando só agora* casos de trabalho doméstico análogo à escravidão ou que *esconde muitas coisas* do público. A mídia aqui vista quase como uma entidade onipresente. Mas vejo também uma espécie de ancoragem no jornalismo com a ideia de “*o caminho é vocês*”. Quando na verdade, o jornalismo atua justamente para mostrar a falha de outros setores importante, como o Judiciário e a persistente impunidade e a recorrência em casos como esses. Então será que o caminho seria o jornalismo? De todo modo, considero interessante perceber o quanto essas falas se complementam e nos ajudam a compreender fenômenos maiores e complexos. No capítulo que segue, procedemos as análises desta investigação.

6 ANÁLISES TRANSVERSAIS: O CRUZO EPISTÊMICO

A partir do que foi exposto na fala das entrevistadas, e antes disso, na apresentação do caso midiático envolvendo a história de Madalena Gordiano e o trabalho doméstico análogo à escravidão, apresentamos aqui uma análise transversal. Como apontado anteriormente, consideramos importante ter dividido esse trabalho em Parte I e Parte II, e a própria voz das trabalhadoras reafirmou a importância desta separação: de um lado, temos o que é exposto na mídia, a denúncia, os casos longínquos em cidades distantes de nossas residências, pessoas que são nomes envolvidos em extensos processos jurídicos, números que somam em estatísticas sobre esse crime no Brasil. Do outro lado, temos mulheres que são mães, avós e trabalhadoras que nos apresentam como essa temática – da analogia com a escravidão - permeia seu cotidiano, seja em conversas, no imaginário ou no consumo de mídias, como o noticiário. Mas também temos a presença de uma pesquisadora que é mulher negra e logo, direciona esse trabalho em uma cadeia interpretativa que não é neutra.

A Parte I e a Parte II desta tese se complementam para entendermos aquilo que nos propomos a investigar e desta forma, se faz necessário retomar a pergunta central deste trabalho que é: que sentidos são produzidos a partir da circulação midiática de casos de trabalho doméstico análogos à escravidão no Brasil? E de que forma o jornalismo atualiza e/ou mantém enquadramentos estigmatizantes em suas produções afetando o debate social sobre essa temática?

Ao inserirmos a ideia de cruzo (Simas, Rufino, 2019), estamos tratando, segundo os autores, de um conceito de caráter teórico-metodológico que nos abre a possibilidade de intercambiar essas duas experiências: midiática de consumo e/ou a circulação, e a etnografia, que se configura nas vozes das mulheres negras que foram ouvidas para essa pesquisa. Dizem os autores:

O cruzo produz efeitos de encantamento, e as consequências advindas de suas operações são compreendidas enquanto possibilidades. Assim, a perspectiva do cruzo emerge enquanto conhecimento credível e necessário, pois partimos da orientação de que o mundo, os seres e as práticas sociais não estão acabados e de que os conhecimentos possíveis não se esgotam na esteira de um modo de ser que se reivindica único (Simas, Rufino, 2019, p. 33).

Trazer nesta tese apenas um comparativo do que é noticiado sobre o trabalho doméstico análogo à escravidão, em relação ao que as trabalhadoras entendem sobre o mesmo não teria um sentido concreto para fins de análise, uma vez que estamos falando de uma cadeia discursiva a partir de acontecimentos midiáticos. O discurso fica evidente na voz delas, mas precisa ser

cruzado com o que nós observamos enquanto comunicólogos na veiculação e circulação. O mais fértil, dentro da ideia de cruzo, foi observar os movimentos de circulação do caso, para daí sim compreender como ele se desenvolve em um circuito midiaticado, utilizando como possibilidade interpretativa os saberes destas mulheres. Isso foi feito à luz de nossos objetivos específicos: a) compreender os circuitos mobilizados a partir do caso observável envolvendo o episódio de Madalena Gordiano, realizando um movimento descritivo-inferencial sobre essa situação-limite; b) Analisar criticamente, através de entrevistas, o modo como os casos de trabalho doméstico análogos à escravidão em circulação afetam o debate entre as mulheres que exercem a função de forma remunerada; c) localizar os sentidos que emergem sobre essa temática a partir da veiculação de casos sobre trabalho doméstico análogo à escravidão na mídia; d) refletir sobre como a temática da escravização negra ainda é lida e relida no cenário midiaticado que, por vezes, acaba por reforçar essa condição de forma não neutra.

Neste caso, sobre os circuitos, estamos falando da televisão que fica ligada na cozinha transmitindo o jornal diário, das conversas informais na parada de ônibus entre vizinhas que são igualmente trabalhadoras e da indignação de saber que existia uma semelhante trabalhando durante tanto tempo sem a garantia dos direitos mais básicos. Mas também estamos apontando os feixes (Fausto Neto, 2018), por onde a história de Madalena e de tantas outras passou.

As trabalhadoras domésticas estão inseridas no processo de circulação e são afetadas pelas lógicas que emergem deste contexto midiaticado. Esse processo é indissociável da realidade por elas vivida. São aspectos de uma proximidade, mesmo que as situações enfrentadas por elas não se configurem exatamente como um crime. Apesar desta ideia de proximidade e de empatia, notamos que uma postura estigmatizante é adotada e se destaca nos discursos de todas elas sobre esses episódios de infração severa da lei trabalhista. Talvez essa, seja uma das marcas deixadas pela mídia ao noticiar, mas não só pelo jornalismo tradicional: as redes sociais que cobram providências, o movimento negro, as revistas de moda e beleza... Todos os circuitos contribuem de certa forma para essa posição de estigma. Há uma lógica de representação que se repete. Não se trata aqui apenas e puramente das imagens de controle (Hill Collins, 2016), mas sim de uma espécie de representação que muda de forma, circula e se move.

Sobre o que foi narrado sobre Madalena Gordiano e, observando outros casos, notamos as processualidades quase idênticas que se apresentam. As trabalhadoras participantes desta pesquisa também parecem notar, pois referidos elementos que aparecem em seus discursos têm relação com uma realidade sócio-histórica. É uma luta simbólica que caracteriza a produção de sentidos. Diz Verón (1980) que os fatos sociais não existem enquanto tais, até que os meios os

construam. As mulheres negras sabem o que é o trabalho doméstico análogo à escravidão e também problematizam esse crime a partir do que experienciam no seu próprio cotidiano. São nesses movimentos de circulação que observamos os sentidos que emergem: a cama e a comida. Os quatinhos pequenos. A ideia de um cativairo moderno, uma atualização da senzala. Ou uma senzala que também está em um processo de mediação, reelaborada e agora denunciada em diferentes circuitos. Ou não denunciada, pois ao mesmo tempo há a visão das trabalhadoras de que muitos casos que aconteceram e sequer foram mostrados. Então notamos a mediação em processo ora de forma libertária e emancipatória, ora acompanhando a forma social escravista da própria sociedade (Sodré, 2023).

O que as participantes da pesquisa compreendem, é o que a mídia vêm apontando de forma a dar um caráter denunciante: o Brasil é um país que escraviza mulheres negras de forma sistemática. Mas aqui, parece indicar que não estamos falando apenas das situações-limite como a de Madalena Gordiano, mas de relações que são mais comuns do que podemos imaginar e que cruzam tempos. Pois interlocutoras de faixas etárias diferentes, que estão vivas e atuantes no mercado de trabalho, nos apresentam nuances de situações bastante questionáveis. Podemos falar em novas formas de escravização? Ou entender como uma escravização que na verdade se mantém?

A discussão é indissociável de raça. Até porque, quando se fala em escravidão no Brasil, é raça que ecoa primeiro, afinal foram 14 gerações, de acordo com estimativas históricas, afetadas direta ou indiretamente pelo sequestro de africanos. A circulação do tema do trabalho doméstico análogo à escravidão na mídia e no jornalismo propriamente dito se dá a partir de um viés de denúncia. Ou seja, verificamos a temática sempre que um caso muito emblemático vem à tona. Contudo, a gravidade do crime, a recorrência dele no país, e sobretudo, a impunidade, ficam em segundo plano, dando espaço neste caso ao que parece mais forte: a imagem da vida de uma mulher escravizada em pleno século XXI. Isso parece ser o que marca nos circuitos por onde os casos se engendram. E os atores sociais, no caso, as trabalhadoras, estão incluídas neste circuito, as suas narrativas sobre a temática também disputam sentidos. Não por acaso, todas elas parecem entender a função social do jornalismo, quando dizem que o jornalismo é a saída, ou que é necessário mostrar mais casos como o de Madalena. Ainda que não problematizem acordar de madrugada em seus ofícios para servir a patroa.

6.1 Por onde andou (e circulou) Madalena e o trabalho análogo à escravidão?

Na história de Madalena e dos circuitos observados a partir da projeção da primeira aparição em rede nacional em dezembro de 2020, observamos aspectos que merecem estar neste cruzo epistemológico que mescla a circulação midiática com as falas das entrevistadas sobre trabalho doméstico análogo à escravidão. Nosso primeiro contato com Madalena se dá de forma midiaticizada, justamente através do programa Fantástico. Inclusive, questionamos em que medida o direcionamento crítico do programa não acabou refletindo nos agenciamentos posteriores. Ao destacar no programa que se trata de uma mulher negra, pobre, o próprio produto noticioso já introduz o entendimento de que raça está entrelaçada neste processo enquanto um marcador importante. Vemos isso nas entrevistas.

Há, por parte das entrevistadas, um entendimento sobre Madalena ser “aquela que ficou presa”, ou “a coitada”, “a que não tinha informação”. E isso não surge ao acaso. Ao analisar o caso midiaticizado, percebemos que um dos primeiros recursos para chamar a atenção da audiência sobre o assunto é justamente se utilizar a ideia da escravidão negra para explicar o fenômeno, a ideia de um cativo moderno. Logo após a veiculação do caso em rede nacional, num primeiro momento, numa primeira fase, observa-se constantemente uma tentativa de ligar o que aconteceu com Madalena com o que aconteceu com mulheres negras africanas no passado. Esse não é um sentido inédito e tampouco circula isolado apenas para Madalena. Outros casos apresentam processualidades noticiosas parecidas. Logo, é comum que uma das entrevistadas se coloque num lugar distante deste caso ao dizer que nunca ninguém lhe falou “coisa de preto”, ou seja, que nunca sofreu esse tipo de discriminação.

Os circuitos que seguiram após o conteúdo noticioso/informativo do programa trazem questionamentos ferrenhos sobre a condição da mulher negra na sociedade. Neste segundo momento que se desdobra a partir da notícia principal, notamos relações diretas com a escravidão negra nos moldes do período colonial e o racismo estrutural, tanto no jornalismo como nas interações nas redes. Também é nesta fase que surgem as primeiras manifestações virtuais e nas ruas à favor de Madalena, cobrando justiça das autoridades competentes nos mais diversos meios. As participantes da pesquisa observam isso, sabem que agora “eles”, os contratantes, terão que pagar todos os direitos. É o senso de justiça.

Mas como Madalena é um observável de uma situação maior, percebemos que o caso extrapola a ambiência de um jornalismo midiaticizado, para fora do hiato entre produção e recepção. Para as trabalhadoras entrevistadas, também fica muito clara essa condição de grande

vítima, fruto do enquadramento que norteia essa discussão. Elas, as trabalhadoras, atores sociais, se questionam, porque os vizinhos não denunciaram, mas também alertam que a falta de informação ou a própria “escravidão mental”, como Dália cita, são os responsáveis por situações como essas. Tem aí uma culpabilização das vítimas, fruto do entendimento que a circulação produz, esse sentido de “como ela deixou que isso acontecesse? Como não fugiu?”. Uma responsabilização que em parte também é propiciada pela mídia. Se as matérias jornalísticas mostram uma mulher adulta que não conhece a praia, não sabe o valor do dinheiro, foi sequestrada aos oito anos de idade, nos remete a essa ideia de que ela própria se deixou escravizar. O crime em si pouco recebe a centralidade. A centralidade está toda nas vítimas.

Há uma indignação por parte das participantes da pesquisa, assim como houve em todo o Brasil, mas há também quase um conformismo: isso acontece e sempre aconteceu. A certeza de impunidade em relação aos contratantes parece estar presente nas coberturas jornalísticas, mas também nos discursos que sobre o caso. E aí também cruzamos o entendimento que vem de Margarida: a televisão tem mostrado mais, sempre aconteceu, mas e para além disso, como que a projeção dos casos de trabalho doméstico rompem a esfera de mais um caso isolado para realmente mudar a realidade que todos conhecem? Entendemos assim que o mostrar se torna mais relevante do que o combate propriamente dito.

Notamos que a circulação da história de Madalena mobiliza o jornalismo a partir de aspectos estigmatizantes que ganham contornos a cada nova matéria que surge. São notícias e conteúdos que valorizam em suma a centralidade na figura da mulher de forma estereotipada, por vezes infantilizada - uma mulher adulta que “conheceu o Papai Noel” ou “que foi à praia pela primeira vez”. Há fotos de Madalena com uma boneca, já que ela teve a infância subtraída pelo trabalho em cativo. Uma das entrevistadas relata isso: “*A coitada não viveu*”. Desde o cabelo, passando pela estética das roupas. O intento é de trazer um “antes e depois” de Madalena, focado na aparência física da ex-vítima de trabalho análogo. São as fotos que passam a ter mais valor do que os próprios acontecimentos, como se refere Rosa (2019).

Notamos também que esse não é um movimento exclusivo do jornalismo, os atores sociais acompanham essa linha de raciocínio e a colocam em uma posição de ser humano salvo, entregue à civilização, liberta. Ao tecer essas relações, esse feixe (Fausto, 2018) a circulação deixa de ser lida como um produto, mas sim como um espaço onde esses sentidos são produzidos e se reconstituem em um formato quase cíclico que envolve as notícias, as próprias vítimas, e os atores sociais. Esses últimos reconfiguram os acontecimentos a sua maneira, também vemos isso na fala das entrevistadas, essa reelaboração dos fatos.

Contudo, isso não quer dizer, necessariamente, que não há criticidade. Pelo contrário, o que vaza da mídia sobre a história de Madalena é o que nos permite olhar o caso a partir de um viés emancipatório e de enfrentamento. Mesmo sendo vítima, Madalena se torna um ícone, um símbolo de uma luta. A circulação nos ajuda a problematizar os acontecimentos e, também, ficar atento ao que se desdobra posteriormente, como é o caso do aumento de denúncias em relação ao mesmo tipo de crime após a veiculação do conteúdo noticioso.

6.1.2 *“Aquele que ficou presa”: a vítima e seus enfrentamentos*

Madalena é “aquela que ficou presa”. Esse é o entendimento das trabalhadoras. Se difere delas, que são livres. Trabalham quando querem, possuem uma relação respeitosa, ao que tudo indica, com suas contratantes. Esse distanciamento entre elas e Madalena fica muito claro em todas as falas. Já a mídia, através de diferentes suportes, parece se colocar como um agente de resgate e que possibilita à Madalena e a tantas outras mulheres escravizadas ter uma vida livre deste cativeiro. A função social do jornalismo se transforma em um feito heróico ao mostrar o cativeiro e a nova vida “daquela que ficou presa”. Mas as redes sociais também fazem esse papel, não é apenas o jornalismo que recorre a uma ideia de resgate: há nos internautas o desejo de cobrar e de fazer justiça a cada caso que surge. Mas também perene. De fato, o que muda?

Uma das participantes da pesquisa acredita que, indiretamente, dormir no emprego é em certa medida ficar refém do empregador, no sentido de não ter a liberdade do seu próprio espaço de lar. Para outra, o fato de dormir na casa da contratante é honrar uma relação de amizade, ser prestativa ao acordar à noite e ficar à disposição, caso a patroa precise de algo – mesmo que sua filha biológica diga que isso é “agradar”. São vidas marcadas pelos sentidos que vão se construindo na lógica do trabalho doméstico remunerado: a ideia de uma eterna servidão, mesmo que isso não se configure exatamente com a analogia à escravidão. Um círculo que retorna para essas pessoas, mesmo quando uma delas consegue ser aprovada em um importante vestibular, ou outra sai das casas de famílias para trabalhar na higienização de hospitais e consultórios, o que ao olhar dela parece uma rotina menos massacrante.

Ao noticiar, as mídias estigmatizam, ao estigmatizar retém audiência, porém não problematizam. Denuncia, sim, contudo não mexe nesta estrutura (Almeida, 2018) tampouco na forma social escravista (Sodré, 2023) que permite que pessoas sejam contratadas com 12 anos de idade para exercerem funções complexas, incluindo o cuidado com outras crianças na mesma faixa etária, ou ainda menores. A estrutura que não é problematizada nos circuitos

mediáticos, mas também fora dele, permite que mães precisem levar sobretudo às filhas pequenas para acompanharem na entrega perfeita deste ofício fazendo com que essas meninas aprendam desde muito cedo qual é o seu lugar. Instituições e sociedade que acompanham os sentidos que a própria mídia ajuda a construir, mas que em contexto geral, não ajuda a quebrar.

Ao localizarmos os sentidos que emergem, compreendemos que Madalena é aquela que ficou presa pois damos a ela, a partir de enquadramentos, um aspecto distante, de passado, de aula de História do Brasil. As trabalhadoras notam isso e se revoltam com a história triste de uma mulher que não sabia o valor do dinheiro. E apenas isso. Mesmo que já tenham naturalizado receber muitas vezes valores irrisórios pelas faxinas diárias. Assim, neste contexto, a midiatização segue os fluxos da sociedade em que está inserida a discussão, mas não se liberta das amarras escravistas. Então se a midiatização está em processo, segue reproduzindo a mesma cadeia de acontecimentos: os casos surgem em esfera midiatizada, entram em debate social, há disputas por essas narrativas que perpassam desde o tom denunciista até a tentativa de fazer das vítimas verdadeiras heroínas - e é o que vimos com Madalena, por exemplo. Mas a midiatização também é responsável por ampliar esse debate. Se não fosse o cenário midiatizado, não saberíamos quem de fato é Madalena.

Além do caráter heróico, se atribui nestas situações a espetacularização daquelas que passam a ser símbolos desta luta. Ou seja, localizamos também sentidos de enfrentamento. Madalena se torna um ícone do trabalho doméstico análogo à escravidão no Brasil, se fala inclusive em um chamado “efeito Madalena” na academia. Ela é transformada em um referencial desta que parece ser uma luta, mas como já podemos inferir a partir deste trabalho, é na verdade um dos muitos crimes cometidos no Brasil e que permanecem por longo tempo na impunidade. Ainda que algumas reportagens digam que Madalena é símbolo da luta contra o trabalho análogo à escravidão no Brasil, de luta não tem nada. Pois não se combate com um discurso inflamado apenas quando novos casos aparecem. A luta segue fechada nas instituições policiais e de fiscalização, sem um debate social mais amplo. A condenação não recebe a mesma repercussão que o resgate, os criminosos seguem midiaticamente protegidos.

Logo não está em Madalena e em tantas outras vítimas, a obrigação deste enfrentamento. Esse enfrentamento é o dever do poder público, mas compreendemos que os circuitos mostram o contrário. Pelas falas das entrevistadas vemos isso. Madalena é aquela que se libertou, está nela a centralidade da ação. Ainda lembrando do caso observável, as participantes da pesquisa não conseguem deslocar o olhar para pensar na prática criminosa em si a partir dos infratores. Aos olhos delas, a figura central é quem sofre ou quem enfrenta. Isso também não é por acaso,

as próprias reportagens sobre o trabalho doméstico análogo à escravidão nos condicionam sempre a ver o antes e depois da vítima, a nova vida (da vítima), o novo endereço (da vítima) o novo visual (da vítima). Ao passo que os contratantes, suspeitos, réus ou já condenados permanecem em uma espécie de proteção pública simbólica. A grosso modo, sabemos quem é Madalena pelas fotos, mas se nos depararmos com uma foto dos contratantes, a família Rigueira, muito dificilmente saberemos de quem se trata de imediato. O papel de enfrentamento e, portanto, de centralidade na narrativa é um sentido construído e se articula com a de que a mediação mesmo não sendo neutra promove a possibilidade deste debate. As entrevistadas desta tese são atravessadas pela mediação, igualmente e elaboram seus entendimentos sobre o tema. A grande questão é a mídia, aqui compreendida pelo noticioso e pelo ativismo das redes sociais, que está estruturada nos privilégios da branquitude. Em relações de poder já debatidas em nossa bibliografia: como o machismo, que coloca Madalena enquanto um corpo exótico no antes e depois; ou o racismo, que a posiciona de vítima à ícone, extrapolando o uso de sua imagem. Mas consideramos que isso só acontece porque a mediação e sobretudo, a circulação estão envoltas em uma trama que é social. Logo, a sociedade é machista, excludente, racista. Mas também se apoia na mediação como possibilidade de libertação, em alguns casos.

Sobre isso, as participantes da pesquisa também acabam absorvendo esses aspectos. Os sentidos que elas constroem sobre Madalena apresenta o conceito de raça como central. Tanto que é como se elas desejassem a todo tempo se segregar deste estereótipo. Ao elaborar sobre os pactos narcísicos, Bento (2002) reforça para a sociedade a posição de privilégio de uma camada da sociedade que não é marcada por raça. Nesta posição conseguimos distinguir que a obrigação de debater e combater fica a cargo das pessoas racializadas, onde raça se inscreve enquanto um conceito sócio-político. Apontamos alguns sentidos que podem ser problematizados:

- O estigma: que surge a partir do exótico, do distante. Como ela não fugiu? Como se deixou escravizar em pleno século XXI?
- A eterna vítima: é aquela que ficou presa, que não conseguia sair da situação, que não tinha ninguém por ela. Sem estudos, sem informação, sem conhecimento.
- O enfrentamento: a luta, a que fala, a que virou símbolo, o ícone, a heroína.

Em todos esses sentidos, podemos entender que a mediação oferece o combate, o enfrentamento, mas o processo está inscrito nas lógicas de representação da mídia – ainda que

mediatização não seja a própria mídia. Mais do que isso, a mediatização se inscreve em um percurso além do que é noticiado em uma programa dominical de notícias e entrevistas. A forma como o conteúdo circula reforça condições que já conhecemos enquanto sociedade.

Nosso trabalho, que futuramente deve ser retomado no sentido de preencher possíveis limitações, até este momento nos sinaliza que a circulação, longe de ser um produto, é um espaço de passagem e de agenciamentos que nascem com a mediatização, mas que se estruturam fora da mídia, contribuindo em certa medida para o pensamento crítico e o enfrentamento por parte de atores sociais que foram ouvidos para essa pesquisa. Quando a mediatização nasce de uma sociedade que é marcada por preconceitos, rótulos e estigmas, acompanha esse fluxo e retroalimenta esses aspectos na sociedade, ainda que contribua para as problematizações.

Nossa contribuição para a área de estudos aponta nesta direção. As trabalhadoras ouvidas realizam seus combates diários, problematizam algumas questões, fazem com que suas vivências circulem. E isso se dá em parte pelos circuitos em que elas estão inseridas. Seja em diálogos com as filhas, seja não voltando na casa de contratantes que ofereciam pão com formiga, seja na lógica de estudar “*depois de velha*” em busca de uma condição melhor. Contudo, ainda assim, elas pouco conseguem enxergar com profundidade essas situações enquanto algo grave. Madalena, para elas, é aquela que ficou presa, mas é só isso. Então, respondendo ao nosso questionamento compreendemos que, sim, ao noticiar o jornalismo mantém os enquadramentos estigmatizantes em suas produções afetando o debate social sobre essa temática, uma vez que as próprias pessoas interessadas diretamente no tema, têm dificuldade de analisar a questão de uma forma menos estereotipada.

Não compreendemos essas mulheres entrevistadas tal qual Madalena e outras escravizadas modernas que a mídia mostra de forma recorrente, mas verificamos que os locais por onde elas transitam lhes atribuem características muito semelhantes com aquelas ressaltadas nas reportagens sobre trabalho análogo. Poderia ser qualquer uma delas – mesmo que elas não enxerguem assim.

Existe um círculo de servidão que não termina, que ora se veste de afeto, e ora se veste de luta pela sobrevivência. Em todos os casos, a mediatização está presente, reconstruindo, reconfigurando e recontando a mesma história. Um enfrentamento possível estaria talvez na própria Comunicação. Notamos que cada uma das participantes da pesquisa carrega consigo marcas e discursos muito semelhantes, ainda que não percebam que não são histórias isoladas, que são memórias parecidas com outras mulheres que elas próprias conhecem, mas que de certa forma estão apartadas no tempo e no espaço, não há partilha de vivências em coletivo. Talvez

a ideia de “tornar comum” possa auxiliar neste debate que é possui um formato circular, mas que também extrapola, vaza para reflexões profundas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Daria um filme
Uma negra e uma criança nos braços
Solitária na floresta de concreto e aço
Veja, olha outra vez o rosto na multidão
A multidão é um monstro sem rosto e coração”
(Racionais MC's, 2002).*

Realmente, daria um filme! Histórias tão parecidas em constante processo de circulação, dentro e fora dos suportes midiáticos. Trazer para as lentes da midiaticização uma temática social tão complexa como o trabalho doméstico análogo à escravidão é certamente um desafio. Não que a Comunicação não esteja olhando para fenômenos sociais de tamanha importância, ao contrário: o campo vem se dedicando a isso há muito tempo, está em sua gênese. Acreditamos que é um desafio na medida em que estamos falando de casos que estão sendo agenciados e reelaborados de forma diária, praticamente. Assim como é um desafio ouvir os atores sociais que diretamente estão inseridos neste contexto, com a sensibilidade e cuidado que essa escuta merece.

Sabemos que essa tese se inscreve em outros campos, pois evidencia uma discussão que é basilar no Brasil para praticamente todos os estudos da área das Ciências Humanas e Sociais, que é gênero e raça. A interseccionalidade enquanto conceito vigora como um dos temas mais importantes da atualidade. E nesta tese, o conceito aparece na discussão como um tópico que se articula com a análise midiática que fizemos. Compreendemos também que certamente neste estudo persistem limitações. Nosso objetivo é desmembrar essa discussão futuramente em novas contribuições para a área. Temos um diário de campo que ainda pode ser aprofundado a partir de outras abordagens e caminho aberto para entrevistar outras interlocutoras que ficaram de fora desta tese por uma questão de tempo hábil e recorte empírico. Prevemos que nossas anotações e novas entrevistas de base etnográfica possam enriquecer o campo de estudos ainda mais, para além desta tese finalizada. A própria bibliografia de Comunicação que dialoga com a nossa proposta nos instiga a pensar além do que já está aqui posto.

Há tópicos importantes que nos fazem refletir sobre a prática profissional do jornalismo em diferentes suportes. Na medida em que avançávamos na discussão, nos questionamos, afinal, de quem é a culpa da escravização moderna? É o jornalismo? É a sociedade? É o próprio racismo? E a circulação como se insere? Temos um somatório de fatores que contribuem para que essas situações ainda persistam durante muito tempo, infelizmente. E portanto, um repertório vasto de perguntas ainda a serem respondidas. Vivemos em um país que foi

estabelecido enquanto nação a partir de processos muito violentos, sobretudo para mulheres negras. Alguns dados que aparecem nesta pesquisa, de emprego, renda e ocupação, por exemplo, reiteram que a base da pirâmide é feminina e preta. Não por acaso, Racionais MC's, grupo de rap conhecido nacionalmente por suas críticas sociais, tem em Negro Drama, música que abre essa seção, um dos trechos mais emblemáticos da música popular brasileira. Todos nós, de forma direta ou indireta, conhecemos uma negra com uma criança, solitária, buscando fazer enfrentamentos, mas sobretudo, sobreviver na floresta de concreto e aço. Racionais, indiretamente, sabem que isso é mediação. Não por acaso afirmam que daria um filme. E daria mesmo.

Um filme, uma letra de rap, uma novela ou uma grande reportagem televisiva. Produtos que se desdobram a partir de histórias verídicas que atravessam nossos cotidianos. Produtos em circulação e, essa, por sua vez, também é produto desta sociedade tão desigual.

Madalenas circulam. Em Minas Gerais, na Região Metropolitana de Porto Alegre, nos porões de uma descendente do antigo baronato. Mais do que isso, suas histórias se engendram e ganham contornos em fluxos intermináveis. A circulação acontece fora da mídia, mas se alimenta dela. Não damos voz à Madalena, mas intencionamos compreender de onde parte, para onde vai e qual é o nosso compromisso enquanto comunicólogos ao problematizar essa história, que são tantas em uma só.

Ao mesmo tempo, há um compromisso social da academia. Neste sentido, essa tese foi gestada por uma investigadora da área que compreende seu papel social enquanto mulher negra. Logo, o objetivo é que futuramente esse texto circule tanto dentro dos espaços acadêmicos, como para além deles. Uma das estratégias para isso foi não incidir em uma tese extensa ou que trouxesse problematizações conceituais em demasia. Nossos pares já conhecem a discussão da circulação e da mediação em processo, visto que são conceitos com ampla visibilidade tanto no Brasil como internacionalmente. Contudo, como mostramos ao longo do trabalho, tais conceitos não necessariamente são abordados como chaves de inteligibilidade das questões de raça e gênero. Assim, intenciona-se em falar desta pesquisa, destas reflexões em outros circuitos, entendendo que a tese poderá ser reelaborada, revisitada e debatida muito anos após a banca de defesa, sem comprometer o nosso compromisso com a produção de conhecimento.

Igualmente, conversar com quatro mulheres trabalhadoras domésticas enriqueceu a nossa investigação, mas sobretudo nos abriu um leque de possibilidades interpretativas sobre os fenômenos comunicacionais. Há, ainda, de minha parte, uma sensibilidade e uma emoção de se ver de repente como uma das últimas mulheres negras a produzir um trabalho pelo Programa

de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. O que me remete a pensar que, em toda a linha de chegada de uma pessoa negra, surge um novo enfrentamento, uma nova disputa e um novo desafio. Neste caso, foram quase cinco anos, uma pandemia, uma linda gravidez, uma enchente e tantos outros atravessamentos que marcaram essa escrita.

As mulheres que de forma generosa nos cederam seus tempos e suas narrativas de vida certamente irão me acompanhar em outras reflexões adiante. As vozes que aqui estão circularão em outras ambiências. No fundo, nossos desafios se cruzam em algum lugar. E talvez tenha sido isso que as fez compartilhar comigo suas histórias. No apêndice C deste documento, registro a minha própria memória com o trabalho doméstico remunerado. Eu conheci de perto uma daquelas que igualmente ficou presa, mesmo que não tenha experimentado a situação-limite de Madalena. Intento que essa produção acadêmica seja a chave que nos oriente a uma liberdade de fato, ou ao menos, a liberdade de ideias. Uma liberdade que é plural, feminina e negra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento; 2018.

ALVES GOMES, Karyne Lane. **Da escravidão ao trabalho doméstico:** uma análise da perpetuação da cultura de exploração a mulheres negras a partir do programa Profissão Repórter. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019, Ceará. **Anais**. [Grupo de Pesquisa (GP) Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2019.

ANDRADE, Shirley Silveira. **A mulher negra no mercado de trabalho:** condições escravistas das trabalhadoras domésticas. Editora CRV, 2022.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

ARAÚJO, Ana Beatriz de Souza. **Trabalho escravo contemporâneo:** a invisibilidade seletiva das trabalhadoras domésticas e o caso paradigmático “Madalena Gordiano”. Monografia (Graduação em Direito), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, p. 85, 2022.

ARIZA, Marília B. A. **Crianças / Ventre livre**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ASSIS, Machado de. **Pai contra mãe**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. Caminhos da História: da África aos Afrodescendentes do Brasil Meridional. In: PINHEIRO, Adevanir (Org.). **África e afrodescendentes no sul do Brasil:** história, religião e educação. São Leopoldo: Casa Leiria, 2015.

ATHAIDE, Lucilene. **E agora, José, acabou o Bolsa Família?:** a noticiabilidade do boato. Monografia (Graduação em Comunicação Social em Habilitação em Jornalismo). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade do Rio Grande do Sul, p.88, 2015.

ATHAIDE, Lucilene. **“Eu era uma mulher que não sabia nada”:** trabalho doméstico e redes de cuidado no Quilombo do Paredão Baixo/Taquara-RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, p. 114, 2021.

BARTHES, Roland et al. **A mensagem fotográfica**. O óbvio e o obtuso. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Ohmd9>. Acesso em 18 jun 2025.

BECKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENJAMIN, Walter. **O narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo** – estudos. BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (Orgs.). Sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

BONIN, Jiani Adriana. **A dimensão metodológica na orientação de pesquisas na Comunicação**. In: Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação. Org: MALDONADO, A. E.; MÁXIMO, ME; LACERDA, J, Editora da UFRN: Natal, 2012.

_____. **Delineamentos para pensar a metodologia como práxis na pesquisa em comunicação**. Rastros, Joinville, v. 11, p. 9-21, 2010.

_____. **Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação**. Revista Famecos, v. 15, n. 37, p. 121-127, 2008.

_____. **Processos e percursos de construção de pesquisas em recepção: algumas reflexões epistêmico-metodológicas**. Conexão - Comunicação e Cultura, [S. l.], v. 17, 2019. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/6568>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BORGES, Rosane. **Mídias, políticas de representação e regimes de visibilidade: Traço proeminente dos nossos tempos**. In: BOMFIM, Ivan et al. Mídia e zeitgeist. Editora Insular, p. 191, 2021.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

BRAGA, José Luiz. **Circuitos de Comunicação**. In: BRAGA, J.L., RABELO, L., MACHADO, M., ZUCOLO, R., BENEVIDES, P., XAVIER, M.P., CALAZANS, R., CASALI, C., MELO, P.R., MEDEIROS, A.L., KLEIN, E., and PARES, A.D. Matrizes interacionais: a comunicação constrói a sociedade [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2017, pp. 43-64. Paradigmas da Comunicação collection. ISBN: 978-85-7879-572-6. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788578795726.0003>. Acesso em 15 de abril de 2025.

_____. **Comunicação, disciplina indiciária**. Matrizes, v. 1, n. 2, p. 73-88, 2008.

_____. **Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação**. Revista Contracampo, n. 10/11, p. 219-236, 2004.

_____. **Mediatização como processo interacional de referência**. Animus, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2006.

BRITES, Jurema. **Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores**. Cadernos Pagu, p. 91-109, 2007.

BROCHADO, Samara. **Cheias de Charme, mas com pouca pesquisa. Análise da produção científica sobre trabalho doméstico: uma investigação em congressos e revistas nacionais no período de 2002 a 2022.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 45º, 2022, Paraíba. **Anais** [Grupo de Pesquisa (GP) Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2022.

CAL, Danila Gentil Rodriguez, BRITO Rosaly de Seixas (Orgs.). **Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico: das reinterpretações coloniais à invenção de outros possíveis.** Editora CRV: Curitiba/PR, 2020.

CAL, Danila Gentil Rodriguez. **Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder, resistências.** Edufba, 2016.

CARLÓN, Mario. **Tras los pasos de Verón... Un acercamiento a las nuevas condiciones de circulación del sentido en la era contemporánea.** Galáxia, v. 2, n. 43, p. 5–25, 2020.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Cartografia das amas-de-leite no Rio de Janeiro ou exercício da decifração de marcas de corpos cativos impressas no imaginário oitocentista.** Maracanan, v. 4, n. 4, p. 135-169, 2008.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser.** Rio de Janeiro, Zahar, 2023.

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, p. 49-58, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider whithin: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** Tradução de Juliana de Castro Galvão. Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

COSTA-MOURA, Fernanda. **Proliferação das # hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos.** Agora: Estudos em Teoria Psicanalítica, v. 141-158, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DANTAS, Luísa Maria Silva. **As domésticas vão acabar? Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada: Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 486. 2016.

DA SILVA GOMES, Wilson; DOURADO, Tatiana. **Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia.** Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 16, n. 2, p. 33-45, 2019.

DA SILVA SOUZA, Florentina. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2023.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismos**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

EVARISTO, Conceição. Escrivivências da afro-brasilidade: história e memória. In: **Releitura**, Belo Horizonte, n. 23, 2008.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Comunicação e Gênero no Brasil: discutindo a relação**. Revista Eco-Pós, v. 23, n. 3, p. 103-138, 2020.

_____. **Comunicação e gênero: notas de um diário da docência e pesquisa**. Comunicação e Gênero, p. 6, 2008.

FAGUNDES, Maurício Krepsky; MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. **A face oculta da lista suja do trabalho escravo**. Laborare, v. 6, n. 11, p. 7-24, 2023.

FAUSTO NETO, Antônio. **A circulação além das bordas**. Mediatización, sociedad y sentido, p. 2, 2010.

_____. **Circulação: trajetos conceituais**. Rizoma, v. 6, n. 2, p. 08-40, dez. 2018.

_____. **Fragmentos de uma «analítica» da midiatização**. Matrizes, v. 1, n. 2, p. 89-105, 2008.

FERREIRA, Jairo. **A construção de casos sobre a midiatização e a circulação como objetos de pesquisa: das lógicas às analogias para investigar a explosão das defasagens**. Galáxia (São Paulo), p. 199-213, 2016.

_____. **Estudo exploratório sobre a construção de hipóteses: entre o método e os contextos de produção**. Líbero, n. 27, p. 79-92, 2016.

_____. **O caso como referência do método: possibilidade de integração dialética do silogismo para pensar a pesquisa empírica em comunicação**. Intexto, n. 27, p. 171-183, 2012.

FREITAS, Amanda Moreira et al. Caso Madalena Gordiano: discussões sobre o trabalho análogo à escravidão. **Revista Interação Interdisciplinar**, n. 1, p.1-7, 2022..

GALON, Tanyse; OLIVEIRA, Nádia Karolina Gonçalves. **Trabalho doméstico análogo à escravidão durante a pandemia de Covid-19: reportagens sobre as vidas invisíveis de “dentro de casa”**. In Revista, v. 15, n. 1, p.145-169, 2023.

GAMA, Mariana Loureiro; DE MELO NETTO, Antonio Pedro. Reminiscências do passado: o trabalho em situação análoga à escravidão e a luta pela liberdade. **Revista de Direitos Fundamentais nas Relações do Trabalho, Sociais e Empresariais**, v. 4, n. 1, p. 20-39, 2018.

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negros Edições, 2014.

GOMES, Karyne Lane Alves. Da escravidão ao trabalho doméstico: uma análise da perpetuação da cultura de exploração a mulheres negras a partir do programa Profissão

Repórter. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, **21º [Intercom Junior]**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2019.

GOMES, Laurentino. **Escravidão – Vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Rio de Janeiro: Editora Globo Livros, 2019.

GOMES, Luana. É Fantástico! Gênero e modos de endereçamento no telejornalismo show. In: **Gêneros televisivos e modos de endereçamento no telejornalismo**, p. 263, 2011. GOMES, IMM., org. Gênero televisivo e modos de endereçamento no telejornalismo. Salvador: EDUFBA.

GOMES, Pedro Gilberto. **Como o processo de midiaticização (um novo modo de ser no mundo) afeta as relações sociais?** In: Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação. BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antônio; GOMES, Pedro Gilberto (Org), v. 10, p. 131-143, 2019.

GOMES, Pedro Gilberto. Midiaticização: um conceito, múltiplas vozes. **Revista Famecos (Online)**, v. 23, n. 2, maio, junho, julho e agosto de 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

GOULD, Luiza; ROCHA, Victor. **Afetos perdidos num lar em ruínas: uma análise do podcast “A Mulher da Casa Abandonada” sob a perspectiva do Jornalismo Sensível**. ECCOM: Educação, Cultura e Comunicação, v. 14, n. 27, 2023.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência, criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860 – 1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HALL, Stuart. **Raça, o significativo flutuante**. Revista Z Cultural. Ano VIII, Nº 2, 2013. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufjf.br/raca-o-significativo-flutuante>. Acesso em 16 jun. 2025.

KOFES, Suely. Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. In: **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas**. 2001. p. 469-469.

LEVASSEUR, Martine; VERON, Eliseo. **Ethnographie d’une exposition. Histoires d’expo, Peuple et culture**, p. 29-32, 1983.

LORDE, Audre. **Não existe hierarquia de opressão**. Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 235-236, 2019.

MAGALHÃES, Magna Lima. **Associativismo negro no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2017.

MARCELLINO, Marcio Morrison Kaviski. **Redações midiaticizadas**: etnografia das práticas jornalísticas no Brasil e na Suécia a partir de relações simbióticas. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, p. 254. 2024.

MARINHO, Ana Isabel Freire Monteiro. **A tessitura comunicacional dos direitos humanos a partir do caso Marielle**: experimentações sociais e agenciamentos de sentidos na circulação. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, p. 125. 2023.

MATTANA, Bruna. **Os rastros em trânsito**: disputas de sentido nos processos de apropriação e reapropriação de discursos do Papa Francisco. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, p. 186, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Editorial Melusina, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. **Jornalismo, polarização política e a querela das fake news**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 16, n. 2, p. 46-58, 2019.

MIRANDA, Janira. **Mulheres indígenas, igreja e escravidão na América Portuguesa**. Em Tempo de Histórias, n. 07, 2011. DOI: 10.26512/emtempos.v0i07.20135. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20135>. Acesso em: 1 out. 2023.

MORAES, Fabiana. **Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral**. Revista Extraprensa, v. 12, n. 2, p. 204-219, 2019.

MORAES, Paulo Ricardo de. **João Cândido - A Revolta da Chibata**. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2010.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. Uma vez “cria” sempre “cria” (?): adoção, gênero e geração na Amazônia Maria Angelica Motta-Maués. In: CAL, Danila Gentil, BRITO Rosaly de Seixas (org.). **Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico**: das reiterações coloniais à invenção de outros Editora CRV: Curitiba/PR, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero**: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PAES, Mariana Armond Dias. **Escravidão e direito: o estatuto jurídico dos escravos no Brasil oitocentista (1860-1888)**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2021.

PINHEIRO, Luana; POSTHUMA, Anne Caroline; TOKARSKI, Carolina Pereira (Orgs). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA); OIT, 2021.

PINHEIRO, Luana; LIRA, Fernanda; REZENDE, Marcela; FONTOURA, Natália. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da Pnad Contínua. In: **Texto para discussão**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.(IPEA), 2019.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. Dissertação. (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 1993.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Tintas negras nos escritos da liberdade**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 13, n. 35, p. 10-28, 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. LANDER, Edgardo (Org). Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, 2005.

RARA, Preta. **Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

REGINALDO, Lucilene. **Os rosários dos angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis/SC: Editora Insular, 2019.

REIS, Isabel Cristina dos. Família escrava. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Polén Livros, 2019.

ROSA, Ana Paula da. **Visibilidade em fluxo: os níveis de circulação e apropriação midiática das imagens**. Interin, v. 21, n. 2, p. 60-81, 2016.

_____. **Circulação: as múltiplas perspectivas de valor à valorização do visível**. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 21-33, 2019.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993, p. 27-33.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

SILVA, Hélio RS. **A situação etnográfica**: andar e ver. Horizontes antropológicos, v. 15, p. 171-188, 2009.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas. Mórula editorial, 2019.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade**: em busca de recursos de leitura e um vocabulário estratégico decolonial. E-cadernos ces, n. 18, 2012.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Bios midiático//The media Bios**. Dispositiva, v. 2, n. 1, p. 108-110, 2013.

_____. **Jornalismo como campo de pesquisa**. Brazilian journalism research, v. 6, n. 2, p. 7-16, 2010.

_____. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. São Paulo/SP: Editora Vozes, 2023.

SPINELLI, Egle Müller. Jornalismo audiovisual: gêneros e formatos na televisão e internet. **Revista Alterjor**, v. 6, n. 2, p. 1-15, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TAILLE, Elizabeth. SANTOS, Adriano dos. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. In: **Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade**: dilemas e desafios na contemporaneidade, São Paulo, 3º [Anais]. Campinas: Unicamp, 2012.

TELLES, Lorena Feres da Silva. **Amas de leite**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Libertas entre sobrados**: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TEROSSI, Karen. **Webjornalismo e violações de direitos da cidadania**: análise de coberturas sobre trabalho escravo. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Estadual Paulista, 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Insular Florianópolis, SC, 2005.

VEIGA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 250. 2010.

VARGAS, Jonas Moreira; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Charqueada escravista**. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

_____. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

_____. **Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências**. São Paulo: Matrizes, v. 8, n. 1, p. 13-19, 2014.

WEBER, Florence. **A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo?** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009.

WESCHENFELDER, Aline. Estudo de caso midiatizado. In: Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais, Rio Grande do Sul, 4º [Anais de Resumos Expandidos]. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2020.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso Editora, 2016.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

Legislação

BRASIL. Lei Complementar nº. 150, de 1º de junho de 2015. **Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº. 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº. 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº. 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2015/leicomplementar-150-1-junho-2015-780907-publicacaooriginal-147120-pl.html>. Acesso em 18 jun. 2025.

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 139/2018, de 22 de janeiro de 2018. **Dispõe sobre a fiscalização para a erradicação de trabalho em condição análoga à de escravo e dá outras providências**. Órgão: Ministério do Trabalho / Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/in-2-de-8-de-novembro-de-2021.pdf>. Acesso em 18 jun. 2025.

Links

593 trabalhadores são resgatados em condições análogas à escravidão na maior operação da história do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Agosto/593-trabalhadores-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-na-maior-operacao-da-historia-do-brasil>. Acesso em: 3 set. 2024.

ABATI, Lucas. **Mulher resgatada de situação análoga à escravidão em Canoas trabalhou para três gerações da mesma família.** Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2023/05/mulher-resgatada-de-situacao-analog-a-escravidao-em-canoas-trabalhou-para-tres-geracoes-da-mesma-familia-clhp04uq9004u016xvwjxt6mk.html>. Acesso em: 9 set. 2024.

BARROS, C. J. **Casal é condenado a mais de 14 anos por escravizar doméstica em Minas Gerais.** Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/04/casal-condenado-escravizar-domestica-minas-gerais/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

BORGES, Rosane. **E agora é que são elas: pode a subalterna falar/escrever?** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/agora-e-que-sao-elas-pode-a-subalterna-falar-escrever/>. Acesso em: 07 maio. 2025.

CARVALHO, I. **Desde 2017, 101 trabalhadores domésticos foram resgatados em condições análogas à escravidão no Brasil.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/18/desde-2017-101-trabalhadores-domesticos-foram-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-no-brasil>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Caso Sônia é desastroso para combater trabalho escravo, alerta auditor. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/caso-sonia-e-desastroso-para-combater-trabalho-escravo-alerta-auditor>. Acesso em: 22 nov. 2024.

Coronavírus brasil. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

COSTA, J. **Movimento Parent In Science auxilia mães cientistas a manter carreira.** Disponível em: <https://cpeg.uff.br/2022/04/10/movimento-parent-in-science-auxilia-maes-cientistas-a-manter-carreira/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CRENSHAW, Kimberle. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas.** Original: Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color , 1993. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contramulheres-nao-brancas-dekimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aaparte-1-4/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

CRISTIAN, D. **Cis E Trans: Qual A Diferença Dos Termos?** Disponível em: <https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/cis-e-trans-qual-a-diferenca-dos-termos/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CRUZ, M. M. **Depois de resgatada de escravidão, Madalena encanta com novo visual.** Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/02/06/interna_gerais,1235701/depois-de-resgatada-de-escravidao-madalena-encanta-com-novo-visual.shtml. Acesso em: 9 out. 2024.

DE SÃO PAULO, F. **A mulher da casa abandonada**. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/0xyzsMcSzudBIen2Ki2dqV?si=7561d49c2a354f88>. Acesso em: 25 maio. 2023.

DEUTSCHE WELLE. **Imprensa francesa destaca violência contra negros no Brasil**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/imprensa-francesa-destaca-viol%C3%Aancia-contra-negros-e-cr%C3%ADticas-ao-carrefour-no-brasil/a-55722518>> Acesso em: 16 jun. 2025.

Diarista é resgatada do convívio de família em Patos de Minas onde viveu em condições análogas à escravidão por 38 anos. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2020/12/21/diarista-e-resgatada-do-convivio-de-familia-em-patos-de-minas-onde-viveu-em-condicoes-analogas-a-escravidao-por-38-anos.ghtml>. Acesso em: 27 set. 2024.

DOS SANTOS AZEVEDO, A. L. M. **Cor ou raça**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 1 out. 2023.

E eu não sou uma mulher? Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

Em agosto, força-tarefa resgata 593 pessoas em condições análogas à escravidão. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/593-trabalhadores-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-na-maior-operacao-da-historia-do-brasil>. Acesso em: 9 set. 2024.

Emprego doméstico no Brasil é formado por mulheres. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres>. Acesso em: 22 nov. 2024.

Fim da escala de trabalho 6x1 ganha as redes sociais, mas é viável? Tema divide especialistas. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/11/fim-da-escala-de-trabalho-6x1-ganha-as-redes-sociais-mas-e-viavel-tema-divide-especialistas.ghtml>. Acesso em: 22 nov. 2024.

Garimpo ilegal usava trabalho análogo à escravidão no Amazonas. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-04/garimpo-ilegal-usava-trabalho-analogo-escravidao-no-amazonas>. Acesso em: 3 set. 2024.

Governo do RJ confirma a primeira morte por coronavírus. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 18 set. 2023.

Instituto Itaú Cultural. ([s.d.]). **A Redenção de Cam**. Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/83833-a-redencao-de-cam>. Acesso em 16 jun.2025.

MENDES, F. **Sakamoto: Brasil ainda está libertando a ‘doméstica da casa’ 135 anos após Lei Áurea**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/12/sakamoto-brasil-ainda-esta-libertando-a-domestica-da-casa-135-anos-apos-lei-aurea/>. Acesso em: 9 out. 2024.

Mulher é libertada em MG após 38 anos vivendo em condições análogas à escravidão. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/20/mulher-e-libertada-em-mg-apos-38-anos-vivendo-em-condicoes-analogas-a-escravidao.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2024.

Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza>. Acesso em: 4 abr. 2025.

NASCIMENTO, D. **Os repugnantes anúncios de escravos em jornais do Século 19**. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/anuncios-de-escravos/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

POLÍTICO, J. **Taxa de homicídios de mulheres é duas vezes maior entre negras, aponta instituto**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/03/08/taxa-de-homicidios-de-mulheres-negras-e-duas-vezes-maior-do-que-a-de-mulheres-brancas-aponta-instituto.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Portal da Inspeção do Trabalho. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 1 out. 2024.

Quatro anos após morte de Miguel, como estão processos contra mulher condenada por deixar menino que caiu de 9º andar sozinho em elevador. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2024/06/02/quatro-anos-apos-morte-de-miguel-como-estao-processos-contramulher-condenada-por-deixar-menino-que-caiu-de-9o-andar-sozinho-em-elevador.ghtml>. Acesso em: 22 nov. 2024.

RABELO, T. **Como vivia a mulher que passou 38 anos sob condição análoga à escravidão**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/12/25/madalena-gordiano-trajetoria.htm>. Acesso em: 27 set. 2024.

Resgates em ações de fiscalização do MTE escancaram trabalho escravo doméstico no país. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Maio/resgates-em-aco-es-de-fiscalizacao-do-mte-escancaram-trabalho-escravo-domestico-no-pais-1>. Acesso em: 3 set. 2024.

Trabalhadora doméstica é resgatada após mais de 30 anos de trabalho sem salário em Belo Horizonte. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas->

gerais/noticia/2025/04/29/trabalhadora-domestica-e-resgatada-apos-mais-de-30-anos-de-trabalho-sem-salario-em-belo-horizonte.ghml. Acesso em: 5 maio. 2025.

Trabalhadores em situação análoga à escravidão são resgatados em Bento Gonçalves, diz Ministério do Trabalho. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2025/02/08/trabalhadores-em-situacao-analog-a-escravidao-sao-resgatados-em-bento-goncalves-diz-ministerio-do-trabalho.ghml>. Acesso em: 2 mar. 2025.

Trabalhadores resgatados em situação de escravidão no RS: o que se sabe e o que falta saber. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/27/trabalhadores-resgatados-em-situacao-de-escravidao-no-rs-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.ghml>. Acesso em: 9 set. 2024.

Trabalho doméstico. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>. Acesso em: 14 nov. 2024.

Trabalho Escravo. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/trabalho-escravo-e-trafico-de-pessoas/trabalho-%20escravo/>. Acesso em: 4 maio. 2023.

Uberlândia terá centro focado em direitos humanos para atender trabalhadores resgatados de condição análoga à escravidão. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2023/05/05/uberlandia-tera-centro-focado-em-direitos-humanos-para-atender-trabalhadores-resgatados-de-condicao-analog-a-escravidao.ghml>. Acesso em: 27 set. 2024.

Uma semana após morte do filho no Santo Amaro, pais de Herus Guimarães desabafam: “Muita dor”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/06/14/desabafo-pais-morte-santo-amaro.ghml>. Acesso em: 16 jun. 2025.

VIRISSIMO, V. **Trabalhadoras domésticas: rotina é marcada por precariedade e luta por dignidade profissional.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/25/trabalhadoras-domesticas-rotina-e-marcada-por-precariade-e-luta-por-dignidade-profissional>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Discografia

MC’S, R. **Negro Drama**. Cosa Nostra 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tWSr-NDZI4s>.

SOARES, E. **A Carne**. Universal Music, 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>.

SOARES, E. **Maria da Vila Matilde**. Circus, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y6V8lL8xn7g&pp=0gcJCdgAo7VqN5tD>

DO VIRADOURO, U. **Viradouro de Alma Lavada**. Rio Carnaval - Liesa, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KG9xE7f7lM8>

APÊNDICE A – PERFIL DAS ENTREVISTADAS E QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO

ENTREVISTADA 1: Moradora de São Leopoldo, negra. Já aposentada, na faixa dos 70 anos, mas que segue atuando como diarista em residências da região;

ENTREVISTADA 2: Moradora de Viamão, negra. Mãe de dois filhos. 40 anos. Atuou na limpeza de residências, mas também de consultórios, escritórios e hospitais na Região Metropolitana de Porto Alegre;

ENTREVISTADA 3: Cozinheira com mais de 60 anos, negra. Prestou durante longo tempo serviços para famílias de padrão elevado na região do Vale do Sinos;

ENTREVISTADA 4: Mulher negra na faixa dos 40 anos, ativista do trabalho doméstico remunerado. Moradora do Extremo Sul de Porto Alegre.

QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO

BLOCO 1 - História de vida

1. Em relação a sua trajetória de vida: onde nasceu, cresceu e quais memórias tem da família e infância?
2. Em relação ao grau de instrução formal: conte-nos um pouco sobre seus estudos, se houver alguma memória marcante da escola.

BLOCO 2 - Trajetória profissional

3. Em relação à profissão: qual foi a primeira vez em que atuou como trabalhadora doméstica? Lembra-se deste dia em específico ou o que mais lhe marcou no início da atuação profissional?
4. Você se considera uma trabalhadora doméstica? Explique o que você entende sobre trabalho doméstico remunerado.
5. Em relação a sua profissão hoje, como é a sua rotina de trabalho.
6. Qual o aspecto de sua profissão que mais admira.
7. Hoje, em seu exercício profissional, há uma regularização da sua profissão e/ou o seguimento de normas trabalhistas como décimo terceiro salário, férias remuneradas ou licença-maternidade?

BLOCO 3 - Relação com as mídias

8. Já ouviu falar sobre a PEC das Domésticas?
9. Já ouviu falar sobre o termo Trabalho Doméstico Análogo à Escravidão? O que ele remete a você?
10. Já viu na televisão, ouviu no rádio ou leu em jornais reportagens e conteúdos sobre o trabalho doméstico análogo à escravidão?
11. No caso de mulheres que trabalharam por décadas sem receberem a devida remuneração, como você enxerga a questão?
12. Você acredita que a mídia, através de seus diferentes suportes, possa vir a contribuir para o aumento de denúncias sobre esse tipo de situação? De que forma?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu _____, RG _____, declaro que participei como entrevistado (a) da Tese de Doutorado de Lucilene Guimarães Athaide, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos de São Leopoldo (UNISINOS), sob orientação da Professora Doutora Ana Paula da Rosa. O objetivo geral da investigação é identificar os sentidos produzidos a partir da circulação midiática de casos de trabalho doméstico análogos à escravidão no Brasil e de que forma o jornalismo articula e/ou é articulado pelo debate social sobre essa temática. Todos os dados a meu respeito serão sigilosos, guardados em local seguro para garantir minha privacidade. Ficou claro, que todos os resultados obtidos através desta pesquisa somente serão utilizados para fins científicos (trabalhos em congressos, artigos, entre outros), e serão mantidos no anonimato minha identidade e a de qualquer outra pessoa que vier a ser mencionada por mim no momento da entrevista. Minha participação é livre e espontânea vontade, assim como, em caso de desconforto posso interromper e/ou me retirar do estudo. Estou ciente que os riscos na participação são mínimos e restringem-se apenas as reflexões acerca da temática do estudo. Declaro que recebi uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, estou de acordo com todos os dados acima esclarecidos e declaro que permito que a pesquisadora grave minha voz para a realização da pesquisa. Concordo em participar da pesquisa e, portanto, assino este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de livre e espontânea vontade.

Assinatura

Contato:

Lucilene Guimarães Athaide

Telefone: (51) 995713165 – e-mail: lucileneguimaraes@hotmail.com.

Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Campus Universitário – São Leopoldo – Rio Grande do Sul - RS - Brasil – CEP: 93022-750.

APÊNDICE C – MEMÓRIA

Talvez uma das memórias mais marcantes que eu, Lucilene, tenha com o trabalho doméstico remunerado seja a vez em que a contratante da minha mãe, após 17 anos de uma relação informal, comunicou que não precisaria mais dos serviços dela. Com os dois filhos crescidos – que a minha mãe havia ajudado na criação – e morando apenas com o marido em uma grande casa em uma zona nobre da cidade onde morávamos, ela chamou a minha mãe e disse que estava de mudança para um apartamento, luxuoso, porém bem menor que a casa, e que portanto não precisaria de uma diarista no formato em que minha mãe vinha atuando até então.

Como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço minha mãe recebeu alguns móveis que não caberiam no novo apartamento, como rescisão de contrato, recebeu uns livros velhos, que eu usei para me preparar para o vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pouco depois. Cresci ouvindo que minha mãe foi trabalhar para essa família comigo pequena, bebê de colo. Lá, ela passou por outras duas gestações. Ou seja, eu e meus dois irmãos mais novos frequentamos esse lar. Fui a filha que estava com a mãe na faxina. Uma casa com piscina, grades, cerca elétrica, dois cachorros enormes e ferozes, por onde uma mulher de pele escura, às vezes grávida, e sempre com uma criança também negra pela mão circulava. Circular. Palavra que é tema desta tese, de certa forma.

O tempo passou, minha mãe nunca mais trabalhou na limpeza de casas, a não ser na casa dela mesma. Mas o corpo físico mantém as marcas deste ofício até hoje. O desgaste em um osso na região do quadril que a impede de se locomover com independência e que, acreditamos, pode ser consequência da rotina de outrora que se constituía em carregar baldes pesados de água entre os andares daquela mansão durante tanto tempo.

Antes da minha mãe, minha avó, que não conheci, também foi trabalhadora doméstica. Pelo que entendo, em uma relação ainda mais precarizada. Sem alimentação adequada, sem acessos a serviços médicos, recebendo valores bem irrisórios pela diária. Faleceu vítima de um acidente vascular cerebral em um hospital público. Seguindo nesta linhagem feminina e materna, antes da minha avó, a mãe dela, minha bisavó, vivia em um quilombo. Bom, desta vida pouco sei, apenas que era descendente direta de um grupo escravizado que fugiu para essa comunidade chamada Paredão Baixo, localizada no interior do município de Taquara, no Rio Grande do Sul.

Escrevo essa memória porque compreendo que a tese de doutorado precisa conversar com a sociedade. E essa passagem, se estivesse na Introdução, talvez não tivesse o espaço

necessário para a reflexão. Não considero a minha história mais ou menos digna do que a de tantas outras mulheres negras por quem a minha trajetória se cruzou. Mas preciso ressaltar a importância de quebrar esse círculo de servidão. Meu filho, que tinha 3 anos quando concluí o doutorado, no ano de 2025, nasceu do ventre de uma mulher preta jornalista, pesquisadora, e já com diploma de mestrado. Quebrei o círculo, mas não fui sozinha. Elas vieram antes. E eu tenho certeza de que eu sou o sonho das minhas ancestrais.

